Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Cassandra Marina da Silveira Pontes da Silva

Precipitação curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra

Rio de Janeiro
2015

Cassandra Marina da Silveira Pontes da Silva

Precipitação curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Currículo.

Orientadora: Profª Drª Elizabeth Fernandes de Macedo

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M488 Pontes, Cassandra Marina da Silveira.
Precipitação curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra/ Cassandra Marina da Silveira Pontes. – 2017.
115 f.

Orientadora: Elizabeth Fernandes de Macedo.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação

1. Educação – Teses. 2. Currículo – Teses. 3. Política – Teses. I. Macedo, Elizabeth Fernandes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37.014

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Cassandra Marina da Silveira Pontes da Silva

Precipitação curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Currículo.

Aprovado em 29 de junho de 2015

Banca Examinadora:

_____
Profª Drª Elizabeth Fernandes de Macedo (Orientadora)
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Profª Drª Nilda Guimarães Alves
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Profª Drª Alice Ribeiro Casimiro Lopes
Faculdade de Educação da UERJ

_____
Profª Drª Ana Ivenicki
Faculdade de Educação da UFRJ

_____
Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferraço
Faculdade de Educação da UFES

Rio de Janeiro
2015

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor e Pai de Jesus Cristo, porque tudo provém dEle.

À minha brilhante e inspiradora orientadora, Elizabeth Fernandes de Macedo, porque, sem qualquer motivo aparente, continuou confiando que eu faria um bom trabalho.

Ao Paulo César Duque-Estrada, pela imensa contribuição para eu construir uma relação mais segura com os estudos de Jacques Derrida.

Ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, por permitir a conclusão do meu tão precioso trabalho.

À Alice Casimiro Lopes, pela leitura cuidadosa e pelo diálogo que me convoca a pensar currículo com outras indagações.

À Maria Fernanda Bernardo Alves, por receber-me tão bem em outro país e por obrigar-me a repensar o processo de escrita e de pesquisa com as doações de Jacques Derrida.

À Nilda Alves, ao Carlos Eduardo Ferraço e à Ana Ivenicki, por aceitarem o desafio de ler minha tese em curto prazo de tempo e pela honra de lerem meu trabalho trazendo contribuições para minha formação como pesquisadora.

Às minhas amigas e aos meus amigos do grupo de pesquisa, Guilherme Lemos, Thiago Ranniery, Claudia Tomé, Argentina Lopes e Danielle Bastos, pelas leituras dos meus textos, pelo apoio nos momentos mais indecidíveis da pesquisa e pelas muitas trocas nas reuniões do grupo, por Skype e por aí.

À Monique Agnes e à Nataly Costa, pelo socorro sempre pronto em diferentes momentos do curso de Doutorado em Educação.

À minha amada e valorosa família, que mesmo sem entender minhas incertezas e angústias teóricas, sempre ofereceu apoio incondicional e amoroso.

RESUMO

PONTES, Cassandra Marina da Silveira. *Precipitação Curricular responsável: entre a estratégia e o limite singular da identidade negra*. 2015. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho é uma tese se considerarmos a condição de submissão do texto às exigências acadêmicas e de enunciação de reflexões intelectuais em diálogo com o campo epistemológico do Currículo. É uma tese porque argumenta pela defesa de uma idéia discursiva: apesar do poder estratégico da identidade nas lutas reivindicatórias de grupos dos movimentos negros, a singularidade e o compromisso com o questionamento constante dessa estratégia são limites urgentes. Entretanto, a defesa dos argumentos foi escrita confessando sua impossibilidade conclusiva e incapacidade de análise, explicação e representação da verdade. Foi escrita em torno de Jacques Derrida, no terreno indecidível e singular que assume uma perspectiva de resposta ao que acontece, em negociação com a diferença. Assim, propõe pensar o Currículo e os processos de (des)identificação como precipitação e rastro; a política curricular e as práticas articulatórias de grupos representativos como precipitações com fé no porvir democrático; e, a identidade negra como estratégia necessária às lutas de combate a discursos racistas, destacando a responsabilidade por confessá-la como espectro evocado e por desconstruir crenças na presença essencialista. Este é o limite da desconstrução. Desconstrói-se a metafísica da presença, o essencialismo, sem negligenciar a inevitabilidade e o chamado por sacrifícios nas relações humanas. Sacrifica-se pela nomeação, pelo assujeitamento à clausura da língua. E convoca-se a manter-se a abertura da resposta ao que vem, à singularidade. A singularidade em negociação equivalencial, em negociação com processos de identificação identitária, em negociação com a clausura da língua que nomeia e que exige a precipitação. Que o currículo se precipite a responder no indecidível entre a força da herança identitária que exige enunciação/representação de demandas e a imprevisibilidade da singularidade irrepresentável porque insubstituível.

Palavras-chave: Currículo. Identidade negra. Singularidade. Responsabilidade. Precipitação. Política. Impossibilidade.

ABSTRACT

PONTES, Cassandra Marina da Silveira. *Responsible curricular precipitation between the strategy and the singular limit of black identity*. 2015. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This piece of writing is a thesis if we consider its condition of submission to both academic and enunciative requirements of intellectual reflections in dialogue with the epistemological field of Curriculum. This is a thesis because it argues in favor of the defense of a discursive idea as follows: despite the strategic power of the identity in the fight for group demands of black movements, the singularity and the commitment to the constant wondering of this strategy are urgent limits. However, the defense of the arguments was written confessing its impossibility to reach a conclusion and inability to analize, explain and represent the truth. It was composed about Jacques Derrida in an undecidable and singular ground that assumes a perspective of an answer to what happens, in negotiation with the difference. Thus, it proposes to think curriculum and the process of (des)identification as precipitation and track; the curricular politic and articulatory practices of representative groups as precipitations with faith in democratic future; and black identity as a strategy necessary to struggle racist discourses, emphasizing the responsibility for confessing it as evocated spectrum, and for deconstructing beliefs in the essentialist presence. This is the limit of deconstruction. Metaphysics of presence and essentialism are deconstructed, without neglecting the inevitability and the claim for sacrifices in human relations. Someone is sacrificed by the nomination, the submission to the enclosure of the language. Someone is called in to keep the opening up of the answer to what is coming, to singularity. Singularity in equal negotiation, in negotiation with the enclosure of a language that nominates and requires the precipitation. It is desirable that curriculum throw itself to answer in the undecidability between the power of identity heritage that requires enunciation/representation of demands and the unpredictability of singularity, that is unrepresentable, because it is irreplaceable.

Keywords: Curriculum. Black identity. Singularity. Responsibility. Precipitation. Politics. Impossibility.

SUMÁRIO

O CAMINHO... 7

1 **AS PRIMEIRAS PALAVRAS...** 10

1.1 **A Tese para o Currículo** 10

1.2 **Escrita e identificação: rastros da herança** 12

1.3 **Escrever sem Ver: o Hetero-auto-biográfico em Ruína** 19

1.4 **Tema Arruinado** 24

2 **CURRÍCULO COMO PRECIPITAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DA DIFERENÇA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO** 30

2.1 **Identidade e Processos de Identificação** 40

2.2 **Currículo Responsável: Entre a Confissão e a Estratégia** 55

3 **POLÍTICA CURRICULAR: PRECIPITAÇÃO PERFORMATIVA E O PORVIR** 63

3.1 **Entre a Precipitação e a Prescrição** 63

3.2 **Pela Precipitação Urgente da Democracia Porvir** 68

3.3 **Entre a Multiplicidade de Demandas e o Chamado da Equivalência** 76

3.4 Entre o Acontecimento e o Currículo que Responde 83

4 **A CENTRALIDADE DA IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA** 89

REFLEXÕES INQUIETANTES 105

REFERÊNCIAS 109

O CAMINHO...

Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei
A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé do dia a dia encontro a solução
Encontro a solução
[...]
Meu caminho só meu Pai pode mudar.
Cidade Negra

Não há maneira de fazer conhecer o que ocorreu durante o processo de pesquisa até a finalização deste texto. Nem sequer eu, enquanto autora, posso dizer que sei, mas posso invocar a memória e declarar que foi imensamente complicado definir uma tese defensável; construir uma relação entre as contribuições de Jacques Derrida e o meu estudo; sustentar as críticas a autores que me tocam e me provocam a responder singularmente; escrever sem medo de cometer equívocos; insistir na defesa, superando os abalos pela insegurança diante do olhar do outro.

Um nível perigoso de teimosia me levou a persistir na herança de Derrida, em um percurso tão cego quanto amedrontador. Todavia, não me era possível abraçar outros caminhos; era com Derrida que eu me sentia mais próxima de uma paixão a defender. Não havia outro caminho diante das minhas *mãos tateadoras*[1] que me convencesse a escrever, que me motivasse a responder.

Eram muitas as inquietações diante do apelo da agência política dos movimentos negros pela estratégia da identidade e do chamado responsável a

[1]DERRIDA, J. *Memórias de Cego*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010a.

desconstruir essencialismos identitários, e a convicção de que os trabalhos do filósofo era o que mais se aproximava de alguma resposta indecidível. Li que na ordem da ética e da política é necessário responder, escolher, sob a confissão da impossibilidade da presença. Era perfeito!

Apaixonei-me pelo pensamento de Derrida, dedicado à desconstrução daquilo que chamou *metafísica da presença*:

> [...] presença como substância/essência/existência (ousia), presença temporal como ponta (stigmé) do agora ou do instante (nyn), presença a si [...], consciência, subjetitivade, co-presença do outro e de si, intersubjetividade como fenômeno intencional do ego etc (DERRIDA, 1973 apud SOLIS, 2010, p. 70).

Li mais e mais dos seus textos, sempre buscando um Derrida sensível aos apelos da alteridade e enfrentando o inevitável tremor diante da invisibilidade (DERRIDA, 2013) de um tema, de uma tese, de um escrever e do anseio inantecipável de um texto porvir. “Tremo diante do que excede o meu ver e o meu saber [...]. Inclinado para o que frustra e o ver e o saber, o tremor é bem uma experiência do segredo [da invisibilidade, da impossibilidade] [...]” (DERRIDA, 2013, p. 71).

Durante três semestres participei das aulas ministradas pelo Professor Doutor Paulo César Duque-Estrada no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma das principais referências acadêmicas que estuda o pensamento de Derrida. Aprendi a reconhecer que jamais conheceria as reflexões que Derrida doou à interpretação violenta do outro. Ao doar, o filósofo deu seu pensamento à morte, à ex-apropriação do outro (DERRIDA, 2006a, p. 2.013). No entanto, foi possível ter contato com outros rastros negociados discursivamente com a imagem de sua obra.

Tornei-me segura para precipitar-me à escrita, para lançar-me ao imprevisível, respondendo aos rastros de Derrida em livros, entrevistas, artigos e nas falas do professor e dos estudantes no espaço-tempo daquela sala de aula. Com o texto submetido ao exame de qualificação de tese aprovado, busquei ajuda com a Professora Doutora Maria Fernanda Bernardo Alves, no Departamento de Filosofia da Universidade de Coimbra, vivenciando a experiência de estágio de doutoramento com bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Comissão de Aperfeiçamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Embora o tremor diante da

invisibilidade do pensamento derridiano tivesse diminuído, ainda estremecia diante das questões metodológicas da pesquisa. Como tratar a pesquisa com uma perspectiva teórico-filosófica que questiona a própria ideia de método, de caminho antecipado a percorrer para chegar a um ponto previsto?

As indicações da professora a outros textos e as discussões nos seminários de didática e de desconstrução, para os quais me convidou a participar semanalmente durante cinco meses, convocaram-me a construir outra perspectiva de escrita e de pesquisa. Abandonei a ideia inicial de elaboração de um capítulo da tese destinado a discutir relatos autobiográficos de indivíduos identificados como pessoas negras simplesmente por já não me sentir convencida por essa proposta; não pelo uso de relatos em pesquisa, mas por reconhecer que os usos que eu faria estavam orientados pela lógica da demonstração. Por que entrevistar pessoas? Eu já não poderia responder de forma convincente a mim mesma sobre esta pesquisa.

Esta tese poderia ser sobre os relatos hetero-auto-biográficos de indivíduos, sem a intenção de totalizar suas narrativas como representação de uma realidade. Poderia ser sobre determinado cotidiano escolar e as relações étnico-raciais que determinados indivíduos precipitam em falas. Também poderia ser sobre como pesquisadores do currículo precipitam a identidade negra. Mas não é. Esta é uma tese em que busco responder com diálogos teóricos, considerando um documento curricular específico. Qualquer entrevista traria a expectativa da prova, do exemplo.

Enfrentei inúmeras dificuldades para finalizar o texto no prazo previsto pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGE/UERJ), pela angústia diante da incerteza, pelo medo diante da ameaça de fracasso e pela insegurança diante do questionamento do outro, tendo vivenciado horas escrevendo sem conseguir desenvolver os argumentos de forma satisfatória. Mas é preciso aprender a viver, confessar a impossibilidade e o chamado à responsabilidade, doar minhas reflexões ao exame do outro, para nascer uma tese, com a fé no porvir e em um Deus absolutamente outro que pode controlar o impossível. Ao humano não há controle; apenas o responder aos chamados da alteridade.

1 **AS PRIMEIRAS PALAVRAS...**

> O que primeiro começa o seu pleito parece justo; até que vem o outro e o examina.
>
> *Provérbios 18:17*

1.1 **A Tese para o Currículo**

A identidade é uma estratégia política necessária às lutas reivindicatórias com fé no poder do coletivo. Entretanto, o limite da identidade deve ser o respeito à singularidade e o compromisso com o questionamento constante da norma. Confessar e responder no limiar dos indecidíveis é o mais próximo da democracia porvir.

Quando conheci e aceitei a existência discursiva e a estratégia da identidade negra, no âmbito das discussões acadêmicas, para combater discriminações pelo currículo das instituições e das políticas educacionais e nas instâncias mais amplas da sociedade, minha principal inquietação era reconhecer-me como mulher negra sem sentir-me totalmente ajustada ao discurso identitário do que é ser negro[2] ou do que é preciso para tornar-se negro. Dentre perspectivas pós-estruturalistas (Ernesto Laclau e Chantal Mouffe) e pós-colonialistas (Homi Bhabha), aprofundei o argumento de que a identidade existe enquanto discurso contingente de efeitos duradouros nas relações sociais e aos projetos por uma democracia porvir, e, a partir do contato com o pensamento de Jacques Derrida, enfrentando as dúvidas e as polêmicas durante o processo “cego” de pesquisa e lidando com a impossibilidade de alcançar um fechamento conclusivo, construí algo a defender, apaixonadamente.

---

[2]Opto pelo uso do termo “negro” como significante com preenchimentos de sentidos relacionados ao discurso identitário enunciado por movimentos negros na ordem da ética e da política, reconhecido por documentos curriculares nacionais. Embora não perceba algo de pejorativo no termo “preto” em si, não o reconheço como uma escolha política e uma confissão da legitimidade às lutas por enunciação de sentidos dos grupos representativos das demandas identitárias das populações afrodescendentes.

Admito que as identidades coletivizadas são necessárias nas lutas reivindicatórias de minorias políticas contra injustiças e desigualdades e seus efeitos nas relações humanas. É na decisão singular, assujeitada à relação com o outro, de responder à norma identitária, que consiste a possibilidade de agência. Não digo que seja a única possibilidade, mas é a única hipótese de vista que percebo até aqui, reconhecendo que o mesmo discurso identitário que escraviza, discrimina e exclui é o mesmo utilizado por movimentos sociais em busca de empoderamento e igualdade. Digo que se trata do mesmo discurso no sentido de fundamentar sentidos na lógica essencialista.

Entretanto, a reflexão proposta para a pesquisa em questão não é sobre a estratégia identitária de poderes colonizadores, mas dos grupos de sobrevivência, subalternizados em projetos verticalizados de poder. É sobre a identidade negra como estratégia contra o racismo e o currículo como campo de disputa de sentidos. O limite para tal estratégia é a confissão responsável da diferença, a desconstrução de discursos da fixação de sentidos e de dicotomias como inimigo x amigo, negro x branco, a abertura para responder o imprevisível, a vigilância contra a violência de aplicações de normas prévias a qualquer acontecimento. É urgente um currículo comprometido com a desconstrução de essencialismos que endurecem verdades e negligenciam singularidades. Ao mesmo tempo, é urgente que o currículo responda aos chamados dos grupos reivindicatórios articulados pela estratégia da identidade.

Há algo de estratégico na confissão da identidade negra. Os sentidos atribuídos à palavra “negro” são inteligíveis, mesmo que em um sistema sempre complexo de significação. Entretanto, quem questiona a existência discursiva do negro? E quantas não são as práticas racistas fundamentadas nesse discurso? E, ainda, quantas não são as conquistas dos movimentos negros ao afirmar a identidade negra como grupo reivindicatório articulado?

Nesse sentido, defendo a identidade enquanto estratégia limitada. O limite é a abertura do ser à diferença, à singularidade, ao incalculável, à desconstrução dos jugos escravizadores da essência declarada antes mesmo do nascimento do indivíduo. O limite é a resposta para a questão: a identidade negra é para todos? O limite para a identidade é a alteridade, a justiça, a democracia porvir, a decisão singular, a vigilância do essencialismo, assim como o limite para a desconstrução da identidade é o chamado reivindicatório da comunidade por sobrevivência, na ordem da ética e da política.

É essa a tese que desenvolvo neste texto, reconhecendo-a como precipitação[3] discursiva de um fechamento conclusivo inalcançável.

1.2 **Escrita e identificação: rastros da herança**

> Seria preciso, portanto, partir dessa contradição formal e aparente entre a passividade da recepção e a decisão de dizer "sim", depois selecionar, filtrar, interpretar, portanto transformar, não deixar intacto, incólume, não deixar salvo aquilo mesmo que se diz respeitar antes de tudo. E depois de tudo. Não deixar a salvo: salvar, talvez, ainda, por algum tempo, mas sem ilusão quanto a uma salvação final.
>
> *Jacques Derrida (em entrevista a Elisabeth Roudinesco)*

O compromisso com a escrita de uma tese responsável não é tarefa fácil. O autor decide pela abertura à diferença, ao imprevisível, ao risco de responder no espanto, no indecidível, no impasse sem normas prévias. Não se trata de uma resposta com o apoio do cálculo, da certeza fundamentada na invenção de verdades. Trata-se de viver o processo cego da escrita, confessando a finitude de quem escreve e reconhecendo que não há algo a descobrir. Uma tese responsável não tem laços com a verdade, mas com a reflexão daquilo que vem.

Considerando o que Derrida (2001) disse em entrevista a Jean-Louis Houdebine e Guy Scarpetta, indecidível é aquilo que não é possível compreender dentro da lógica binária, mas sim que habita entre seus elementos opositores. Essa tese é uma precipitação reflexiva entre os termos identidade e diferença, comunitarismo e singularidade, sem encontrar um terceiro termo, uma solução. Nem conclusão nem silêncio, uma tese responsável responde na ambivalência assujeitada ao impossível. E, como defende Homi Bhabha (1998), motivando minha escrita, o entre-lugar/entre-tempo é o local da agência política (responsável, que

[3]Precipitações são sempre simulações. Uma vez que tudo é rastro, tudo opera na ordem da não presença.

responde fora da norma e aberto ao imprevisível). Entretanto, para Derrida, entre o tempo e o espaço, a noção de tempo é priorizada em seu pensamento da desconstrução.

Pensar a identidade é pensar o tempo sempre interrompido, o tempo de um passado chamado à memória, o tempo porvir inevitavelmente aberto à surpresa, o tempo da incondicionalidade e da impossibilidade. Pensar a identidade enquanto hipótese de identificação do eu e de estratégia coletiva implica, nessa perspectiva, pensar na resposta a algo que vem antes, diante do apelo presente, com fé em um porvir melhor e desejado.

Derrida (2004) pensa a fé não somente na relação do homem com o divino, mas como algo inerente às relações humanas. Como cristã, a fé que firmo no Deus absoluto e original não é a mesma fé do indivíduo em relação com o que é produzido pelo outro (propagandas, livros, propostas de casamento e tantos outros discursos). Se não tivermos fé nas pessoas, como nos relacionar uns com os outros? Destaca que a disseminação de heranças epistemológicas se dá motivada pela fé na palavra do outro; e isso não tem relação com a intuição, pois não há nem confiança nem certeza na intuição. Nesse sentido, há fé na palavra dita anteriormente, há fé em utilizar o dito como referência da precipitação, há fé na precipitação como algo no qual outros aceitarão com fé.

A alteridade que pressiona a responder eu/nós também pressiona à disseminação e ao adiamento do fechamento, inevitavelmente, inalcançável. Duque-Estrada, P. C (2002, p. 13) faz um importante destaque sobre essa questão:

> A “lógica” da disseminação introduz algo inteiramente distinto: ela não somente rompe com o caminho de volta [à origem], mas com a própria ideia de matriz, introduzindo a diferença no interior do mesmo.

Ao mesmo tempo em que a disseminação produz outros sentidos, também abala os sentidos enunciados. “Em outras palavras, para Derrida, tudo aquilo que habitualmente [...] chamamos de ‘identidade’ se forma ou se ‘constitui’ a partir do que não é senão um ‘abalo da identidade’” (DUQUE-ESTRADA, P. C., 2002, p. 13). A própria escrita é a identidade em processo de disseminação; ou melhor, a escrita é a enunciação precipitada respondendo a rastros fantasmagóricos da identidade, da herança anterior. Uma vez que a herança identitária não existe enquanto presença, trabalha-se com as ideias de Derrida (1998) sobre rastro e espectro. A

identidade só existe enquanto rastro de algo anterior, rastro disseminado sem presença, apenas como imagem fantasmagórica. O rastro, nesse sentido, é o espectro do espectro sem a crença em um momento original e homogêneo.

É responsável precipitar-me na defesa da tese de doutorado, confessando e aceitando sua falibilidade, sua assinatura hetero-auto-biográfica, sua referência à herança revisitada em reflexão no presente enunciativo. O processo de escrita deste texto é uma tentativa de resposta ecoada ao que vem antes. Um passado sem algo a conhecer, sem história continuísta e sem causa, que afeta sem oferecer indícios que levem a uma origem. Seus rastros e ecos são disseminados para além de binarismos inventados como fixos e cristalizados, constituindo uma malha de referências infinitas e incontroláveis.

Fazer referência à herança que invade e que envolve é algo impossível de se esquivar, mesmo que para responder em desacordo. Quando digo “não”, também estou dizendo “sim” à existência de algo anterior. O herdeiro é invadido pela herança que é maior, mais poderosa e mais duradoura do que sua finitude temporal de vida, finitude de seguir como possibilidade de ser, finitude de ser lançado para possíveis. O herdeiro não é essência, mas é um ser em constante processo de identificação e (des)identificação, definindo o que é importante por meio de recolocações, repetições, reapropriações.

Uma tese na perspectiva responsável da finitude reconhece que nada se tem a conhecer, mas a pensar sobre, sem a crença na possibilidade de descoberta. Apenas ilusoriamente pode-se romper com o desconhecido. A intenção de conhecer pela possibilidade da clareza, da explicitação, da argumentação, da explicação é uma violência inautêntica que sustenta estratégias de luta pelo poder, de legitimação de verdades.

Derrida convoca a responder à herança sem a pretensão de provar o que não pode ser visto nem dito, assumindo, de forma vigilante, o recalque da impossibilidade da afirmação plena e o luto por algo que já não existe, mas que é retomado em disseminações desviantes e infinitas. Responder à herança é sempre um desvio de algo que morreu, que já não está aí e que só pode ser retomado enquanto presença fantasmagórica (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004).

Luto é a interiorização do que não existe mais, carregando-o dentro de si. O trabalho responsável do luto confessa que incorporamos o outro que já não existe. Por exemplo, fantasiosamente, julgo compreender algo do pensamento de Derrida,

que mato a cada incorporação daquilo que o autor doou à leitura do outro. Sair do luto seria afirmação plena, fechamento conclusivo, rigidez de demandas identitárias. Ser fiel às heranças de Derrida não significa conhecer sua obra e seu pensamento como uma presença apreensível, mas significa confessá-las como inacessíveis em totalidade. Nesse sentido, o luto nunca termina, e é necessário buscar maneiras de lidar com ele, sem fraquejar diante da tentação de negá-lo.

Nesse sentido, não há uma herança a conhecer e a revelar; há herança a responder como herdeiro afetado, inevitavelmente, por rastros anteriores. Reconhecer e responder a herança é também pensar a partir dos elementos da herança, como herdeiro assujeitado. “Só um ser finito herda, e sua finitude o obriga a isso. [...] Mas a mesma obriga a escolher, a preferir, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 14).

Embora muitas publicações de Derrida relacionem herança a uma tradição filosófica, o termo não se restringe a um passado filosófico que afeta as escritas no presente enunciativo. Em entrevista, responde sobre a necessidade de o herdeiro confessar e reafirmar o que vem antes, recebendo sem possibilidade de apropriação total “quer se trate aliás de memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura ou da filiação em geral” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 12). Herdamos o nome próprio, costumes familiares, discursos do campo epistemológico em disputa do currículo... Herdamos aquilo que testemunhamos e o reafirmamos seja para relançá-lo na ordem da continuidade ou da subversão. O que temos por certo é que esquivar-se de responder à herança é algo impossível. E, ao respondê-la, selecionamos, decidimos, excluímos.

A infinidade da herança que invade e obriga o indivíduo[4] a aceitá-la com um primeiro “sim” inevitável e que é reafirmada em um segundo “sim”, na ordem da resposta ao que vem antes, corresponde a um processo de constituição da subjetividade como efeito anunciado e adiado de rastros disseminados eternamente. Derrida questiona discursos que fundamentam a ideia de sujeito consciente e autônomo, operando com a lógica da desconstrução de subjetividades projetadas em um sistema classificatório anterior ao nascimento do indivíduo. Trabalha com a perspectiva de reinscrição do sujeito como herdeiro que decide nos limites do

[4]Embora Derrida desenvolva uma reflexão de herança mais ampla, considerando animais e objetos, a abordagem de herança que evoco para esta pesquisa concentra o pensamento na ideia de um herdeiro enquanto pessoa que herda.

responder com, responder a, responder relançando de outra maneira, responder no terreno do indecidível. Assim, proponho-me a refletir na superfície do terreno indecidível entre duas instâncias diferentes, sujeito fundado e fundador, constituinte e constituído. Pensar o sujeito deslizando entre diferenças, nas instâncias interligadas da *différance*[5].

A noção de *différance* ajuda-me a construir uma pesquisa na ótica de que tudo se dá em relação com a alteridade num sistema de referências infinito, no qual a última referência a alguma coisa é sempre prometida e adiada. Não há sujeito autocentrado e consciente em si. Há sujeito assujeitado, há sujeito que decide em resposta, há sujeito em constante processo de identificação e desidentificação em um sistema de diferenças não presenciais.

Embora Derrida evite trabalhar com as palavras “sujeito” e “subjetividade” – na tentativa de diminuir as confusões com noções filosóficas clássicas que colocam, por exemplo, o sujeito como centro autônomo na construção de conhecimento da realidade e por compreender que a subjetividade não é um atributo exclusivo do ser humano (DUQUE-ESTRADA, P. C., 2010, p. 12) –, eu procuro responder às inquietações desta investigação utilizando a expressão “singularidade subjetiva”. Declaro que o sentido atribuído a essa expressão neste texto faz referência à noção de humano e ao caráter singular irrevogável de cada indivíduo.

Nessa perspectiva, cada pessoa é uma singularidade subjetiva, que responde de forma única a uma estrutura referencial que jamais será fechada. Não nego o poder performático das projeções identitárias sobre os processos de identificação subjetiva, mas me ocupo da potência da singularidade enquanto decisão indecidível do sujeito condenado a criar em resposta ao que vem antes. Há possiblidade de escolha, de preferência, de exclusão, de resposta singular.

Confessa-se o poder do anterior enquanto assombração na constituição das subjetividades. Ao mesmo tempo, destaca-se que existe uma forma singular de precipitar-se em gestos, em falas, em escritos, em arte. Nesse sentido, abuso da ideia de *différance* para conceber a singularidade subjetiva como indicação referencial à herança identitária, indicação que projeta e adia diante da impossibilidade da fixação da identidade. Portanto, defenderei a ideia da identidade

[5]*Différance* é o termo utilizado por Derrida para explorar os sentidos de diferir “por retardo, delegação, adiamento, reenvio, desvio, prorrogação, reserva” (DERRIDA, 2001, p. 14) e de diferenciar pela produção de diferenças. Trata-se do movimento de anunciar a presença e adiá-la em um sistema de diferenciação infinito que também produz as oposições que tentamos desconstruir.

como projeto fracassado de universalização da singularidade subjetiva e, ambivalentemente, como projeto necessário na ordem da ética e da política para constituição de grupos identitários e para a legitimação de suas demandas reivindicatórias.

A escrita da tese também é sempre uma escolha, um sacrifício, um “deixar de lado” construído na lógica do cálculo, um identificar-se. Quero, com isso, assumir meu estudo como um esforço acadêmico de responder às heranças de identificação como negra, na tensão de me sentir convocada pela luta de combate ao racismo, enunciada por grupos representativos dos movimentos negros, e sentir-me excluída pela impossibilidade de representação da singularidade pela identidade.

Reconheço heranças de um discurso que me identificam como negra pela cor da pele, textura dos fios de cabelo e outros traços fenótipos estereotipados, assim como memórias de racismo e relatos sobre antepassados escravizados. O poder discursivo dessas heranças também me leva a aceitar tal identificação como parte daquilo que me pressiona a dizer “eu”. Entretanto, o mesmo discurso que me nomeia negra também é incapaz de representar-me em totalidade.

Se o primeiro “sim” não se escolhe, na medida em que se é invadido violentamente pela herança; o segundo “sim” é o momento de decisão sobre como responder a essa herança. Esse duplo “sim” não é discutido sob uma ótica linear, mas mantém-se como momento de tensão “entre a passividade da recepção e a decisão de dizer ‘sim’” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 13). Nesse sentido, quero pensar a decisão de responder “sim” à herança identitária pela segunda vez como condição aos processos de identificação indecidível na tensão entre heranças identitárias do que se define por negro e as respostas singulares dos herdeiros irrepresentáveis.

Mais do que confessar a irresistibilidade da herança, interessa-me discutir a possibilidade de escolha e de estratégia nessa dupla injunção (herança irrevogável e herança reinterpretada). Discutir o currículo como espaço-tempo de tensão entre a herança de um discurso totalizante – identidade negra – transmitido, comunicado, pronunciado, repetido, deslocado, disseminado antes mesmo do nascimento do herdeiro, e uma aporia indecidível que impede uma identificação total com a ficção de identidade enunciada, recebida, confessada, reconhecida e, insistentemente, interrogada. É no terreno do indecidível, é nessa aporia irredutível, que a decisão se dá, assim como as tentativas de fixação de sentidos.

Em diálogo com Elisabeth Roudinesco, sobre a herança estruturalista, Derrida respondeu:

> Eis porque a ideia de herança implica não apenas reafirmação e dupla injunção, mas a cada instante, em um contexto diferente, uma filtragem, uma escolha, uma estratégia. Um herdeiro não é apenas alguém que recebe, é alguém que escolhe, e que se empenha em decidir (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 17).

Pensar a singularidade subjetiva na ordem do cálculo prévio, como simples seleção e repetição do que é anterior e mais duradouro, é irresponsável, porque ignora a contingência e a inevitabilidade da decisão no impasse singular, do imprevisto, do incalculável, do indecidível, da vida que acontece; e também é irresponsável pensar a singularidade subjetiva na lógica da autonomia, ignorando que, antes de escolher, o herdeiro é escolhido pela herança. Daí a preocupação de Derrida em convocar o sentido de herdeiro na lógica da dupla injunção, na tensão entre aceitar o passado inapropriável e relançá-lo de outra maneira, na tentativa de preservá-lo, de ser fiel sendo infiel.

Nessa perspectiva, o segundo “sim” é o tempo da decisão na tensão entre a herança identitária e sua reinterpretação, seu deslocamento, sua transformação, seu reaparecimento precipitado. Esse é o tempo indecidível da agência “para que alguma coisa aconteça, um acontecimento, da história, do imprevisível por-vir” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 13). Qualquer esforço de cálculo fundamentado na ordem do mesmo não dá conta de capturar o ser-em-vida (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 12), que está submetido à obrigatoriedade de responder à vida que acontece na negociação irredutível com a diferença, com o que é doado pelo outro que o invade.

Continentino (2006, p. 178) chama atenção para “o lugar de uma responsabilidade singular e radical”. Este seria o lugar de reconhecer o impossível, de responder confessando o desconhecido, de tomar decisões sem o engano do cálculo. É nesse processo de decisão indecidível no currículo que quero discutir a constituição de singularidades subjetivas e a responsabilidade da agência. Um currículo que responde no indecidível, sem regras previstas e sem a crença dogmática de conhecer previamente a decisão, decide com responsabilidade.

1.3 **Escrever sem Ver: o Hetero-auto-biográfico em Ruína**

> Narrar [...] o que Derrida tentou fazer com a sua herança.
>
> *Carlos Skliar*

Não tenho a pretensão de narrar o que Derrida tentou fazer com sua herança, mas Skliar (2008) ajuda-me a pensar que esta tese é escrita sob a decisão de tentar fazer algo com a minha herança identitária; algo que confesse a impossibilidade de resolver o intraduzível, o desconhecido e, ao mesmo tempo, anunciar aquilo que é legível, traduzível. Corresponde a uma vontade política de discutir a possibilidade de decisão no indecidível, sem abrir mão da confissão responsável de aceitar a subjetividade como efeito retardado de rastros anteriores impossíveis de conhecer.

Minha decisão é uma resposta; portanto, não existe em si mesma como origem fundadora de nada. É uma resposta singular, já que enfrenta os impasses da escrita da tese na aporia. É uma resposta à invasão da alteridade procurando enfrentar a tentação do cálculo prévio. É um dar-se às interpretações em multiplicidade de disseminações infinitas. É um segundo “sim” à herança anterior e exterior que contribui com o processo de constituição e desconstituição da singularidade subjetiva. Não sou a única herdeira dessa herança, mas as maneiras como sou afetada e constituída por ela e como tento respondê-la, na vida e, especificamente, neste texto, são singulares.

Escrevo na lógica da precipitação sob a confissão de que qualquer tese não passa de uma precipitação inconclusiva na lógica do não ver. Se não vejo tudo e se não há um todo a ser conhecido, minha escrita é apenas precipitação, e qualquer precipitação na ordem do não saber é motivada pela fé; ou seja, a escrita não é motivada por um niilismo total como se escrever qualquer coisa fosse aceitável. Mesmo escrevendo na lógica do não ver, escrevo em perspectiva. Escrevo buscando perspectiva na desconstrução para defender a urgência de ideais de justiça e de igualdade, para refletir sobre as relações indecidíveis entre projeções identitárias e singularidades subjetivas, para considerar urgências e impossibilidades na ordem da ética e da política.

> O ponto de vista é a perspectiva, isto é, a visão do olhar que, ao pôr em

> perspectiva, seleciona. [...] um ser finito só pode ver em perspectiva e, portanto, de maneira seletiva, excludente, enquadrada, no interior de uma moldura, de uma borda que exclui. [...] desse "ponto de vista" também, uma certa cegueira é a condição da organização do campo do visível (DERRIDA, 2012, p. 71).

É preciso converter a hipocrisia e a insensatez dos que dizem tudo poder ver, que dizem ver mais e melhor do que o outro, que creem ver a presença. É preciso crer ver em perspectiva como condição da responsabilidade de precipitação ao chamado da alteridade. Por exemplo, tenho fé em ver Derrida e em ver utilidade na sua ecografia para a construção de minha tese. Uma fé responsável, ou seja, confiar sem ver e sem dogmas, certa de que serei interrompida pelas contingências inevitáveis que adiam a confirmação do ato de fé. Como não posso ver/conhecer Derrida nem sua obra, o ponto de vista em relação à sua doação teórica é singular. Há rastros de herança partilhados entre diferentes herdeiros, mas nenhum herdeiro pode ser substituído, assim como sua forma singular de ver em perspectiva, de ver na cegueira.

Seu pensamento sobre as ruínas da crença da evidência na lógica hegemonizada do ótico é importante tanto para pensar o processo hetero-auto-biográfico da escrita quanto do identificar-se diante dos acontecimentos que se sofre. Relaciono a discussão que anuncia sobre a crença de ver e o traçar cego do autorretrato com a crença de conhecer e o escrever/enunciar hetero-auto-biográfico sem saber; o traçar e o traço com o escrever e o escrito. Trata-se de uma reflexão que questiona o ver como condição de perceber a realidade e o analisar como condição de compreender a verdade, considerando noções discutidas pelo filósofo no livro *Memórias de Cego*.

O autor não sabe. Ver em perspectiva é não ver. Mas, diante da herança, supõe, cria *hipótese de vista* (DERRIDA, 2010a). A ideia de hipótese em questão está fora da lógica do método e da norma, sendo criada na relação imprevisível com a alteridade. Derrida anuncia duas hipóteses que orientam o que fazer no momento de impasse anterior ao traçar (ou escrever). Compreendo que a primeira hipótese é que o momento da escrita é cego e escreve-se sem saber e sem prever; e, a segunda hipótese é que a escrita é sempre realizada em perspectiva, a partir do limite singular do "ponto de vista".

A potência inventora da escrita responde diante do apelo da alteridade, supõe uma identidade que, ao ser anunciada, é disseminada no mundo, é assujeitada à

desconstrução. Antes mesmo de ser anunciada, já está submetida à herança de rastros. É hetero-auto-biográfica no limite entre eu-autor e o outro, entre o que é singular à finitude vivida do autor e a alteridade; entre a singularidade e a herança enclausurante que marca e acolhe. Não é tão fácil escrever diante da surpresa, confessando a cegueira e a perspectiva visionária como limite de vista. É mais fácil responder antecipando a escrita que virá como o mesmo do mesmo.

Na ordem do cálculo, a escrita corresponde a uma tentativa de repetição do mesmo e de antecipação do que virá, considerando crer ver e prever a presença. Na ótica da cegueira, a escrita é um processo aberto ao imprevisível, considerando crer ver no limite da clausura da língua (DERRIDA, 2001) do assujeitamento obrigatório à herança, mas comprometido em responder singularmente. No mesmo sentido, crer ver singularidades subjetivas pela presença da identidade negra como representação de um todo homogêneo e supervalorizar o cálculo da identidade em detrimento dos apelos da singularidade são equívocos que precisamos evitar.

Diante das experiências acidentais com a alteridade, diante da cegueira inevitável, busca-se cautelosamente antecipar, adiantar-se para apreensão, como se fosse possível conhecer pela pesquisa, pelo método, pela observação, pela análise, pela previsão, pela identidade prévia. A *antecipação* é o tempo da previsão e do cálculo, com a crença no ver vir; e a *precipitação* é o tempo do inesperado, da alteridade absoluta, da desconstrução da presença. “A antecipação protege da precipitação” (DERRIDA, 2010a, p. 12), e a precipitação perturba o conforto da antecipação. Esta é uma tentativa de calcular a queda e de evitá-la, no entanto a precipitação expõe a cabeça ao precipício (DERRIDA, 2010a, p. 12). Se aquela crê ver sem ver, a precipitação é a forma responsável de lidar com a ruína da antecipação.

A experiência da escrita é sempre experiência do outro, sempre experiência em ruína na relação com a diferença, com a singularidade. O escritor está atento à língua, às normas de linguagem, ao rigor da escrita, aos interlocutores, ao tema que impulsiona o escrever, e nada disso é presença. A escrita em ação é realizada em memória do que só existe pela disseminação de rastros espectrais. O texto não despreza o que veio antes, mas, por não conseguir vê-lo como algo presente e por sua incapacidade de fidelidade, é escrito em ruínas, em cegueira, em um sistema de rastros invisíveis, sob o assombro da memória e em homenagem ao que é lembrado.

Não há como antecipar o que virá. Supõe-se, mas não se vê o anterior e o posterior. Derrida (2010a) argumenta, portanto, que a invisibilidade é a condição para a precipitação, para enunciações sem modelos, para abertura ao surpreendente, sempre em dívida com a memória irrepresentável. É preciso precipitar-se pela fidelidade infiel, considerando “a superabundância e a fraqueza do visível” (DERRIDA, 2010a, p. 37).

Relaciono a condição da precipitação hetero-auto-biográfica à condição das lógicas *transcendental* e *sacrificial* (DERRIDA, 2010a, p. 48). A primeira diz respeito à invisibilidade da presença que provoca a precipitação pelo desejo de preencher a falta; e a invisibilidade é a condição e a possibilidade da lógica sacrificial. Esta diz respeito à cegueira do evento daquilo que acontece aos olhos a partir de um ponto de vista (ou limite de vista). Nenhuma precipitação representa a invisibilidade. Ao invés disso, precipita um visível em potência, um visível assombrado pela invisibilidade.

Nesse sentido, o herdeiro precipita-se na cegueira transcendental. É necessário precipitar-se. Entretanto, a precipitação lançada não se configura enquanto presença ótica e última indicação. O que resta da precipitação não se vê, não se compreende, não se captura. Qualquer tentativa de estabelecer marcas fixas é fracassada porque toda precipitação implica acenar para sua impossibilidade de essencialização. O que resta é a divisão da fronteira entre a singularidade da precipitação e a alteridade, sem apropriações e desviando-se de qualquer fechamento. Precipita na angústia do adiamento, retirando a enunciação para novamente precipitar sob o assombro daquilo que deseja mas não alcança.

Porque há chamado por justiça, por igualdade, por democracia, é preciso precipitar-se em responder, é urgente buscar o porvir do que falta. Não se pode antecipar o que virá nem calcular para fazer vir. Entretanto, a precipitação está articulada à ordem persuasiva da nomeação, está submetida à clausura impositiva da língua, está presa aos chamados da inteligibilidade e inventa estratégias para lidar com a impossibilidade do fechamento. Diante disso, o hetero-auto-biográfico precipita-se por hipótese de identificação pela referência sacrificial da identidade.

A escrita de si invadido pelo outro é sempre uma escrita da identidade em ruína. Antes da precipitação, existe a ruína sem possibilidade de restauração (DERRIDA, 2010a, p. 70). A escrita precipitada é identificação, e a identificação é uma exposição precipitada da singularidade subjetiva, herdeira do invisível, da

impossibilidade da última palavra, da identidade incapaz de representar, e, também, é uma enunciação de si, do cálculo, da decisão sacrificial, da perspectiva necessária, da violência irredutível de responder “sim”, da memória excludente.

> Na origem foi ruína. Na origem acontece a ruína, ela é o que primeiramente lhe acontece, à origem. Sem promessa de restauração (DERRIDA, 2010a, p. 70).

Antes da precipitação da operação da escrita, há ruína, e o próprio texto é ruína; é o que resta da memória como espectro que opera o movimento da escrita na tentativa de recuperar a presença passada. Para Derrida (2010a), o fracasso dessa tentativa é a possibilidade da obra, “o espectro do invisível que ela dá a ver sem jamais o apresentar” (DERRIDA, 2010a, p. 71). Ruína é a experiência que se sofre daquilo que vem sem ver vir, arruína o tema, a presença, a representação, a memória (DERRIDA, 2010a, p. 74). À medida que se escreve, perde-se aquilo que almeja recuperar, mostrar. A escrita é experiência de precipitação, adiamento e precipitação novamente porque só há espectros.

Nessa hipótese de vista, o texto é operado na tensão entre a invisibilidade e o chamado sacrificial, entre a antecipação que deseja ver e a precipitação confessa da cegueira. O texto é escrito em ruína; é o hetero-auto-biográfico em perdição. “Pode-se [...] tentar reapropriá-lo, calcular-lhe o interesse, o benefício” (DERRIDA, 2010a, p. 76), antecipar seu fechamento, descrevê-lo e explicá-lo. Contudo, nada poderá mostrar se não espectros, rastro de rastros.

O que proponho, nesta pesquisa, é pensar a singularidade subjetiva na experiência da diferença, sem o projeto de uma conclusão. Não me refiro aqui à noção de experiência dominada pela metafísica da presença, da comprovação pela crença na repetição uniforme de algo que se apresenta no presente e na possibilidade ficcional de explicação racional, mas sim ao conceito explorado por Derrida (2012) de uma experiência sem objeto e sem sujeito da presença, uma experiência que se sofre.

O *auto* de autobiografia entra em crise com a desconstrução da noção clássica de sujeito, convocando outras respostas para as inquietações filosóficas e políticas que surgem. O sujeito narrador é deslocado como instância autônoma fundadora de sentido, com consciência de si, como fundamento da verdade (DUQUE-ESTRADA, P. C.; DUQUE-ESTRADA, E. M., 2009). Entende-se a

subjetividade como tornar-se, vir a ser, em processos de identificação e desidentificação constantes, sem atender a projetos predefinidos, já que se constituem nos momentos de decisão contingente em relação ao que chega no terreno do indecidível, no acontecimento da vida. A desconstrução da autoridade do sujeito autobiográfico chama atenção para o caráter performático das narrativas, como a crítica que Nietzsche apresenta:

> [...] crítica da subjetividade não a partir do lugar de um sujeito/autor fundador de sentido, mas, antes, de um sujeito performático, que submerge na sua contingencialidade histórica, cultural e pulsional e percebe-se como um ser corporificado, construído numa multiplicidade de máscaras e papéis (DUQUE-ESTRADA, P. C.; DUQUE-ESTRADA, E. M., 2009, p. 45).

Tudo é rastro: o pensamento, a escrita, o objeto, o sujeito, a fala, a sensação, tudo está inserido em um sistema de rastros infinitos, incalculáveis e sem origem fundadora. Uma experiência da diferença é uma experiência do "experimentar rumo a" (DUQUE-ESTRADA, P. C.; DUQUE-ESTRADA, E. M., 2009, p. 79) imprevisibilidade, "uma experiência exposta [...] à vinda do outro, do radicalmente outro" (DUQUE-ESTRADA, P. C.; DUQUE-ESTRADA, E. M., 2009, p. 80). Nessa perspectiva, "o rastro é a própria experiência" [...] "de remissão ao outro" (DUQUE-ESTRADA, P. C.; DUQUE-ESTRADA, E. M., 2009, p. 79), do inantecipável e que coloca em questão a identidade.

1.4 **Tema Arruinado**

A identidade é ruína. E assim como as enunciações de Derrida (2010a), em *Memórias de Cego*, ajudaram-me a construir relações sobre a escrita hetero-auto-biográfica, também penso na operação das práticas articulatórias e dos processos de identificação como atos hetero-auto-biográficos em ruína pela impossibilidade do visível, da presença, da verdade, da totalidade. A identificação com identidades projetadas e a articulação pela estratégia da identidade coletiva envolvem negociações tensas entre o chamado do hetero e a imprevisibilidade da singularidade subjetiva.

O tema da identidade é uma hipótese da vista, uma hipótese partilhável neste tempo em diferentes campos de reflexão, sendo que meu campo de reflexão sobre a identidade é o currículo. Ao longo da tese, a perspectiva da *différance* serve não somente à escrita sobre identidade, mas também ao questionamento da própria noção de currículo. Tudo está inscrito em uma escritura discursiva, tudo habita uma linguagem e suas impossibilidades de fechamento pela não presença. Nesse sentido, interroga-se a identidade e o currículo; não para aniquilá-los, mas para revisitá-los pelos espectros que assombram esta escrita.

Escrita, identidade, currículo, singularidade; tudo está submetido às impossibilidades de uma promessa sempre adiada e urgente de enunciação precipitada para comunicação nas relações políticas. Tudo é espectro, e, na ordem das relações humanas, tudo é política, apesar da invisibilidade e por conta dos atos de fé. A fé motiva a lidar com o invisível, mas não a resolvê-lo. Nesse sentido, mantém-se a tensão entre invisível e visível, incompreensível e compreensível, ilegível e legível.

> A leitura pode, com efeito, revelar que o texto é intocável, propriamente intangível, porque legível, e, ao mesmo tempo, ilegível, na medida em que a presença nele de um sentido perceptível, apreensível, permanece tão oculta quanto sua origem. A ilegibilidade já não se opõe mais à legibilidade (DERRIDA, 1985, p. 115 *apud* DUQUE-ESTRADA, P. C., 2004, p. 48).

Ilegibilidade e legibilidade não concorrem como opções separadas na escrita, assim como invisível e visível em qualquer forma de precipitação. A primeira tem a ver com a lógica transcendental da invisibilidade, e a segunda, com os chamados da lógica sacrificial da possibilidade de responder na experiência daquilo que acontece aos olhos em perspectiva limitada, ou seja, de responder como hipótese da vista. Há ruína, e é preciso crer. A inteligibilidade do tema expõe-se à sua ruína tão logo expõe-se ao exame do outro, tão logo a fé que motiva a operação da reflexão e da precipitação confessa sua condição na ruína. Nesse sentido, a tensão entre visível e invisível é um problema irresoluto, e não tentar superá-lo é condição da responsabilidade. As tentativas de resolução são da ordem irresponsável da farsa violenta de enunciação de verdades, do esforço de fixação da tradição, da identidade.

O que há para se dizer sobre identidade não é a identidade. Identidade enquanto tal não existe. Podemos pensá-la como espectro de espectros, rastro de

rastros e como herança de heranças. Tentarei responder aos rastros da identidade como estratégia de luta política recorrendo a teóricos que insistem na discussão sobre identidade negra e ao texto do Parecer do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) nº 3/2004, que fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, reconhecendo minha dívida com o que vem antes da minha tese e pedindo perdão por não ser capaz de pagá-la. O cálculo da herança é impossível; ao mesmo tempo, há responsabilidade por escrever com fé no visível em perspectiva limitada. Assim como a escrita, o discurso identitário também enfrenta limites na ruína original e permanente. Há ruína.

E há o apelo da alteridade por justiça, tomando a identidade negra como uma das estratégias[6] de reivindicação de demandas e de articulação de grupo. Há fé em um porvir menos injusto para pessoas identificadas como negras. Proponho reflexão sobre a persistência de assombro e de assédio dos espectros da identidade negra em produções acadêmicas e textos políticos no campo da Educação. Precipitações políticas são assombradas por tais espectros e, também, assediam os rastros espectrais como estratégia, como decisão na ordem do cálculo e do indecidível.

A superfície dos textos revisitados nesta pesquisa é uma resposta às heranças do discurso identitário, mais especificamente heranças discursivas dos movimentos negros no Brasil. Este trabalho não é construído a partir de uma abordagem técnica de análise documental e teórica, visando apresentar detalhes investigativos minuciosos sobre o texto, tais como lacunas, intenções, constatações e contradições, à procura de pistas do processo de produção de sentidos como fontes da verdade e do conhecimento sobre um objeto empírico.

Tomo as produções como superfícies textuais, por não trabalhar sob o ponto de vista do muito buscar, olhar, analisar com rigor científico como método a ser aplicado para encontrar causas e explicações. A superfície textual é invisível e não há maneira de ver intenções, traduzir ideias, revelar sentidos. Ao mesmo tempo, não se parte da mesma compreensão de que o texto cabe ao leitor, excluindo-se absolutamente os efeitos do autor, da sua doação singular. Sua singularidade não

[6]Tal estratégia não é absoluta entre pessoas afrodescendentes. Caso contrário, a repetição discursiva negra com intenção performativa não seria necessária, e todas as pessoas de origem africana sentir-se-iam contempladas pelos critérios da comunidade.

pode ser recuperada e repetida, mas ainda nos assombra com os rastros de sua herança.

Compreendo o texto como parte de uma herança discursiva que negocia sentidos com demandas historicamente enunciadas, que reconhece o racismo como algo que afeta as relações humanas e que confessa sua dívida com grupos subalternizados também no currículo. Nessa perspectiva, não é possível tratar os textos acadêmicos e o documento curricular como objetos empíricos, passíveis de coleta de evidências para conclusões fundamentadas na crença da descoberta possível. A leitura que se faz da superfície textual sempre será uma leitura singular, sempre será uma leitura dividida e deslocada de outras, realizada na escritura do rastro. E sempre será uma leitura herdeira.

A lógica do cálculo irresponsavelmente toma a superfície textual como amostra do todo, ignorando a multiplicidade de singularidades como efeitos diferenciais únicos. Não há uma definição essencial da escritura de rastros na qual está inscrito o texto, pois qualquer superfície textual está no terreno do indecidível, mesmo com efeitos de verdade mais duradouros[7]. A reflexão dessa superfície textual insubstituível dar-se-á tentando desviar da perpertuação da doutrina, do fundamento, da análise, do método último, e buscando inclinação singular na precipitação de uma tese no indecidível.

Nesse ponto de vista teórico-metodológico, também se evoca certa reflexão sobre as estratégias de pesquisa, de forma a vigiar com responsabilidade o compromisso com a singularidade. Nenhuma metodologia de pesquisa substitui a reflexão singular no operar da pesquisa em questão. Todavia, qual o sentido de refletir sobre uma superfície textual fora da crença da descoberta da verdade? As tentativas de dissimulação da impossibilidade pelo anúncio ficcional da verdade são estratégia política que serve principalmente aos interesses de grupos contingencialmente hegemonizados. Refletir sobre uma superfície textual é apenas um dar-se conta de que qualquer precipitação singular é uma resposta inscrita numa escritura de rastros, fora da lógica da vontade autônoma e da lógica da presença. Interessa-me recorrer aos textos reconhecendo a indicação a discursos identitários e a referência enunciada a outras indicações.

[7]Duradouro não no sentido de permanecer o mesmo. Mas como efeitos de heranças insistentemente revisitadas no presente enunciativo.

Ambivalentemente, há o chamado da identidade negra como estratégia de luta, e ocorre a confissão de sua ruína, de sua impossibilidade, do seu risco a um porvir democrático aberto às enunciações das diferenças. Há projeções identitárias, na lógica do essencialismo e do cálculo, relacionadas tanto a sentidos disseminados por discursos racistas opressores quanto por discursos de militância contra a subalternização racial. Focando a reflexão na urgência dos discursos militantes, manterei a defesa de que a repetição da projeção identitária é uma estratégia discursiva de fixação e de controle de singularidades subjetivas que carrega o risco da despolitização pela radicalização essencialista. Tentar impor a perpetuação do mesmo da tradição africana, por exemplo, é uma perversidade contra a singularidade. É preciso continuar denunciando e interrogando na tensão entre algo anterior obrigatoriamente herdado, as convocações políticas do presente e a fé pelo porvir democrático.

Com a pesquisa em textos teóricos e políticos, a intenção é discutir as tensões entre a urgência de estratégias essencializantes para constituição de coletividade e de legitimidade de enunciação de demandas culturais e a urgência de abertura à singularidade, à diferença; e defender a urgência de uma agência que decide no indecidível, na dupla injunção (herança irrevogável e herança reinterpretada). Trata-se de um tema e de uma pesquisa arruinados e, ainda assim, urgentes. Não há definições prévias de estratégias de pesquisa marcada pela lógica do não ver e do não saber. Não há fundamentos teórico-metodológicos na perspectiva de desconstrução doada por Jacques Derrida que reduzam a angústia e a inquietação devido a ausência de um caminho seguro. Entretanto, anular o *tremor* (DERRIDA, 2006a) pelo que não se vê e não se sabe é incoerente com a própria crença do rigor científico. A perspectiva das impossibilidades e do desvio conclusivo está aberta ao que veio antes, prestando sua homenagem, e ao que vem sem saber que vem.

É o não saber e o não ver que nos permite continuar estudando e discutindo currículo e diferença, reconhecendo a singularidade da escrita e das múltiplas releituras. Não proponho reflexão em busca do último fundamento, mas responsavelmente interrogar, transformar e convocar a vigilância do imprevisível. Derrida nos coloca a filosofia da resposta a serviço da vigília, não da resposta que certifica, esclarece e define, mas da resposta que não se recusa a refletir sobre o que vem.

Estratégias de pesquisa fora do espaço da representação, que reconhecem o desvio e a deformação inerente à narrativa, valorizando a singularidade, a autenticidade da invenção, da recriação, da interpretação confessa a impossibilidade, a indecidibilidade, a performatividade, a precipitação, o indizível, o adiamento infinito pela clausura de uma malha referencial. Reconhecemos os chamados dos grupos de reivindicação de demandas das populações afrodescendentes e nos propomos a responder. Que essa resposta se dê no campo do indecidível; se dê na confissão da impossibilidade e da necessidade da precipitação; se dê com fé no porvir tão almejado de justiça, motivando a agência vigilante.

É preciso ceder ao chamado da alteridade e precipitar-se, ainda que desejando manter certo apoio[8] em previsões e cálculos. Escrever faz parte do movimento da *différance* de adiamento e de diferenciação, sendo fiel, porque faço referência a trabalhos anteriores e infiel porque é impossível repetir o mesmo e anular a perturbação da singularidade dos elementos diferenciais.

[8]Conforme o cego representado na obra de Théodule Ribot, *Cristo a curar um cego*: “Com a mão direita ele segura ainda firmemente, entre as pernas, a bengala de que não está pronto a esquecer que ela foi o seu olho de socorro, poder-se-ia dizer a sua prótese óptica, mais preciosa do que a menina dos seus olhos” (DERRIDA, 2010a, p. 18).

2 CURRÍCULO COMO PRECIPITAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DA DIFERENÇA: IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO

Proponho discutir heranças dos estudos curriculares considerando a noção de campo teórico como espaço-tempo de disputas internas pela autoridade de produção de sentidos. Um campo que existe enquanto discurso enunciado cujas fronteiras devem permanecer invisíveis. As tentativas de delimitação fixa das fronteiras violentam o acontecimento de produzir, singularmente, o que escapa ao sistema de significações nomináveis já conhecidas. O que me impulsiona a afirmar que esta tese se constrói no campo do currículo se não escrevo em diálogo com atores do campo? Sinto-me obrigada a confessar que não escrevo no campo nem para o campo, mas escrevo como herdeira de um campo com o qual não dialogo neste texto. Minha conversa é com Derrida como herdeira do currículo (repito).

O campo do currículo é minha herança, é quem me obriga a responder a inquietações teóricas sobre identidade, mais especificamente, sobre identidade negra; e respondo como herdeira de um campo convocado à intervenção para resolução de problemas emergenciais (PINAR, s/d), ao compromisso político, a atender chamados urgentes da alteridade. Em seu texto ainda sem título definido para publicação pela editora Cortez no ano de 2015, Pinar expressa sua preocupação com a inteligibilidade nas produções de doutorandos em estudos de currículo que priorizam seus interesses de pesquisa, escrevendo o que gostam e secundarizando o contexto histórico do currículo. Para o autor, o contexto histórico da disciplina está relacionado à possibilidade de compreensão do texto acadêmico, argumentando que, em um campo marcado pela multiplicidade de discursos, o que temos em comum é o passado. Esse passado em comum é reivindicado às pesquisas do currículo como se fosse uma presença a ser revisitada a cada novo texto no campo.

Este é um tipo de leitura do que vem antes com apego à força da tradição e que sustenta textos acadêmicos, muitas vezes, repetitivos, lançando, em um capítulo de revisão de literatura, o que o próprio autor critica: “uma lista de nomes, publicações e datas amontoadas entre parênteses após uma frase que de alguma forma se imagina resumir décadas de pesquisa” (PINAR, s/d). Há uma diferença entre escrever seguindo uma obrigatoriedade prescritiva e escrever respondendo à

herança que invade o autor, inevitavelmente. Acredito que há maior potencial de contribuição para as discussões intelectuais uma escrita singularmente precipitada em diálogo com aquilo que impulsiona o autor a responder. Acredito também que há um equívoco no pensamento do Pinar por considerar a autoexpressividade autoral um aspecto do narcisismo.

> A pesquisa de doutorado baseada principalmente no interesse do aluno quase sempre leva a estudos intrigantes, mas eles podem ser tão idiossincráticos que as figuras intelectuais e/ou tradições intelectuais que os fundamentam podem ficar misturadas de tal forma que até mesmo conceitos como 'hibridismo' não podem ser racionalizados (PINAR, s/d).

Conforme o que defendi até aqui sobre a hetero-auto-biografia, argumento que não é possível uma escrita narcisista como uma indicação de uma expressividade focada somente em si. A escrita de si, a escrita daquilo que gosta, não é uma escrita que parte de dentro para fora, mas uma resposta singular ao que nos acontece. Escrever aquilo que interessa ao autor não significa uma escrita inteligível apenas para si.

Confesso que não me sinto animada em trazer para este texto estudos curriculares que utilizei na pesquisa de dissertação para o mestrado em Educação, que permanecem afetando minha escrita na pesquisa para defesa desta tese. Há outros textos do campo; entretanto, as reflexões que proponho aqui buscam outro diálogo. Sinto-me extremamente impulsionada a pensar o currículo em diálogo com Derrida, anunciando com qual concepção de currículo trabalho sem apresentar o caminho que me trouxe até aqui. Concordo com Pinar sobre a importância do estudo da história do campo, não como origem ou com o intuito de entender consequências e de mapear causas, mas por reconhecer o assujeitamento à herança, ao que vem antes, ao que contribui para pensar o campo e a constituí-lo não em uma lógica linear, e sim em uma lógica de tensão entre temporalidades e tensão entre discursos adversários nas disputas pela autoridade de significar o campo.

Para escrever sobre currículo, é obrigatório mapear o campo e investigar autores que já dedicaram seu tempo a trabalhar a mesma temática que interessa ao autor? Devo considerar algumas leituras fundamentais a estudantes de graduação e de pós-graduação e a professores, tal como sugere Pacheco (2013) sobre seu texto com referência aos desafios metodológicos da pesquisa curricular diante de abordagens tão diversas no campo? Há questões prévias a serem consideradas na

escrita acadêmica (PACHECO, 2013)? Se sim, faz-se interessante discutir as disputas discursivas pela autoridade de prescrevê-las.

A reivindicação de Pinar quanto à relevância de estudos históricos no campo recorre à crença na força da tradição como constitutiva do campo. Quero questionar as vontades de prescrever com quais autores devemos dialogar ao escrever uma tese, por exemplo. Dialogar com noções de determinado autor me obriga a dialogar com toda sua obra? Sim; para minha pesquisa, li muitos textos de Jacques Derrida e com eles negociei os sentidos da minha tese, chamando a um currículo que responda à alteridade. Dialogo com noções discutidas por outros teóricos sem a pretensão de analisar toda a obra e de identificar as mudanças na trajetória de escrita do autor.

Sou herdeira dos textos de Tomaz Tadeu da Silva no campo epistemológico do currículo, e seus rastros estão presentes em minha escrita, principalmente, quando retorno ao seu livro *Documentos de Identidade* para pensar o currículo como narrativa étnica e racial (SILVA, 2002), destacando o enfoque inicial na busca pelas causas do fracasso escolar da população negra e ampliando a discussão para a problematização do currículo como questão de identidade e de poder. A noção de territórios contestados (SILVA, 1995) está envolvida no mesmo sistema de significação do campo que enuncia as relações entre identidade negra e conhecimento curricular como relações verticalizadas do poder. A análise da representação do negro em documentos curriculares, como o livro didático, evoca a noção de identidade cultural como estratégia de luta pela verdade, luta pela autoridade de produzir sentidos. Mas qual o sentido de recorrer a esses textos para escrita desta tese?

Nesta pesquisa, permaneço trabalhando com a perspectiva do currículo como enunciação cultural, já destacada em estudos anteriores (PONTES, 2009; PONTES, 2011), em referência às produções de Macedo (2011) no campo das teorias pós-coloniais. Tal ponto de vista não trabalha com a cultura como objeto epistemológico (BHABHA, 1998), como seleção de conteúdos da tradição cultural a serem transmitidos. Não se trata de encarar a cultura como objeto estático e pronto a ser ensinado, mas sim como prática de significação, como produção de sentidos dentro e fora do cotidiano escolar. A proposta é a desconstrução de compreensões dicotomizadas entre reprodução cultural e produção cultural, concebendo tudo como prática de significação. Embora a noção de reprodução de repertórios partilhados

tenha relações com a crença no calculável e no previsível, insistindo em uma tradição consensual continuísta e na fixação de uma hierarquização de conteúdos, tudo consiste em produção de sentidos.

Reconhecendo que essa produção se dá na tensão entre a herança, cujos sentidos continuam sendo revisitados, e as experiências singulares que acontecem de forma imprevisível, as enunciações no currículo se dão na experiência da diferença que inevitavelmente obriga a responder. É possível responder aos rastros de sentidos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, criar estratégias para responder no currículo, mas não é possível capturá-los como presença, como objeto pedagógico conhecido e reproduzível. Sua reaparição no currículo nunca será como reprodução de um todo jamais visto, sempre será a produção de outra precipitação seja em prol do mesmo impossível seja em abertura ao inesperado.

Seguindo os rastros de Derrida, Costa (2014) reconhece a urgência da resposta precipitada no currículo e destaca a estratégia da tradução como resposta inevitável às relações humanas.

> [...] se não é possível o acesso à verdade da significação ‘em si’, se não há possibilidade de controlarmos os sentidos contextualmente, temos uma *performance* tradutora como dinâmica inerente ao envolvimento político, à subjetivação” (COSTA, 2014, p. 3).

A reprodução, a repetição, a cópia de algo anterior, são intenções disponíveis ao cálculo, mas irrealizáveis. Há uma singularidade absoluta, que não pode ser vista por completo, que aparece uma única vez e reaparece apenas como espectro do que já não existe. Algo sempre permanecerá oculto, em segredo. A singularidade é o argumento da produção; em clausura, em resposta, mas singular no tempo enunciativo. Confessemos a ruína, a cegueira, a impossibilidade, a invisibilidade, e não deixemos de responder aos chamados da ética e da política com precipitações urgentes no currículo.

Qualquer precipitação se dá na ordem do cálculo, e, considerando o destaque de Costa (2014), qualquer precipitação implica tradução. O risco está na crença da potência absoluta do cálculo e da possibilidade da tradução total. O processo da tradução se dá no terreno de negociação com as diferenças, se dá em experiências com a diferença, mesmo que tentando negar a abertura incondicional. A noção de tradução, na hipótese de Derrida, remete à tensão entre impossibilidade e urgência,

comum no pensamento do filósofo de forma geral. Qualquer tentativa de tradução está destinada ao fracasso, porque é impossível copiar e repetir o mesmo, assim como dizer tudo sobre algo atribuindo-lhe um sentido pleno e fixo. Nenhuma estratégia discursiva é capaz de garantir a reprodução de sentidos em outro tempo, mas a tradução continua sendo necessária.

Em qualquer processo de negociação política, é necessária a tradução. O currículo que grupos representativos dos movimentos negros reivindicam é um currículo que traduza história e cultura específicas em conteúdo a ser ensinado nas escolas. Como afirma Silva (2002), currículo envolve uma questão de identidade e de poder. Tais grupos precisaram traduzir suas reivindicações, negociando sentidos com as normas dos campos curricular e legislativo. A tradução, como operação de poder, não diz respeito somente à língua, mas ao deslocamento de sentidos de determinado contexto para outro(s).

Entretanto, esse deslocamento não acontece. Um sentido não sai de um local e chega a outro da mesma maneira, porque nunca existiu um espaço-tempo original enquanto presença. Traduzimos rastros disseminados de algo que reaparece sem ser visto, rastros de história e de cultura nomeados no currículo e que são impossíveis de conhecer e traduzir na resposta singular e invisível, senão enquanto precipitação, enquanto estratégia de tradução do que resta – rastros de rastros. A indicação de rastros é um processo de tradução que nunca captura uma presença.

Um currículo comprometido com a experiência da diferença considera singularidades não impõe estereótipos identitários e não prevê regras para educação das relações étnico-raciais; entretanto, é necessário interromper a experiência da diferença e precipitar fechamentos inconclusivos e contingentes na ordem das relações humanas. Pensar o currículo é pensar nas respostas aos chamados da alteridade que reivindica projetos pelo porvir. O que proponho é a experiência da diferença sob a confissão da precipitação, reconhecendo o incalculável e o imprevisível como problema irresoluto.

Não existe a presença de uma identidade negra que possa ser transmitida como conteúdo fixo, repetido, enquanto cópia do mesmo; trata-se de interrogar o passado que se pretende repetir na escola como uma história continuísta supostamente comum, que ajuda a constituir a crença em uma identidade cultural totalizante, reconhecendo as projeções identitárias como projetos de assujeitamento de singularidades subjetivas a regras e modelos predefinidos em um sistema de

classificação. Trata-se também de reconhecer que qualquer projeto é contingente, falho, impossível.

Crer na possibilidade de reprodução é crer na possibilidade de tradução fiel. É possível produzir com ela, com os rastros dessa produção anterior, mas não a lançar outra vez da mesma forma. Cada enunciação precipitada é única, submetida à língua, ao tempo, ao contexto, ao endereçamento do enunciado, ao enunciador.

> Num quadro de infinitos diferimentos, as relações entre sentidos passados, presentes e futuros se complexificam numa trama cuja tônica é o movimento, a articulação, a negociação agonística de sentidos (MACEDO, 2011, p. 142, tradução livre).

Assim, conforme Macedo (2006), argumento que o currículo é um espaço-tempo de fronteira entre diferenças e de enunciação cultural nas disputas pela produção de sentidos; e, argumento, também, que o currículo é uma precipitação necessária em resposta às demandas que reivindicam autoridade legitimizada nas definições curriculares.

O que temos assistido nas últimas décadas são as enunciações de grupos socialmente subalternizados reivindicando uma disputa democrática no/pelo currículo (RODRIGUES, 2005; GONÇALVES, 1998). Reconhecendo que tanto os sentidos que orientam a articulação e constituição dos grupos quanto discursos subalternizantes (e hegemonizantes) nas relações de poder não correspondem a significações fixas, os sistemas de significação são abertos à experiência da diferença, submetidos à inevitabilidade da falta da presença. Há uma convocação da falta à completude, à totalização, à fixação, à identidade do grupo. Entretanto, nenhum grupo e nenhum interesse político são suficientes para o fechamento de uma fixação. Os sentidos permanecem abertos à diferença, à singularidade, permanecem flutuantes em uma cadeia discursiva que nunca se fecha. A falta da presença é preenchida pelo suplemento que não completa, que não traduz fielmente, que não precipita como última indicação.

Nessa perspectiva, trato a política curricular que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e propõe a educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar como resposta precipitada e necessária aos chamados dos movimentos negros. Chamados que evocam uma compreensão da cultura como objeto epistemológico a ser ensinado e como produção cultural (BARREIROS, 2009;

MACEDO, 2006), encarando a escola como espaço-tempo de produção de sentidos nas relações étnico-raciais entre seus praticantes. Desse modo, o currículo vem sendo alvo das estratégias discursivas adotadas por movimentos sociais que buscam atender suas demandas propondo mudanças no ensino de conteúdos.

No entanto, mesmo com uma abordagem binária, essas lutas por significação, que se dão nos contextos práticos de produção política de currículo, são construídas nas tensões e nos impasses do terreno do indecidível. Sendo assim, as intenções de essencialização não passam de fantasias cujos efeitos permanecem incontroláveis.

Reconheçamos os chamados para atender aos projetos de democracia racial como inalcançáveis, já que qualquer projeto é da ordem da impossibilidade. Reconheçamos, também, a urgência política e ética do porvir democrático como estímulo de fé para a agência que vem buscando igualdade e justiça sociais. Esse estímulo ao porvir inalcançável não exclui a busca e os efeitos contingenciais da busca, tal como a conquista política de tornar o racismo um crime inafiançável e imprescritível no Brasil.

Ao confessar o currículo como precipitação, declaro reconhecer a falibilidade do lançamento de projetos subjetivos e aceitar negociar sentidos na experiência da diferença. O currículo nunca poderá ser um fechamento conclusivo e previsível, mesmo com intenções extremamente poderosas pelo contrário. Mas sempre será uma precipitação urgente do porvir, em negociação com a diferença, que afeta as práticas (também precipitadas) de ensino com mudanças contingentes. Tudo é precipitação, seja na ordem do cálculo ou da responsabilidade. O currículo não existe fora da necessidade urgente de fechamento precipitado e temporário em resposta às demandas por projetos. Qualquer tentativa de fechamento é uma violência irresponsável que nega a multiplicidade de possíveis preenchimentos de sentidos. A última indicação é sempre adiada e é sempre rastro de indicações anteriores, projetando efeitos de verdade em um sistema referencial sem fim. Tudo se promete, se precipita e se adia, porque rastro não é presença, não é palavra final, não é verdade, mas uma promessa sempre adiada.

Assim, o currículo é apenas uma precipitação do inalcançável, dentro da lógica do inteligível. A inteligibilidade é um caráter importante da precipitação curricular, devido à urgência de negociação de sentidos com a alteridade considerando lógicas internas de comunicação, ou seja, certas estruturas com códigos compartilhados e repetidos. Nesse sentido, tomo o currículo como espaço-

tempo de confrontação e de negociação entre interesses e demandas diferentes, como fronteira cultural na luta por enunciação e por legitimação de sentidos, como entrelugar de contestação e de articulação política. Com uma perspectiva pós-colonial, reconheço essa confrontação considerando certo colonialismo cultural enunciado de forma hegemonizada e combatido por minorias subalternizadas em construções discursivas hierarquizadas e excludentes. Como Macedo (2006, p. 288), "parto do princípio de que o currículo é um espaço-tempo em que sujeitos diferentes interagem, tendo por referência seus diversos [efeitos] de pertencimentos".

Nessa ótica, as populações negras permanecem colonizadas no terreno discursivo do colonizador, às margens de uma hegemonia discursiva à qual não pertencem, mas da qual são herdeiros. Uma herança que coloniza, que influencia a língua e os costumes, que estereotipa e discrimina, que sujeita, que criminaliza, que hospeda e que exclui. Uma herança inevitável, da qual exige reparação e valorização, com a qual estabelece estratégias de negociação e que influencia a constituição de efeitos de pertencimentos culturais. Recusando a perspectiva de histórias específicas de categorias culturais a conhecer, proponho pensar a constituição de pertencimentos em torno da noção de temporalidade a fim de deslocar o historicismo linear de causa e efeito para uma compreensão de projeções culturais como efeitos de complexas estratégias narrativas.

Embora o poder colonial persista na estratégia de reinscrição de divisões binárias verticalizadas, Bhabha (1998) destaca a ambivalência como característica inerente às relações fronteiriças para discutir produções culturais identificatórias. Assim como o autor procurou refletir a narrativa de povo e de nação considerando a ambivalência entre temporalidades disjuntivas, Macedo (2006, p. 289) argumenta que "a educação [também] emerge de um movimento narrativo duplo: de um lado a temporalidade continuísta e de outro uma estratégia performática". Utilizarei a mesma concepção teórica para estudar o currículo e as lutas por representação nesse espaço-tempo de significação na tensão entre uma temporalidade continuísta e homogenizadora que transforma a cultura em objeto pedagógico fundado na autoridade da tradição e uma temporalidade performativa construída no presente enunciativo, na fronteira cultural, na experiência da diferença, nas marcas da repetição e da contingência.

É o performativo que invade as tentativas frustradas de essencialização da temporalidade continuísta, introduzindo o entrelugar, o imprevisível, a

impossibilidade. A estratégia discursiva de uma história a conhecer e a repetir sempre será invadida pela inevitabilidade da disseminação contingente. A história, portanto, sempre será uma hipótese jamais conclusiva e impossível de assumir, porque não se pode capturar um todo inexistente. A justa reivindicação pelo reconhecimento de injustiças históricas não aniquila nem o performático nem o segredo. Algo é mantido sem se conhecer e a história se mantém como problema irresoluto. E como diz Derrida (2006a, p. 17), “o problema da história deve permanecer como problema[9]”.

Resolver o problema da história com fechamentos conclusivos baseados em uma temporalidade continuísta é tentar fixar um conhecimento forjado e impedir a enunciação de uma temporalidade performática que perturba os fundamentos da racionalidade no currículo. O esforço continuísta de narrar o que já foi como fixações absolutas do passado não resolve o performático. A história é um sistema de referências infinitas de construções e desconstruções incessantes de uma conclusão inalcançável do segredo.

O poder colonial reafirma sua autoridade repetindo uma temporalidade continuísta e excludente, que hegemoniza e hierarquiza critérios de verdade, de clareza, de razão, de explicação, de seleção de conteúdos curriculares e de padrões avaliativos, negando temporalidades performáticas no presente enunciativo. Assim, o chamado por reparações históricas corresponde a uma precipitação necessária na ordem da ética e da política, sob a confissão responsável da contingência e do performático. Entretanto, a urgência de estratégias para interrogar injustiças históricas e rever a subalternização no presente enunciativo não deve ser orientada por uma crença totalizante de verdades. A necessidade pela revisão e pelo questionamento insistentes não implica uma análise mais conservadora que julga poder desvendar o segredo de contingências históricas.

O que Jacques Derrida e Homi Bhabha (1998) propõem é a vigilância interrogativa constante, a revisão das práticas discursivas com a responsabilidade ética de quem não crê em fechamentos discursivos de uma verdade absoluta. Reconhece-se que tomar uma verdade como absoluta é dar poder de compreensão determinística a uma fragmentação discursiva. Se não é total, eterna e natural, é

[9]Tradução livre.

responsável revisar, como interrogador herdeiro do que interroga e não como ser de “incorporação cega” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 25).

Embora seja conhecido como o filósofo das impossibilidades e da desconstrução, Derrida chama atenção, em vários textos, para a noção da responsabilidade na ordem da ética e da política para negociar sentidos com necessidades de precipitação simbólica. Pensar sobre a tensão irresoluta entre a sensação irresistível de respaldo em um saber prévio que difere sentidos ecoados e a singularidade diferencial que torna impossível romper o adiamento de fechamentos desvia da perpetuação essencialista, sendo que o trabalho desse pensamento não impede os esforços poderosos e contínuos de manterem seus efeitos, que colocam em risco a sensação de democracia nas lutas políticas. O reconhecimento da impossibilidade de essencializações não anula os efeitos do poder hegemonizado. Nesse sentido, a lógica da responsabilidade desconstrutiva é confessar o caráter estratégico e necessário da precipitação, ao mesmo tempo em que desconfia e revisa narrativas enunciadas como verdades.

A metáfora de uma história negra a ser revisada, reparada e valorizada no currículo não rompe com a lógica colonial de uma temporalidade continuísta. Daí a contribuição de Bhabha (1998), teórico da ambivalência, com sua discussão sobre uma tensão entre temporalidades disjuntivas. Tal compreensão auxilia no processo de desconstrução do conceito de currículo como objeto homegêneo e confessa a multiplicidade de narrativas em disputa pela autoridade de produção de sentidos. Os chamados das diferenças subalternizadas para que outras histórias sejam contadas não deixam de ecoar nas fronteiras de uma temporalidade performática.

É no presente enunciativo, interrompido por essa temporalidade, que se desestabiliza o conforto continuísta e se convoca a revisão do passado, como possibilidade dos movimentos negros constituírem estratégias discursivas em disputa no currículo. Mesmo que seja silenciada por inúmeros tipos de violências, negada por estratégias discursivas de ocultamento (como o mito da democracia racial) e negligenciada por políticas eleitoreiras, a diferença não desaparece. As evocações das culturas de sobrevivência insistem na luta por produção de sentidos tendo por referência sensações de pertencimento.

Em Pontes (2009), busquei discutir as estratégias de essencialização e a narrativa continuísta da temporalidade pedagógica utilizadas pelo poder colonial hegemonizado em relação com uma coletividade colonizada identificada como

negra. Nesta pesquisa, pretendo me dedicar mais à tensão entre as temporalidades disjuntivas na projeção de identidades e aos processos de identificação pela noção da precipitação.

2.1 **Identidade e Processos de Identificação**

Para discutir o conceito de identidade, quero relacionar tal noção com a noção de Bhabha (1998) acerca de nação e de seu povo. Os significantes “negro” e “nação” fazem referência à formação de uma coletividade essencializada por categorias discursivas fixadoras na tensão entre o pedagógico e o performativo. O povo (ou o povo negro) tem laços com o homogêneo, o essencialismo, a articulação equivalencial, ao mesmo tempo em que ameaça a formação totalizante da comunidade consensual pela sua impossibilidade de conter a diferença, a singularidade, no interior do próprio sistema de significação. Assim, as estratégias discursivas para tornar a identidade algo visível definindo critérios reguladores também são estratégias que evidenciam sua vulnerabilidade pela impossibilidade de controle das contingências e das multiplicidades indecidíveis.

> Encontramos a ambiguidade da representação tão logo a norma seja colocada, pois sua própria exibição mina o poder que a norma pretende introduzir na prática (LEFORT, 1986 *apud* BHABHA, 1998, p. 208).

Se é necessário definir o que é ser negro, criar normas que delimitam o limite do nós e repeti-las insistentemente a fim de criar uma imagem que convoca à identificação, é porque a diferença sempre escapa à captura enclausurante. A imagem representativa é uma farsa politicamente aceitável e reivindicada por movimentos sociais com uma vontade política articulatória. Entretanto, a própria tentativa de fixação identitária exclui elementos diferenciais inevitáveis com os quais não consegue lidar.

> Para ser fiel à sua imagem, a norma deve ser abstraída de qualquer indagação a respeito de sua origem; por conseguinte, vai além das operações que controla... Somente a autoridade do senhor permite que a contradição seja ocultada, porém ele próprio é um sujeito de representação; apresentado como o detentor de um saber sobre a norma, ele permite que a

> contradição se torne visível através de si próprio (LEFORT, 1986 *apud* BHABHA, 1998, p. 208).

Embora o poder da representação seja incapaz de um controle absoluto da diferença, sua força estratégica cria efeitos de verdade aos quais os processos identificatórios são obrigados a responder. Não se pode prever as respostas nas relações singulares com as tradições impostas; não há maneira de conter as indagações perturbadoras da norma; entretanto, destaco que há um poder hegemonizado sobre os sentidos de uma identidade negra, há uma autoridade discursiva que investe em normas que tornem reconhecíveis uma imagem identitária. Não é possível torná-la presença, mas seus espectros assediam práticas de identificação e por elas são assediados.

Sim, os movimentos negros lutam pela representação de suas demandas na liminaridade política da nação, e, sabendo que tais movimentos não partem de uma origem possível e não se constituem de forma homogênea, quais as estratégias de poder para constituição da identidade negra diante da impossibilidade do fechamento?

Concentro minha reflexão sobre a identidade como projeto de articulação de grupos representativos pela ficção da essência constituída na cisão entre temporalidades, na ambivalência entre o estereótipo pejorativo de negro a desconstruir e o estereótipo empoderador de negro a reafirmar. As demandas dos movimentos negros pela obrigatoriedade de conteúdos que façam referência a outra forma de contar a história da nação são orientadas pela crença de transformar a identidade em objeto pedagógico, recontando e revisando o passado, e não rompem com uma perspectiva continuísta e homogeneizadora.

Penso tais demandas não como tentativas de desconstrução da essencialização, mas como tentativas estratégicas de disputa pela autoridade de contar o passado ocultando as contradições indesejáveis e forjando origens e linearidades. Assim como o processo narrativo de nação, a identidade negra é "articulada na tensão entre, por um lado, significar o povo como uma presença histórica *a priori*, um objeto pedagógico, e, por outro lado, construir o povo na performance da narrativa" (BHABHA, 1998, p. 209).

A identidade negra consiste em uma representação discursiva marcada pela estratégia da repetição no presente enunciativo em disputa nas diferentes instâncias sociais, como os contextos envolvendo políticas públicas, mídias, produções

acadêmicas e currículo. A narrativa com imposição identificatória tem relações com o homogêneo, com o consensual, com o comunitarismo, com contratos de articulação de forças que procuram excluir violentamente elementos diferenciais que perturbam sua tentativa de totalização; não tem relações com demandas isoladas[10], por já terem sido satisfeitas ou por não vislumbrarem possibilidades de negociação para sua satisfação. A identidade sempre é evocada enquanto estratégia articulatória por processos de identificação.

É constituída na tensão entre a evocação de eventos históricos, da tradição, do passado celebratório e, ao mesmo tempo, condenatório, e a enunciação no presente; projeta o futuro e faz referência ao que vem antes, definindo estratégias de significação e de identificação sempre em crise pela contingência e pela impossibilidade do cálculo, ou seja, sempre em disputa e em negociação infindáveis; responde às contradições do próprio discurso identitário, enfrentando a tensão entre a autoridade pelo poder da tradição como essência e as estratégias performativas de produção de sentidos dialogando com o que vem sem aviso. Conforme propõe Bhabha (1998, p. 206) sobre o conceito de povo/nação, penso identidade negra como efeito de uma cisão em um “tempo-duplo”.

> Na produção da nação como narração ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna o lugar de escrever a nação (BHABHA, 1998, p. 207).

As buscas pela legitimidade da narrativa do negro reportam a uma história anterior homogeneizadora, destacando a África como origem geo-histórica comum e o passado de escravidão das populações negras no Brasil, sustentando discursos reivindicatórios pela enunciação da história dos africanos e dos afro-brasileiros no currículo, e convocam a construção e afirmação da identidade no presente enunciativo, insistentemente repetida em discursos políticos, em livros didáticos, em denúncias legais, etc.

Se a identidade fosse uma essência em si, fechada, absoluta, não seriam necessárias estratégias de repetição e convencimento em disputas incessantes na alteridade. Contudo, não sendo a própria identidade, enquanto narrativa estratégica

[10]Não se trata de um isolamento absolto em relação a outras demandas, mas de um isolamento em relação às práticas articulatórias.

e ficcional, um todo fixo e homogêneo a conhecer para identificação ou não, ela está sempre em deslocamento nas disputas pela autoridade de significação e nas tentativas de converter a multiplicidade em um.

Lembrando os movimentos ideológicos de reivindicação das diferenças nos anos de 1970, Cuche (2003) apresenta o discurso da identidade como estratégia simbólica de pertencimento a uma coletividade orientada por interesses provisórios na relação com a alteridade. Trata-se sempre de uma identidade inventada na negociação fronteiriça com o outro, interrompida pela impossibilidade de essencialização em um sistema classificatório fixo. Não há identidade cujas lógicas diferenciais sejam impenetráveis, pois a própria narrativa de identidade está marcada por discursos de minorias negras na totalização, como mulheres e homessexuais negrxs; pelas autobiografias heterogêneas de singularidades subjetivas em disputa com uma tradição centralizadora; por antagonismos de pontos de vistas sobre polêmicas como casamentos interraciais. A identidade enquanto estratégia é sempre identidade relacional, produzida em fronteira e articulada por lógicas equivalenciais de identificação e de disputa em movimento incessante.

> Não há identidade em si, nem sequer unicamente para si. A identidade é sempre uma relação com o outro. Por outras palavras, identidade e alteridade articulam-se uma na outra [...]. Na medida em que a identidade é sempre a resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional [...] (CUCHE, 2003, p. 140).

Os processos de identificação são desenvolvidos nas contradições internas da identidade. Como se fosse um “apesar de”, a identificação acontece aos herdeiros da narrativa da identidade. Apesar da impossibilidade de identificação total e eterna, a identificação insegura, vulnerável acontece. Apesar dos elementos excluídos na liminaridade cultural da identidade, a identificação (incluindo autoidentificação) acontece na alteridade. A identificação das singularidades subjetivas se dá na tensão entre o pedagógico e o performático, entre a ficção da identidade forjada pela autoridade da tradição e os movimentos estratégicos que produzem os sentidos de tal ficção.

Cuche (2003) traz contribuições relevantes para a discussão dos processos identificatórios como processos de lutas discursivas por nomeação e por autonomeação. Argumenta que o “poder de identificação” é desigual, dependendo da autoridade legitimada nos embates por produção de sentidos provisórios. Tais

processos identificatórios implicam o assujeitamento das singularidades a algo nomeado previamente como “negro”, seja de forma depreciativa repetida pelo outro como iniciativa de opressão das diferenças minoritárias, seja como estratégia de autonomeação do Movimento Negro Unificado para promover uma identidade reivindicatória nas lutas étnico-raciais no Brasil, por exemplo. Aos dinâmicos e complexos processos de identificação são impostas as fronteiras da narrativa da identidade.

A nomeação em si já é um projeto falido, ameaçado na sua própria finitude homogeneizadora. A multiplicidade de vozes silenciadas no interior do projeto identitário, em prol de enunciações performáticas totalizantes de intenções políticas reivindicatórias, não pode ser aniquilada. Entretanto, reconheço a urgência ética e política da projeção de identidades minorizadas nas relações de poder, mantendo a tensão responsável entre o objeto pedagógico e a ação performativa. Como Hall (2009), argumento que a centralidade da discussão das identidades culturais nas políticas é uma resposta democraticamente produtiva às enunciações de diferentes movimentos sociais pelo atendimento de suas demandas coletivas específicas.

> Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural (HALL, 2009, p. 320).

A identidade tornou-se, portanto, uma questão de Estado (CUCHE, 2003) e de currículo. Políticas de identidades são produzidas na ótica da totalização e da fixação, como “o negro” essencializado em sistemas rígidos de fechamentos ilusórios.

> O artigo definido identificador permite reduzir de modo fantasmático um conjunto coletivo a uma personalidade cultural única, apresentada as mais das vezes em termos depreciativos: “O árabe é isto...”, “Os africanos são aquilo...” (CUCHE, 2003, 145).

Entretanto, movimentos negros vêm utilizando a mesma estratégia de redução das singularidades a estereótipos, a partir da exclusão de sentidos diferenciais em favor de uma vontade coletiva solidária que hetero-auto-nomeia e reivindica autoridade nos processos de nomeação. Mesmo reconhecendo a

necessidade da intenção essencialista como estratégia de luta de grupos subalternizados, será sempre um momento enfraquecido que arrisca cair em uma prisão categórica, se não confessar suas fragilidades em detrimento de uma militância cega.

Abrir-se à experiência da diferença é fugir da arrogância da totalização. Tal arrogância, por crer ser possível o impossível, pode desestabilizar práticas articulatórias pela insistente exclusão da multiplicidade, do contraditório e do contingente e imposição de limites aos processos de identificação coletiva. Nesse sentido, concordo com Hall (2009) e questiono a força do sentimento de pertencimento e de identificação com determinada identidade inventada: o essencialismo ainda constitui "uma base suficiente para as estratégias das novas intervenções" diaspóricas (HALL, 2009, p. 344)?

> Este enclausuramento numa identidade etnocultural, que em certos casos apaga todas as outras identidades sociais de um indivíduo, só pode ser mutiladora para este último, na medida em que desemboca na negação da sua individualidade (CUCHE, 2003, p. 146).

Scott (2005) também chama atenção para essa questão ao evocar o *slogan* da Revolução de 1848, em que os trabalhadores franceses buscavam o direito de trabalhar como uma satisfação pessoal, em resposta às acusações dos empregadores sobre os trabalhadores serem perigosos e indisciplinados. Entretanto, nem todos os trabalhadores amavam seus trabalhos e irritavam-se com as reduções da categoria de classe, segundo aponta Scott (2005), citando registros do historiador Jacques Rancière (1989, p. 3). Esses homens utilizavam a identidade enquanto estratégia com identificações parciais e contraditórias com o projeto do movimento trabalhista.

Além da crítica à violenta negação da singularidade subjetiva[11], a identidade enquanto estratégia política é atacada também como um recurso da ação afirmativa para privilegiar determinados grupos em detrimento de outros; por reafirmar um sistema classificatório fixo baseado em categorias totalitárias e excludentes; por sustentar um tipo de militância baseada em particularismos identitários radicais; e pela falsa representação de um todo inexistente de demandas comuns.

[11]Mais uma vez destaco que, ao contrário de Derrida, reduzo, neste texto, a noção de singularidade subjetiva à ideia de indivíduo pessoa.

A totalização identitária não existe nem de forma contingencial como defende Laclau (2012). Não ocorre de forma temporária nem acidental; se há uma certeza na perspectiva de Derrida cujos rastros me proponho a seguir nesta tese, é que a presença é impossível. Que totalização é possível sem presença? Laclau (2011) reconhece que a totalização implica uma plenitude ausente, indicando que um sentido pleno e último é impossível e, ao mesmo tempo, necessário. No entanto, associa essa discussão à ideia de universalismo, sem apresentar a mesma reflexão sobre plenitude ausente nos particularismos.

> [...] o universal é o símbolo de uma plenitude ausente, e o particular existe apenas no movimento contraditório da afirmação simultânea de uma identidade diferencial e seu cancelamento por meio de sua inclusão num meio não diferencial (LACLAU, 2011, p. 57).

Uma das principais teses do autor é que o universal provém da disputa entre particularismos e que permanece enquanto lugar vazio de preenchimentos contingentes. Confessa que os particularismos são transformados na relação com o universal, dizendo que “toda identidade política é internamente dividida, porque uma particularidade só pode ser constituída se mantiver uma referência interna à universalidade como aquilo que está ausente” (LACLAU, 2011, p. 61). No entanto, sua reflexão costuma negligenciar os movimentos de negociação e disputas “internas”, privilegiando uma discussão sobre formações hegemônicas mais amplas como as relacionadas ao Estado-nação e aos direitos universais no mundo.

Como Laclau, reconheço as relações da identidade negra com discursos hegemonizados nos processos de negociação de demandas diante do outro não negro. Entretanto, meu foco de reflexão são os esforços de construção do coletivo, da identidade como estratégia também de convencimento das singularidades subjetivas. As lutas necessárias por justiça são travadas a partir do reconhecimento da discriminação sofrida por pessoas de pele escura, por mulheres, por homossexuais, por categorias inventadas para separar e hierarquizar pela narrativa da identidade. Tomar essa narrativa como estratégia reivindicatória é um risco que desliza entre a reafirmação dos discursos da opressão e o reconhecimento da diferença como elemento articulador de luta para atendimento de demandas comuns.

Nesse sentido, nos entrelugares da fronteira cultural de negociação com a alteridade, Bhabha (1998) propõe uma agência subjetiva que confessa o indecidível, a ambivalência, as interrupções da experiência da diferença; que produz sentidos em práticas articulatórias; que usa a identidade como instrumento nodal de luta em relação com um exterior que a constitui; que nomeia a si e é nomeada em processos de hetero-auto-identificação negociados com a herança anterior; e, que se constrói na experiência fronteiriça da diferença.

Cuche (2003, p. 150) apresenta o ocultamento da identidade como um tipo extremo de estratégia da identificação na alteridade, “a fim de escapar à discriminação, ao exílio ou inclusivamente ao massacre”:

> Um caso histórico exemplar desta estratégia é o dos marranos. Os marranos são esses judeus da Península Ibérica que exteriormente se converteram ao Catolicismo, no século XV, para escaparem à perseguição e à expulsão, permanecendo fiéis à sua fé ancestral e mantendo em segredo um certo número de ritos tradicionais. A identidade judaica pôde assim transmitir-se cladestinamente no interior de cada família ao longo dos séculos, de geração em geração, até lhe ser dado afirmar-se de novo publicamente (CUCHE, 2003, p. 150).

Nesse exemplo, penso os marranos como herdeiros de uma herança com a qual se identificavam amorosamente, a ponto de criarem estratégias para repeti-la insistemente como narrativa identitária constituidora do coletivo, mesmo que de forma clandestina. Reside aí uma tensão entre uma herança totalizada na força da identidade coletiva e as respostas aos imprevistos por meio de uma agência performativa. Assim, a estratégia da identidade é posterior ao processo de identificação com uma herança anterior e se dá na ordem impossível do cálculo. A identidade implica um esforço por certezas, fechamentos, limites fronteiriços, assujeitamento a normas *a priori*.

Embora a identidade exista enquanto discurso que cria regimes de verdade que afetam as relações humanas, não existe enquanto presença. É inalcançável, mesmo criando sensação de cristalização identificatória. Nenhum processo de identificação tem fim. Será sempre um processo de exclusão de sentidos para assumir outros, de forma híbrida e incessante, sem assumir. Como herdeira de Derrida, penso os processos de identificação como processos decisórios na experiência imprevisível da diferença em fronteira, no terreno do indecidível. Nunca consiste em um momento de escolha entre alternativas fixas possíveis, mas em um

ato decisório indecidível em momentos de impasse. Indecidível, porque nunca será seguro, calculável e eterno. Não está ao alcance o apoio de um conhecimento prévio. Sempre manterá o segredo responsável de assumir que não existe uma verdade a conhecer, que é impossível decidir absolutamente por algo com o qual se identifique eternamente, que a identidade é uma estratégia narrativa e não uma verdade naturalizada.

A filosofia desconstrutiva de Derrida trabalha na perspectiva de que o momento da decisão é o momento singular e solitário do não saber, na instância do indecidível entre um amparo na herança prévia (no saber anterior compartilhado) e a singularidade. Em *Força de lei*, Derrida argumenta que se um juiz julga apenas respaldado em leis definidas previamente, aplicando a mesma regra em toda e em qualquer situação que lhe é apresentada, seu julgamento consiste em uma perversidade jurídica. Mas, se sua decisão é tomada no impasse indecidível entre o saber prévio da lei e as singularidades das situações que precisa avaliar, seu julgamento trabalha em uma dimensão ética responsável.

> Para ser justa, a decisão de um juiz, por exemplo, deve não apenas seguir uma regra de direito ou uma lei geral, mas deve assumi-la, aprová-la, confirmar seu valor, por um ato de interpretação reinstaurador, como se a lei não existisse anteriormente, como se o juiz a inventasse ele mesmo em cada caso. […]. Em suma, para que uma decisão seja justa e responsável, é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo regrada e sem regra, consertadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reinventá-la em cada caso, re-justificá-la, reinventá-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio. Cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única, que nenhuma regra existente ou codificada pode nem deve absolutamente garantir (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 44).

Toda decisão indecidível é uma precipitação inconclusiva. Precipita-se em julgar. Precipita-se em identificar. Precipita-se em definir o texto de políticas curriculares. Precipita-se em enunciar identidades forjadas. Reconhecer a impossibilidade de conclusão das precipitações configura-se naquilo que Derrida chamaria de um ato responsável. Nesse sentido, vejo as políticas curriculares como respostas precipitadas e urgentes necessárias para atender aos chamados de grupos representativos dos movimentos negros para o atendimento de suas demandas.

O currículo será sempre uma hipótese que causa a sensação de conhecer algo que se defende como projeto do porvir, mas que nunca ninguém viu nem verá. Como espaço-tempo de enunciação cultural, deve assumir-se enquanto responsável não por fixar sentidos absolutos, mas responsável por precipitações que negociam com os chamados da alteridade. Defendo, portanto, que tais chamados devem permanecer como problemas irresolutos e que as políticas curriculares devem prestar contas éticas às demandas da alteridade.

Não tenho a intenção de propor regras de como abandonar a estratégia da identidade e de reconhecer apenas a processos identificatórios, a fim de ressaltar o dinamismo e provisoriedade dessas decisões precipitadas. Mas confessar a tensão entre temporalidades indissociáveis, entre objeto pedagógico e agência performativa, como entrelugares dos processos decisórios de identificação e de estratégia de luta pela autoridade de significação. Sem ignorar, como nos convida Scott (2005), que os movimentos por igualdade se dão por meio de identidades coletivas e não por singularidades individuais, quero pensar a estratégia da identidade como uma vontade política solidária articulada por aqueles que se identificam, mesmo reconhecendo contingências e contradições, com a identidade projetada.

> O elevado senso de identificação que surge com a redução do indivíduo a uma categoria é, ao mesmo tempo, devastador e embriagador. Como objeto de discriminação, alguém é transformado em um estereótipo; como membro de um movimento de luta esse alguém encontra apoio e solidariedade (SCOT, 2005, p. 19).

Nessa perspectiva, a identidade negra atua na fronteira entre um discurso discriminatório e um discurso de combate à discriminação, entre a hetero-auto-identificação da singularidade subjetiva e a articulação coletiva. Seria a identidade um problema irresoluto inerente às relações entre as diferenças, conforme acredita Scott (2005)? A autora argumenta que o fundamento das políticas de ação afirmativa surgiu de uma noção liberal pela busca da igualdade entre todos os indivíduos como um direito universal. E, uma vez que algumas pessoas são impedidas de exercer seus direitos de forma igualitária, essa busca implica o reconhecimento das diferenças de grupos particulares como categorias que impedem a realização dos direitos individuais, ou seja, o reconhecimento das diferenças, categorizadas em

identidades de tendência fixante, é tomado como pré-condição para luta pela igualdade.

> A ação afirmativa foi já em sua articulação inicial uma política paradoxal. Visando a acabar com a discriminação, não apenas chamou a atenção para a diferença, como também a abraçou. Visando a tornar a identidade de grupo irrelevante no tratamento com os indivíduos, ela reificou a identidade de grupo (SCOTT, 2005, p. 23).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais são apresentadas como parte de uma precipitação política curricular que responde aos chamados por igualdade, cujo documento anuncia a totalidade nacional constituída por categorias identitárias como descendentes de africanos, descendentes de europeus, descendentes de povos indígenas e descendentes de asiáticos insistindo em um sistema classificatório excludente. Conforme indica Scott (2005), percebo tal política na tensão entre a promessa de igualdade para todos e a urgência identitária como estratégia que separa, categoriza. O texto, portanto, evoca a promessa da igualdade destacando equivalências entre particularismos como partes de um todo Brasil.

Em Pontes (2009), destaquei que uma das estratégias adotadas na produção do texto – para alcançar aprovação no interior do CNE – foi a proposição de uma política endereçada à totalidade da população brasileira e não apenas a um grupo específico. Em entrevista, uma das relatoras do texto afirmou que “havia um entendimento comum de que o ensino de história e de cultura negras é relevante para todos os cidadãos brasileiros, independentemente do pertencimento étnico-racial” (PONTES, 2009, p. 102). Insiste-se no assédio do fantasma sem poder garantir o cumprimento da promessa.

Promessa vã, como nos alerta Macedo (2013a). Não mais uma promessa de igualdade, mas de equidade. Na ótica de Martuccelli (1996), a igualdade tem laços com uma promessa do universal, do alcançar a todos; já a equidade seria a tentativa de responder, de forma diferencial, aos chamados dos grupos de sobrevivência. Conforme também indica Macedo (2013a), a equidade é uma promessa de representação da diversidade, cuja articulação discursiva já se faz marcada pela sua impossibilidade de concretização. Enquanto fantasma, permanece assombrando movimentos negros e as Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais como significante com grande poder de articulação de políticas por se propor a responder às demandas dos diferentes grupos representativos. Responde de forma

precipitada, sem a capacidade do fechamento; responde disfarçando a multiplicidade de singularidades em categorias identitárias; responde adiando o inalcançável.

Uma das estratégias discursivas para tentar esconder a falácia da promessa por equidade é insistir na fixação de identidades diferenciais totalizadas. É possível atender às demandas de grupos identitários? Talvez, enquanto imagem ilusória de uma realidade que não pode ver, conhecer, capturar, responder singularmente. Apesar da promessa por equidade entre grupos identitários, os processos de identificação (ou as lutas de identificações, como indica Bhabha, 1998, p. 56) não estão aprisionados a uma vontade coletiva homogênea e estereotipada. Embora não seja possível aprisionar a singularidade, não desprezo os efeitos de poder diante dos lançamentos discursivos das categorias identitárias e da equidade como algo necessário de colocar em questão (MACEDO, 2013a). O mascaramento da singularidade subjetiva em identidades também mascara a falibilidade da promessa por equidade. Como Macedo (2013a), defendo o compromisso desconstrutivo da equidade (e da identidade) por uma teoria curricular responsável, que responde confessando o impossível, que responde aberto ao acontecimento singular.

Destaco, aqui, o caráter singular e contingente da identificação no terreno do indecidível e a impossibilidade de representação na coletividade totalizada. O indecidível da identificação desliza entre a força da tradição, enquanto modelo comum e fixo para um grupo, e a negação inevitável da sua certeza no presente enunciativo da experiência da diferença. O currículo como precipitação é produzido nesse lugar de tensão e de impasse constante, confessando de forma responsável a indecidibilidade dos processos decisórios de identificação. Não há maneira de a vontade coletiva estabilizar a multiplicidade (conter o rastro e a resposta singular) pela imagem de uma representação homogeneizada.

> [...] a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da identificação – isto é, ser para um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade (BHABHA, 1998, p. 76).

Enquanto a identidade habita em uma clausura projetada como cálculo, a identificação habita o lugar fronteiriço da tensão entre a força da tradição

pedagógica e o porvir performático. O primeiro “sim”, inevitável à herança anterior, assujeita as singularidades subjetivas à clausura da linguagem nas relações sociais. Tão logo nasce, o indivíduo já se vê enclausurado em um idioma, um nome, determinado círculo de pessoas com suas formas de agir e pensar, em um sistema de rastros infinitos ao qual está preso como indivíduo que identifica sua herança e se relaciona com ela como condição para se projetar no mundo. A identificação se dá como processo singular que impede a totalidade pela experiência da diferença, impede a identificação última, impede o fechamento em uma comunidade representativa.

A própria imagem da identidade carrega os sentidos de um limite enclausurante total; entretanto, trata-se apenas de uma projeção inacabada em um processo infinito de adiamentos sem origem absoluta e pertencente a um sistema de referências que não se esgotam. São as rasuras nas fronteiras abertas da identidade que possibilitam a experiência da diferença; quero dizer, a abertura ao infinito de qualquer narrativa discursiva permite a singularidade, o imprevisível. Entretanto, quero destacar, como Derrida (2001), que não nego a inevitabilidade do limite enclausurante. Sem o limite, as relações humanas, a comunicação inteligível, não ocorreriam. O autor colocou sobre o limite filosófico, mas podemos relacionar com os limites de qualquer discurso, como o da identidade e o do currículo:

> Limite, pois a partir do qual a filosofia se tornou possível, se definiu como episteme, funcionando no interior de um sistema de constrições fundamentais, de oposições conceituais fora das quais ela se torna impraticável (DERRIDA, 2001, p. 12).

A identidade sempre permanece aberta aos indecidíveis dos processos singulares de identificação; portanto, é falível. Mas assim como a precipitação é necessária, as categorias identitárias são urgentes às relações éticas e políticas? Acredito que sim. Como Derrida (1998) nos sugere em *Espectros de Marx*, precisamos da violência para viver nos espaços do entre. Não existe um dentro e um fora da clausura como se fosse um limite fechado, mas um viver na borda, confessando os deslizamentos constantes entre a violência inevitável e necessária da identidade e a produção singular na experiência da diferença; confessando o esgotamento de uma identificação total com a identidade que também não é total.

Mais uma vez, ressalto que a identidade não existe enquanto presença. A identidade é um fantasma (uma imagem), ou seja, existe sem a presença metafísica. Assombra os processos de identificação, mas não fala; nós é que a enunciamos no presente e nos constituímos performativamente nessa enunciação de sentidos. Sendo assim, promete-se e adia-se um tornar-se negro e um ser negro (mesmo que alguns discursos irresponsáveis e extremamente perversos o neguem positivamente).

Embora a prescrição curricular tente impor a clausura identitária pela nomeação do negro e pela definição fechada de demandas, a imagem projetada como totalidade é irrepresentável. Não é possível representar o que sempre escapa à fixação presente. Já a perspectiva desconstrutiva de um currículo como precipitação reconhece as iniciativas de imitação da identidade em referência ao mesmo e adiada a alcançar o mesmo. A precipitação é a confissão da promessa inalcançável da prescrição, é a resposta responsável na ordem do cálculo inescapável.

Ressalto que identidade e identificação são nomes inventados que reconheço e tento, como tantos outros autores, delimitar, na clausura da língua e do rastro, com os sentidos nos quais deposito minha fé para precipitar-me nesta tese. No entanto, não tenho a intenção de criar clausuras conceituais nem de confirmar oposições binárias. Insistindo neste texto como precipitação e não como fechamento, defendo que identidade e identificação devem ser pensadas na perspectiva da ambivalência. A singularidade subjetiva não habita nem na identidade, em uma temporalidade pedagógica, nem na identificação, em uma temporalidade performativa. A singularidade subjetiva habita o terreno do indecidível. Só há singularidade fora da ordem do mesmo, aceitando responder no impasse indecidível.

Aquele que afirma positivamente “sou negro” dissimula elementos diferenciais perturbadores da ilusão de plenitude, sempre ausente (LACLAU, 2011), tentando proteger a imagem da identidade por motivos políticos, éticos e/ou psíquicos. A identificação se dá no espaço de tensão entre o convite enclausurador da identidade e o porvir na experiência imprevisível da diferença, na fronteira entre aceitar e reafirmar a identidade fantasmagórica e confessar suas fissuras. Embora a identidade seja projetada como um fechamento, não consiste em um todo homogêneo cercado por limites impenetráveis; mas é justamente sua incapacidade de fechamento e sua impossibilidade de controlar suas fissuras que denunciam a

irresponsabilidade de tentar ocultar suas falhas e a violência no apagamento fracassado de suas cicatrizes, ao mesmo tempo em que movimentos sociais recorrem à estratégia narrativa da identidade para delimitar demandas coletivas e reivindicar igualdade.

Se a desigualdade opera na lógica da nomeação identitária, há algo de estratégico em responder considerando a mesma lógica. Conforme contribui Scott (2005, p. 29), igualdade e discriminação devem ser pensadas “não como entidades eternas, mas como efeitos de processos políticos e sociais [...] política é a negociação de identidades e dos termos de diferenças entre elas”. Nessa perspectiva, argumento a urgência e a necessidade de um currículo que precipita a identidade enquanto estratégia.

Embora Derrida seja conhecido como o filósofo das impossibilidades e da desconstrução, em vários textos chama atenção para a noção da responsabilidade na ordem da ética e da política para negociar sentidos com os chamados da alteridade. Reconheço, portanto, que a impossibilidade não anula a criação de efeitos de verdade pela força da tradição imposta. Resta a estratégia. Resta a precipitação estratégica. Resta responder àquilo que coloca em risco a sensação de democracia nas lutas políticas. Nesse sentido, a lógica da agência interrogativa responsável é confessar o caráter estratégico de buscar o porvir confessando seu fracasso original.

Um currículo na lógica da precipitação com enunciações de justiça, confessando a experiência da diferença e desconstruindo a experiência da identidade enquanto presença, desliza entre a urgência de um fechamento e a inevitabilidade ameaçadora da alteridade; está sempre aberto ao acontecimento imprevisível diante de adiamentos, do porvir inalcançável, dos espectros da experiência eterna do rastro. Pensar o currículo como precipitação é pensá-lo na fronteira entre uma temporalidade pedagógica que convoca à experiência do objeto da presença, da identidade, e uma temporalidade performática que enuncia uma experiência sem objeto, sem categorias identitárias, sem essência.

2.2 **Currículo Responsável: Entre a Confissão e a Estratégia**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana formam parte do conjunto de produções de textos políticos no campo da Educação em resposta a demandas particulares de combate ao discurso racista e aos seus efeitos de poder nas relações injustas entre as pessoas. Fazendo referências aos rastros de discursos discriminatórios e reivindicatórios, as Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais configuram-se como mais uma conquista relevante para o projeto de reconhecimento das demandas das populações negras, sob vigilância contínua de grupos representativos dos movimentos negros e de militantes individuais na luta para denunciar o racismo e as tentativas de seu ocultamento.

Ultrapassando os limites do simples denuncismo, a agência política reivindica mudanças pela garantia de aplicação das leis de ação afirmativa, exige representação nos espaços de decisão política e busca práticas articulatórias para constituição da coletividade. Usa e repete, para isso, a estratégia de projeção identitária negra a fim produzir sentidos de legitimidade para suas demandas e de chamar/convocar indivíduos a processos de identificação e de articulação em torno do significante negro como algo que remete à cor da pele, antepassados escravizados, tradição africana, subalternização racial. A estratégia identitária é evocada não somente para convocar à identificação, mas também ao reconhecimento do outro, obrigando-o a responder.

As heranças da perspectiva desconstrutiva de Derrida convocam respostas no campo curricular, que não proponham a destruição da clausura mas que construam estratégias na tensão entre a confissão do impossível e a urgência da precipitação. Nesse sentido, um currículo responsável é um currículo que responde ao que acontece com fé na urgência do porvir.

> A separação mostra-se impossível entre o que nos advém, o que nos acontece, e o que acontece por meio de nós, através de nós, em relação ao qual devemos assumir responsabilidade, antes mesmo de determiná-la como responsabilidade ética, jurídica ou política (DERRIDA, 2007 *apud* DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 13).

Responsabilidade é responder sem a intenção da última resposta; é precipitar sob a confissão do rastro; é decidir no terreno do indecidível. Se tudo é rastro, interrogar tentativas de fechamento conclusivo é responsabilidade da agência comprometida em desconstruir efeitos de verdade duradouros e poderosos que colocam em risco singularidades e justiça. Na ordem da ética e da política, o currículo como precipitação responsável é uma perspectiva aberta às imprevisibilidades na experiência da diferença e aos seus impasses indecidíveis e singulares.

Deve se propor a responder à busca dos movimentos negros do recurso ao direito, à Constituição, à transformação pela força da lei, em virtude da resistência insistente de discursos racistas em diferentes espaços-tempos do território tomado como nacional. Uma resistência velada por mitos discursivos como a fantasia de um Estado-nação constituído em democracia racial, pois já não cabe assumir publicamente discursos discriminatórios contra parte da comunidade brasileira. Reivindica, portanto, uma vigilância, fundamentada em lei, a qualquer enunciação racista no ensino, nos livros, nos currículos escolares. Tal reivindicação política no currículo – incluindo conteúdos específicos, preferencialmente, no ensino de Educação Artística, Literatura e História brasileiras — apresenta-se como projeto de subjetivação pela crença na força performática da lei e na repetição de categorias identitárias como estratégia de legitimação.

Embora a vigilância negocie sentidos na lógica essencializante, sustentada por certo comunitarismo subalternizado e mantendo totalizações identitárias como “negro”, reconheço sua urgência na luta contra desigualdades que vitimizam gerações, mesmo que contingencialmente.

> [...] uma ética geral da vigilância me parece necessária a respeito de todos os sinais que, aqui ou lá, na linguagem, na publicidade, na vida política, no ensino, na escrita dos textos etc., podem encorajar por exemplo a violência falocêntrica, etnocêntrica ou racista (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 42).

A persistência da vigilância é vista por Derrida como necessária e como uma armadilha dupla. Ao mesmo tempo em que revisa sinais de enunciação discriminatória para denunciar, desconstruir, condenar e corrigir, a agência politicamente minorizada nas relações de poder também corre o grave risco de universalizar regras de vigilância que carregam excessos, como a evocação de outra

versão de “caça às bruxas”. Trata-se sempre de uma questão de poder entre as forças que autorizam e abusam das suas influências hegemonizadas e a força dos grupos cujos excessos não aniquilam o racismo contra pessoas negras; por exemplo, a discriminação sofrida por estudantes brancos em instituições de ensino majoritariamente frequentadas por estudantes negros não altera a sulbalternização de pessoas negras em tantos outros espaços-tempos subjugados à hegemonização branca.

Neste momento, poder-se-ia questionar: por que ainda discutir relações entre brancos e negros em uma perspectiva que se propõe a desconstrução de binarismos? Ora, porque ainda identificamos e preenchemos sentidos relacionados aos significantes “branco” e ”negro”, assim como alguns teóricos e/ou militantes tentam superá-los, ressaltando sua invenção e contingência. Seria irresponsável tomá-los como fixos e exclusivos; entretanto, mais irresponsável ainda seria ignorar os efeitos dessa construção discursiva nas lutas políticas por enunciação democrática de sentidos.

Minha tese não é proposta na tentativa de esconder-me do comprometimento político na escrita. Apesar da farsa dicotomizada, os discursos racistas baseados nas totalizações “branco” e “negro” contribuem para efeitos maciços extremamente poderosos de exclusão e de subalternização. Não vejo prudência em fazer de conta que não existem; existem como ficções com efeitos nas relações entre indivíduos, como os altos índices de homicídios sofridos por jovens negros em relação ao índice de homicídios sofridos jovens brancos. Dessa maneira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou, em 17 de outubro de 2013, os dados da pesquisa *Participação, Democracia e Racismo?*, apontando que a cada três assassinatos no Brasil, dois referem-se a vítimas negras. A pesquisa também aponta que a população negra é a principal vítima da agressão por policiais, treinados para identificar criminosos baseados no fenótipo de negros conforme indicou trabalho de Duarte (2005).

Nessa perspectiva, reconheço que políticas afirmativas de vigilância, de reconhecimento, de valorização e de correção não são suficientes para aniquilar o racismo. Como qualquer outro projeto, a falha é certa. Mas confesso e evoco a necessidade delas, destacando o caráter motivador de projetos de fé para a agência comprometida com urgências éticas e políticas. A transformação total é impossível, mas quantas não são as injustiças evitadas e quantos não são os impedimentos

para desigualdades ainda maiores por conta da agência que permanece vigilante e atenta em prol de projetos de fé?

O pensamento de Derrida colabora com a desconstrução dos fechamentos no campo do currículo, como a noção de sujeito tão cara em projetos educacionais: sujeito cidadão, sujeito alfabetizado, sujeito escolarizado, sujeito tolerante, sujeito crítico, sujeito reflexivo, sujeito autônomo, etc. Nenhuma enunciação existe enquanto essência e origem, apenas enquanto resposta heteroautônoma baseada na fé. Resposta singular diante do outro e da lei enclausurante.

Reconhecer a precipitação da decisão heteroautônoma no indecidível é mais responsável do que aplicar conceitos universais sobre a verdade de forma absoluta, como a fixação de identidades. Por exemplo, quando provocado por Roudinesco (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 36) a indicar sua opinião sobre a discussão sobre paridade na França, Derrida anuncia uma precipitação que não conhecia antes de ter decidido e decide não como sujeito autônomo enquanto tal, mas como herdeiro afetado pelas lutas dos grupos feministas, pela preocupação "com a inscrição da diferença sexual na Constituição" e outras indicações referenciais com as quais negocia sentidos. Para o filósofo, insistir de forma cega em sua crítica às fixações e aos binarismos, negando interrupções ética e política, seria um ato irresponsável.

> [...] a partir do momento em que me dizem: "Existe apenas uma escolha binária. É preciso votar sim ou não na paridade assim determinada", percebo que se voto contra, estou me arriscando a ratificar uma situação catastrófica. A França é o país mais retardatário no que diz respeito à presença, e sobretudo à representação das mulheres na vida política. Se me intimam a votar "pró" ou "contra", naquele momento e a despeito de minhas ressalvas, votarei a favor da paridade, porque se voto "contra" confirmo um fato massificante e intolerável: a sub-representação das mulheres na política num grau desconhecido na Europa, o que traz gravíssimas consequências e implicações (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 36).

Um currículo responsável não tenta se esquivar da resposta e responde questionando a crença em princípios educacionais universais. Mas se a intenção não é destruir noções preciosas à Educação e ao currículo, como elas reaparecem? Como reaparecem as tradições pedagógicas pelas quais temos obsessão e pelas quais continuamos sendo assediados? Como reaparece aquilo que perseguimos e que nos persegue?

Reaparecem enquanto espectros. Espectros no sentido de que não existem enquanto presença: a essência jamais presente, jamais visível, existente apenas como fantasmas “da memória, da herança e das gerações” (DERRIDA, 1998, p. 13). Espectros no plural, tendo em vista que não há uma noção de sujeito e de currículo, mas sim enunciações disseminadas em multiplicidade incessante que nos invadem de forma inevitável enquanto rastros de rastros. Uma multiplicidade que não há maneira de historicizar, embora a reaparição possa ser datada. E, mais uma vez reaparecem, não de forma definitiva, no texto desta tese precipitada, escrita sob as leis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as leis do PPGE/UERJ, as leis da linguagem e outras obrigações impostas. Reaparecem enquanto rastros de Derrida e tantos outros rastros com e sem autoria[12] identificada. Reaparecem, aqui, como sujeito assujeitado para assombrar quem deseja apaixonadamente sua aparição.

O currículo não pode escapar de produzir violências nem de sofrer violências; seja para formar sujeitos dóceis, autônomos, críticos, reflexivos, tolerantes, profissionais, responsáveis, o projeto curricular de ensino e formação de sujeitos consiste em práticas de violência. O ensino endereçado ao outro está fadado a assujeitá-lo. Como já dito anteriormente, a linguagem é enclausurante, e toda relação na alteridade é uma relação presa à lingua, à alteridade, a responder. Não há escape da língua, da herança, da nomeação; há escape inevitável da fixação, do cálculo que só ocorre enquanto precipitação e não enquanto fechamento. A confissão da impossibilidade da presença de projetos desejados confere ao currículo responsável o compromisso com a estratégia, uma abertura a lidar com a clausura e com a experiência da diferença de forma indecidível.

Para Macedo (2013b, p. 442), tanto o campo teórico do currículo quanto a política curricular vêm reconhecendo espectros de crise para justificar intervenções na educação básica, tais como a baixa qualidade da educação e as desigualdades econômicas e sociais. As Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais estariam, portanto, ligadas ao reconhecimento do racismo como crise que justifica a inclusão de conteúdos curriculares que privilegiam a história e a cultura da África e dos africanos. A narrativa do racismo, portanto, permite insistir em mudanças na ordem

[12]Sendo que toda autoria é hetero-autoria.

da ética e da política, produzindo violências que categorizam e excluem em prol da formação de cidadãos.

> As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática (CNE/CP, 2004, p. 1).

Entretanto, é responsável confessar a impossibilidade do projeto de combate ao racismo e às discriminações, assim como confessar a urgência de estratégias para combater essas injustiças. Concordando com o argumento de Macedo (2013b, p. 443), “a ideia de crise tem funcionado como exterior constitutivo que estabiliza o sistema de significação e, portanto, dificulta a circulação de múltiplos sentidos para currículo”.

Derrida (2001, p. 28) reconhece a existência (não como presença, mas como algo que acontece) de narrativas exteriores que, mesmo como farsa inventada, respondem aos desejos de (re)aparição de espectros de forma a constituir fundamentos de uma época, fundamentos de um campo teórico, fundamentos da política democrática. Conforme o filósofo coloca, perseguido por teóricos como Ernesto Laclau e Judith Butler, essa exterioridade constitutiva não é absoluta. Portanto, transformar o exterior constitutivo em princípio fundamental a combater, em referente último a responder nas lutas por enunciação de sentidos, contribui para a dificuldade indicada por Macedo (2013b). Assim, um currículo responsável confessa o assujeitamento à alteridade e cria estratégias para reinscrições abertas a revisões e interrogações constantes.

Trato a enunciação identitária como uma estratégia discursiva de luta pelo poder de significação da totalização de uma demanda, de um grupo, de uma articulação hegemonizada que interessa aos movimentos negros que insistem no recurso da nomeação em sistemas classificatórios excludentes. Penso que nomear identidade negra, movimento negro, seja uma questão de sobrevivência das populações afrodescendentes constituídas enquanto grupo em relação a um persistente contexto de opressão, discriminação, marginalização e exclusão.

Não há liberdade em identificar-se com algo já existente, “encaixando-se” em categorias inventadas previamente. Se sei previamente que é preciso decidir por uma categoria identificatória, não estou decidindo por nada, apenas escolhendo dentre alternativas possíveis. Em Derrida, a liberdade só existe enclausurada à heteroautonomia. Não existe uma consciência autônoma que age de dentro para fora, mas singularidades que são invadidas de fora para dentro, de forma a construir subjetividades em processos decisórios, em posicionamentos diante daquilo que lhe advém.

Inevitavelmente, o currículo é resposta precipitada ao exterior constitutivo, sempre aberta em um sistema de rastros infindáveis. O ato da precipitação implica reconhecer que algo escapa à fixação e adia-se. A característica excludente da precipitação é um problema que deve continuar irresoluto. Tentar resolvê-lo produzindo narrativas baseadas na ideia de que a exclusão não existe é muito mais perverso e preocupante do que a confissão da violência inevitável. Deve-se desconfiar de narrativas de homogeneização que desprezam falhas diferenciais e contribuem para fixações de sentidos no currículo.

Macedo (2013b, p. 445) traz uma frase provocativa que nos ajuda nessa desconstrução da fixação de discursos excludentes: “Faz parecer que o único excluído é a crise, o que muito nos alegra”. Trabalhar o racismo como exterior constitutivo da formação discursiva da identidade negra, um adversário comum que se pretende combater no currículo, não deve implicar fixá-lo de forma central às respostas das práticas articulatórias. Hegemonicamente, a narrativa racista é alvo de críticas nas políticas curriculares; contudo, as ações antagônicas a tal exterior não são homogêneas. Posso citar a polêmica sobre cotas raciais. Os movimentos negros foram provocados a declarar um posicionamento sobre o assunto e encontramos discursos como a preocupação das cotas reafirmarem o racismo e a luta pela garantia das cotas como estratégia de empoderamento a curto prazo. Ao obrigar a responder na urgência da precipitação, essa força antagônica exterior também obriga a excluir outros elementos discursivos diferenciais.

As precipitações no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais constituídas em resposta ao exterior excluem somente os sentidos de uma narrativa racista e discriminatória? Fatalmente, a multiplicidade de singularidades subjetivas também está excluída. A estratégica da articulação é excludente. O foco no exterior constitutivo sem confessá-lo como espectros usa a força de uma cadeia

equivalencial entre demandas para assujeitar a multiplicidade à luta contra o racismo. Nessa perspectiva, um currículo responsável habita o terreno indecidível entre a confissão da impossibilidade de uma lógica equivalencial homogeneizante e o assujeitamento das singularidades às violências enclausurantes. Existe a necessidade da precipitação estratégica. Resta-nos o estratégico.

É no entrelugar que se desconfia de essencialismos e se criam estratégias performativas na alteridade em busca de um porvir inalcançável, mas, ainda assim, obcecadamente perseguido. Como afirma Bhabha (1998), o lugar da agência política é no entrelugar e no entretempo discursivos. Com Derrida (2001), argumento que este é o terreno indecidível do estratégico que confessa e que precipita. O lugar de tensão e de impasse que a estratégia da desconstrução responde responsavelmente. Este é o lugar no qual o currículo responsável deve responder à convocação da diferença.

O currículo está na clausura da linguagem, mas não existe enquanto presença, apenas como algo espectral que sempre escapa. Mantendo o trabalho de perseguição motivado pelo desejo de presença, o currículo está sempre em movimento, em transformação rumo ao porvir. Derrida não nega o acontecimento do desejo de presença, tanto pela falta quanto pelo excesso de tantos rastros. Sua contribuição é sobre o pensar a presença como algo inalcançável mesmo que sempre perseguido.

Abordando a coisa espectral, Derrida (1998, p. 23) enuncia o duplo trabalho de transformar e ser transformado, de pôr e decompor, de operar e ser operado, de produzir e ser produzido, de assujeitar e ser assujeitado, de ser herança e rastro. Assim, não faz sentido pensar um currículo como última indicação, mas como trabalho de busca do porvir. Confessemos, portanto, o assujeitamento do currículo à alteridade, ou seja, às violências enclausurantes. Pensar o currículo de forma responsável e construir estratégias curriculares responsáveis estão na ordem do assumir a impossibilidade e suportar o luto que nunca termina e sempre se renova. Suportar no trabalho da precipitação responsável.

3 **POLÍTICA CURRICULAR: PRECIPITAÇÃO PERFORMATIVA E O PORVIR**

3.1 **Entre a Precipitação e a Prescrição**

Destaco que a disseminação de políticas e das tensões envolvidas nos processos de negociação em um sistema de rastros que lida com os fantasmas de uma ilusão metafísica de objeto da política tanto para a precipitação em texto escrito quanto em outras práticas cotidianas de relação com a alteridade não é ecoada a partir de uma origem fundadora. Assim, esta pesquisa é desenvolvida na perspectiva ambivalente das negociações pela autoridade de produção de sentidos prescritivos e da confissão da precipitação na experiência da diferença, desconstruindo a ideia de um Estado centralizador. Quero destacar a noção de indecidível na produção de política curricular que responde às enunciações de uma coletividade identitária, a fim de discutir a complexa tensão entre a responsabilidade de reconhecimento da farsa totalizante e a estratégia da essencialização pela prescrição.

Entretanto, se tudo é rastro, se não se pode escapar da experiência da diferença, por que discutir a tensão entre a urgência da precipitação e os efeitos de poder da prescrição? Há forças simbólicas que produzem a sensação de cálculo, o fingimento de ver o invisível, que autorizam e justificam na alteridade, tais como: forças do “politicamente correto”; forças do “sejamos razoáveis” e do “bom senso”; forças da tradição repetida pelas mídias, pelas escolas, pelos grupos, etc.; forças da opressão armada; forças dos direitos universais; forças religiosas; forças da lei (ou força de lei, para invocar o título do livro de autoria de Derrida); forças da persuasão. A violência das forças da metafísica da presença é inevitável às relações humanas. Mesmo que jamais completa e acabada, gera efeitos de poder que podem autorizar e desautorizar desigualdades. Há poder na prescrição, há poder na repetição de verdades, há poder nos rastros que não fecham mas permanecem influenciando outros rastros e sensações de presença.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais são rastros de rastros em um sistema de referências infinitas que impedem a conclusão, a última palavra. As forças que legitimam o caráter de urgência de sua prescrição para lidar com as demandas por justiça evocadas por movimentos sociais específicos não são

poderosas o suficiente para impedir a disseminação de rastros e mais rastros. E seguimos a produzir políticas prescritivas, seguimos a cobrar por justiça, seguimos a nos movimentar visando a um porvir invisível, sem discriminação racial. No caso, essas diretrizes foram elaboradas para fundamentar a obrigatoridade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, exigência que consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), modificada pela Lei nº 10.639/2003 e alterada pela Lei nº 11.645/2008. A escrita dos documentos políticos citados, dentre outros, é apresentada como resposta aos chamados por legitimação de demandas há décadas exigidas.

Não me proponho a reflexões baseadas em uma categoria de grupo preexistente firmemente fundado em essencialismos como cor da pele e antecedentes histórico-geográficos. Deslizo entre as doações teóricas de Ernesto Laclau e de Jacques Derrida para manter a interrogação da metafísica da presença. Laclau (2012) foca no fechamento contingente de totalidades para articulação provisória de demandas, constituídas em referência a uma alteridade que insiste em fixações categóricas; Derrida (1998), por sua vez, concentra-se na abertura ao impossível, no processo de precipitação de identificações coletivas e de adiamento dos fantasmas da identidade totalizada. Tenho maior afeto pelas contribuições de Derrida, reconhecendo os rastros da teoria do discurso em minha escrita sobre política curricular e demandas de movimentos sociais.

É inegável que existe algo que chamamos “negro”, espectros sem presença, sem essência, sem permanência, que influencia a constituição de um grupo pela violência equivalencial e pela urgência articulatória em prol da luta do “pode ser”, do porvir sempre desejado e adiado. E não podemos desprezar que, em um contexto que antes não reconhecia pessoas negras como singularidades com direitos, as forças de denúncias contra o racismo e a discriminação vêm ganhando maior centralidade e intervindo nos espaços-tempos de decisão pelo reconhecimento e legitimação de suas demandas. Essa intervenção (ingenuamente calculada ou responsavelmente precipitada) busca aplicabilidade de suas reivindicações pela força de lei “seja direta ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica –, coercitiva ou reguladora, etc.” (DERRIDA, 2010b, p. 8). Muitas intervenções da agência política que busca desconstruir discursos hegemonizados, como o racismo, optam por utilizar estratégias discursivas na força prescritiva da lei.

> [...] movimentos sociais têm continuamente lutado em todo o mundo pelo reconhecimento – e não pela mera tolerância – de suas demandas específicas. Mulheres, por direitos civis e sociais iguais aos homens; negros buscando reconhecimento em relação aos brancos; homossexuais, em relação aos heterosexuais; pobres, em relação aos ricos; enfim, o particular quer, cada vez mais, ampliar seus conteúdos específicos e se tornar universal. O meio conhecido, e mais reconhecido, de conquistas políticas por grupos sociais é a tradução de suas demandas específicas em texto de lei (MENDONÇA, 2002, p. 56).

É notória a luta de movimentos sociais pelo reconhecimento de demandas construídas em relações antagônicas a partir da exigência da aplicabilidade de uma justiça evocada pela força de lei. Mendonça (2002) julga que alguns movimentos sociais estimulam tal estratégia como um sonho calculado e suficiente em absoluto para atendimento de suas demandas, destacando que, em muitos casos, a lei se torna uma letra morta. Tal julgamento reduz, absurdamente, o trabalho da agência coletiva. A crença nessa força como estratégia de luta dos grupos subalternizados não se dá no campo da ingenuidade, ignorando contingências da própria negociação política; corresponde a um trabalho constante de atuação que não termina na promulgação da lei, pois também implica um exercício insistente de garantir sua aplicabilidade efetiva por meio do prescritivo.

Concordo com o autor quando aponta que o "*status* universalizante que goza a lei [sic] pode servir, na democracia representativa contemporânea, apenas como um instrumento de tolerância de identidades" (MENDONÇA, 2002, p. 56). Contudo, sua tentativa de explicar o processo de dominação sofrido por alguns grupos a partir de um certo conformismo e acomodação de movimentos sociais à força de lei é um equívoco que cria a ilusão de culpa pela opressão e a atribui às vítimas.

Considero relevante a discussão que propõe a necessidade de "uma mobilização interna em cada organização social para mantê-la unida e atuante e uma constante fiscalização do real implemento pelo Poder Público das demandas sociais transformadas em lei" (MENDONÇA,2002, p. 57). Essa mobilização por parte de grupos dos movimentos negros e instituições públicas, no que tange à vigilância pela implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais, acompanhando e exigindo outros mecanismos da política e denunciando ilegalidades, vem rendendo ações que envolvem formação inicial e continuada de docentes e elaboração de materiais didáticos adequados à lei; e, embora eles insistam na construção de estratégias por esse tipo de força em busca de mudanças

pelo prescritivo, a possibilidade de a lei consistir em letra morta não é desprezada pelos movimentos sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais não são a solução para o racismo, e sim uma promessa impossível da força de lei (Lei nº 11.645/2008), necessária para motivar mudanças em prol de um porvir mais justo. O adiamento é um processo interminável. Quero dizer, o projeto de combate ao racismo não consiste em uma totalidade fixa e natural sustentada em si; como todo projeto, é lançado ao impossível, em diferenciação a significantes e à presença, sempre em multiplicidade de sentidos metafóricos que adiam seu fechamento; e mesmo sendo inalcançável, só pode ser projetado e reconhecido porque há um chamado urgente por ele. Há um chamado pela reparação de seus efeitos a partir de políticas de ação afirmativa, que consistem "em instituir pela via da legislação um tratamento preferencial em favor daqueles mesmos grupos humanos vítimas da injustiça" (DERRIDA, 2010b, p. 38). Ao definir programas de ações afirmativas, o documento sinaliza acordo com o sentido do tratamento diferencial:

> [...] conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória (CNE/CP, 2004, p. 4).

Entretanto, o poder da lei é baseado na ficção de que o que é justo para a maioria requer a urgência da força prescritiva para ser seguido por todos, com efeitos comuns a todos. Nesse sentido, a sensação dos relatores das Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais de que o texto do parecer foi aprovado também devido às ressalvas de endereçamento a toda população brasileira, e não somente à de afrodescendentes (PONTES, 2009), pode ser atribuída ao reconhecimento do poder fictício do hegemônico, alimentado na reinscrição insistente da autoridade da lei. É necessário desconfiar das definições de "politicamente correto", de legítimo, de justiça, que sustentam projetos hegemônicos do mesmo e da mudança baseados em ficções identitárias. Uma justiça engessada não pode ser justiça, já que não negocia sentidos com o imprevisível.

Refletindo sobre escritos de Pascal referentes a noções de justiça e direito, Derrida (2010b, p. 23) considera a inevitabilidade da força performativa como força interpretativa de apelo à crença.

> Ora, a operação de fundar, inaugurar, justificar o direito, fazer a lei, consistiria num golpe de força, numa violência performativa e, portanto, interpretativa que, nela mesma, não é nem justa nem injusta, e que nenhuma justiça, nenhum direito prévio existente, por definição, poderia nem garantir nem contradizer ou invalidar (DERRIDA, 2010b, p. 24).

A justiça não provém de um fundamento natural que identifica o justo e o injusto. É reinscrita performativamente nas relações de poder, repetindo e produzindo efeitos discursivos em um sistema de rastros sempre aberto ao impossível e ao porvir. Tal perspectiva pressupõe um deslocamento das reflexões prescritivas verticalizadas para reflexões de política como performatividade (BHABHA, 1998), como interpretação hegemônica transformável. Nenhuma força é absoluta e sua contingência motiva ações para questioná-la, desconstruí-la, alterá-la, combatê-la, repeti-la, reforçá-la e reinventá-la.

O presente performativo interpreta acontecimentos sempre na lógica do não ver, projetando sentidos deslizantes na tensão entre o reconhecimento da precipitação inevitável e suas incertezas e a urgência de enunciações sob a ótica da prescrição por práticas da dominação ou da resistência. Qualquer prescrição é uma violência performativa, é precipitação necessária e passível de interpretação e desconstrução. E “é essa estrutura desconstrutível do direito ou, se preferir, da justiça como direito, que assegura também a possibilidade da desconstrução” (DERRIDA, 2010b, p. 26).

Para o filósofo, a lei não pode garantir ou forçar a justiça, pois mantém-se em segredo irresoluto. Quem pode dizer o que é justiça sem a violência ilusória do performático pela precipitação enunciativa de quem inventa ver? Qualquer prescrição de lei, mesmo com intenções conclusivas, não passa de enunciação precipitada do inalcançável – a justiça, a democracia. Já “o direito não é a justiça. O direito é o elemento do cálculo, é justo que haja um direito [precipitado], mas a justiça é incalculável, ela exige que se calcule o incalculável” (DERRIDA, 2010b, p. 30). É necessário precipitar-se em prescrever direitos, é urgente que tais prescrições dialoguem de forma indecidível com demandas dos diferentes grupos articulados na ordem da ética e da política. Essa indecidibilidade também convoca a precipitação de outro modelo de democracia, um modelo “em que a decisão entre o justo e o injusto nunca é garantida por uma regra” (DERRIDA, 2010b) *a priori*.

3.2 **Pela Precipitação Urgente da Democracia Porvir**

Chantal Mouffe (2006) contribui para essa reflexão trabalhando com a compreensão de duas dimensões que se interpenetram na ordem da política: as dimensões ontológicas (“o político”) e as dimensões ônticas (“a política”). Em uma perspectiva pós-estrutural, a autora afirma que “o político” refere-se ao conflito infinito em possibilidades e inerente às relações humanas; e “a política” corresponde a toda prática discursiva que busca fixar modelos e normas em uma abordagem ôntica de intenções universalizantes de organização. Os projetos, na dimensão ôntica, são enunciados recusando singularidades e categorizando diferenças, tentando reduzir as possibilidades infinitas do ser. Nesse sentido, a política não se restringe à força da lei, ou seja, à dimensão do ôntico. Essa perspectiva possibilita separar a reflexão sobre política curricular na fronteira entre o poder prescritivo de uma lei para todos e a experiência da diferença, sempre em negociação com o porvir.

Entendo que a distinção entre essas dimensões consiste em um compromisso performativo com a demanda por singularidade e a demanda por igualdade. Ora, as relações na alteridade implicam relações violentas de exclusão de elementos diferenciais. Primeiramente, porque nenhuma singularidade é totalizada, sempre consiste em um rastro espectral e jamais poderia ser vista e reconhecida enquanto presença a si. Segundo, porque as negociações com o outro consistem em atos de nomeação que não dão conta da disseminação e do segredo do não saber. Nesse sentido, qualquer relação humana se dá por meio do reconhecimento da impossibilidade de inclusão absoluta. Por outro lado, busca-se a igualdade entre todos por meio do cálculo, da prescrição, da norma, da categorização, da representatividade. É na tensão entre essa dupla dimensão que não se rejeita a busca pela democracia, pela justiça, pela igualdade, mesmo confessando sua promessa irrealizável na experiência do rastro.

O processo político é sempre o momento do nunca experimentado, do não saber, do imprevisível, do decidir no indecidível, da experiência singular da diferença na dimensão ontológica. E, ao mesmo tempo, há um chamamento pela precipitação classificável. Na ordem da ética e da política, nas relações humanas, a decisão é sempre urgente. Quando a precipitação finge ignorar o conflito e tende a agarrar

firmemente o prescritivo como verdade, há uma perversidade excludente e irresponsável que deve ser interrogada. Sim, a exclusão é inevitável. E por conta disso, devemos seguir excluindo a diferença e o diferente e reforçar desigualdades e injustiças? Só haverá justiça se a precipitação mantiver o foco na abertura, na aporia. Como Derrida afirma, a vigilância contra exclusão é necessária:

> [...] uma ética geral da vigilância me parece necessária a respeito de todos os sinais que, aqui ou lá, na linguagem, na publicidade, na vida política, no ensino, na escrita dos textos etc., podem encorajar por exemplo a violência falocêntrica, etnocêntrica ou racista (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 42).

A decisão pela precipitação deve se dar no terreno do indecidível ou se converterá à tentação da presença. A decisão apriorística deve ser interrogada, convocando à precipitação no impasse, na singularidade de cada acontecimento. Uma perspectiva democrática que reconhece as dimensões inerentes do "político" e da "política" não se esquiva dos conflitos antagônicos em prol da ilusória sensação de harmonia possível, com exclusão absoluta do político. O mito da harmonia e da paz facilita estratégias discursivas que promovem conformismo amigável, constrangendo a enunciação de demandas específicas em prol de um bom senso, de um apagamento dos conflitos diferenciais. Ora, se o antagonismo é inevitável, se a divisão entre singularidades não pode impedir a diferenciação, um modelo agonístico de democracia é mais responsável do que determinar universalismos com a criação de um "nós" absoluto e predeterminado.

A produção de um "nós" e de um "eles" absoluto é a base para embates políticos irresponsáveis que separam amigos de inimigos fundados em categorias universalizadas. Por exemplo, é amigo quem se reconhece enquanto negro e luta contra o racismo. Em algum momento contingencial, pode até ser estratégico fazer essa separação. O problema está na permanência dessa distinção e no fechamaneto às possíveis articulações políticas futuras com aqueles que antes eram considerados inimigos.

Outro problema é o risco ao porvir democrático quando se demoniza qualquer enunciação do outro. Procurando desconstruir a dicotomia amigo/inimigo e bem/mal, Mouffe (2006) propõe que as práticas articulatórias de um "nós" e de um "eles" nos processos de impasses ocorram sob uma perspectiva democrática que não tente

silenciar as diferenças e os conflitos nem fortalecer essencialismos sobre arqui-inimigos universais.

> Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversário, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão (MOUFFE, 2006, p. 20).

A autora diferencia, portanto, relações políticas baseadas apenas em antagonismos essencializados entre inimigos (que não rompem com o discurso do mesmo) e relações políticas agonísticas entre adversários (convidando a experimentar uma mudança de perspectiva política que considera ser radical e emergencial). Vejo como uma contribuição muito importante para as discussões em torno da política curricular a percepção de um fazer político entre adversários e aliados contingenciais, constituídos nos processos decisórios na ordem da política.

Entretanto, as referências a Derrida possibilitam conceber essa contingência como impossibilidade, destacando os deslizamentos no indecidível entre adversários e aliados. Se antes dos assombros de Derrida, a noção de contingência em Laclau parecia relacionada à ideia de incerteza e de improvável, podendo ou não acarretar uma cristalização discursiva temporária como a lógica equivalencial e a constituição hegemonizada, agora evoco perspectivas da impossibilidade, confessando que um momento cristalizado jamais existiu e jamais existirá, senão enquanto fantasma de uma presença impossível.

É impossível a fixação de identidades amigas e inimigas, identidades adversárias e aliadas. É o deslizamento entre construções discursivas espectrais que permite o compromisso responsável com a justiça e a democracia porvir. É responsável responder aos chamados da alteridade pelo porvir justo, reconhecendo que só há justiça se há confissão do rastro, do espectro, da experiência da diferença, da impossibilidade da presença.

As implicações da perspectiva desconstrutiva de Derrida para a política curricular estão relacionadas com a discussão sobre responsabilidade. A confissão da impossibilidade de fechamentos, da inevitabilidade da aporia, da experiência da diferença sempre aberta em um sistema de rastros infinitos, da democracia e da igualdade como projeto porvir prometido e inalcançável, da identidade como

fantasma é compromisso de um fazer político responsável. Qualquer conclusão é urgente, necessária e precipitada.

As lutas políticas não são responsáveis nem estão comprometidas com a justiça; nega-se que igualdade, democracia, identidade, verdade, conhecimento jamais se tornarão visíveis. É a confissão da precipitação, da impossibilidade de fechamento, que produz os efeitos de embates políticos mais justos. Uma vez que política é inerente às relações humanas, penso que a decisão política sempre envolverá relações de poder e de articulação na alteridade. Se o propósito da política passa pelo reconhecimento de um “eles” em relação a um “nós”, os processos de produção dos sentidos da política devem implicar o reconhecimento das fragilidades da narrativa identitária dos grupos e o reconhecimento de que qualquer decisão política é uma decisão precipitada e excludente.

Como Derrida, acredito que posicionamentos éticos e políticos que nos levem a trabalhar a identidade de forma responsável devem vir acompanhados do reconhecimento de seu caráter precipitado e, ainda, numa perspectiva desconstrutiva, analisar a política não como algo novo e a solução perfeita para as mudanças que se almejam, mas como algo tecido em uma rede referenciada de significação.

Não existe grupo identitário. Não existe a representação de todos em um. Não existem equivalências entre as diferenças e os diferentes. Os movimentos em busca da democracia porvir, que reconhece o direito de enunciação de todos, não são capazes de anular a falibilidade da lógica deliberativa de poucos decidirem por todos, mesmo após consulta pública e extensa discussão representativa. Até porque não se pode a todos consultar nem substituir a multiplicidade pela ordem da representação.

Um modelo de democracia baseado em negociações públicas pelas quais muitas posições conflitantes podem enunciar seus pontos de vista não garante fechamentos inconclusivos alternativos aos projetos hegemônicos. Considero relevante e urgente a defesa de Mouffe (2006) por um deslocamento de sentidos de “inimigo” para “adversário” em negociações respeitáveis. Entretanto, isso não é suficiente para impedir a perversidade do sistema de representação. Muitas vezes, espaços coletivos de assembleias deliberativas baseadas na crença democrática são usados para legitimar fechamentos já discutidos previamente às portas fechadas, com intenção de cálculo, por grupos extremamente poderosos nas

relações de definição política. Fica claro que a autora não propõe um novo modelo como solução última para as injustiças e desigualdades nas relações de poder.

Chantal Mouffe (2006) procura responder o que há de urgente na ordem da ética e da política considerando os chamados de movimentos sociais por uma democracia porvir. Não é possível uma democracia plena e absoluta, mas é responsável permanecer invocando-a, tendo em vista um porvir que nunca chegará. No processo dessa invocação, pensa-se sobre o projeto democrático, negocia-se a partir dele e tenta-se traçar estratégias para concretizá-lo. Esse movimento estimula ações voltadas para a garantia dos direitos de todos enunciarem suas demandas na luta por satisfazê-las, mesmo que não exista uma totalidade a ser dita nem a possibilidade de todos dizerem algo.

A enunciação de demandas é sempre uma ação discursiva inconclusiva, que exclui em perspectiva, em seleções, em focos, em interesses, em cegueiras. É necessário que as práticas articulatórias confessem a precipitação e o adiamento de um fechamento nas negociações com o porvir infinitamente postergado. Só existe agência e disputas pela produção de sentidos porque existe precipitação. Uma agência que não se precipita em enunciações é uma agência que não expõe demandas, que não exerce práticas articulatórias, que não indica promessas no sistema de referências infindáveis. E uma agência que crê na precipitação como algo fixo é uma agência irresponsável e fechada às negociações com a diferença, com aquilo que vem ser ver, sem saber. Essa agência precisa ser desconstruída pela agência responsável, aquela que não se nega a responder ao que vier mesmo que venha interrogando precipitações anteriores nas quais apoiou sua fé.

Tenho trabalhado com a perspectiva pós-estrutural de *democracia agonística*, porque, responsavelmente, com esse modelo precipitado, reconhecem-se as impossibilidades de aniquilar tensões inerradicáveis nas negociações antagônicas com a diferença. Precipita-se em um modelo como fechamento inconclusivo para negociar sentidos urgentes na ordem da política sem desconsiderar as impossibilidades discursivas discutidas na ordem da filosofia. Admite a fragilidade das bandeiras partidárias, os limites da representação simbólica, a desconfiança de políticos e da política reduzindo a fé das pessoas em valores democráticos e responde forjando um modelo que promete e adia remediar deficiências de modelos democráticos contemporâneos. Confessa as relações de poder como disputas discursivas pela hegemonização de impressões de fechamentos de sentidos.

Assume que nenhum projeto de emancipação pode se dar de maneira totalizada, sem abandonar o compromisso ético e político de buscar estratégias contingentes e democrátias que promovam emancipações parciais. Isso coloca em questão que qualquer relação democrática é uma relação de poder em disputa hegemônica.

O que Mouffe (2003; 2006) vem propondo no modelo de pluralismo agonístico é uma precipitação em resposta aos fracassos dos modelos democráticos baseados na ficção de uma representação imparcial possível da totalidade (repito: inalcançável, impossível). Questiona propostas democráticas que sustentam discursos em favor da pacificação e da harmonia, como risco de redução dos elementos diferenciais nos embates políticos, ridicularizando e ignorando demandas específicas. Entretanto, sua escrita aponta para a inevitabilidade dos conflitos antagônicos, apesar das tentativas de controle do político como dimensão ontológica. Engana-se quem acredita que os conflitos são acontecimentos particulares de países estrangeiros em guerras, já eliminados no país da *democracia racial*. Para a autora, as fraquezas da abordagem democrática liberal estão cada vez mais evidentes, já que não respondem de forma satisfatória aos chamados enunciados nos embates políticos presentes.

> De acordo com seu cenário, os atores políticos são encarados como indivíduos racionais, orientados apenas por seus interesses racionais, atuando no melhor dos casos sob as coações da moralidade. As paixões são apagadas do campo da política, que é reduzido ao campo neutro do jogo de interesses. Ao negar o fato do antagonismo, esta abordagem afasta a possibilidade de apreender a dinâmica das suas formas possíveis de emergência (MOUFFE, 2003, p. 12).

A democracia agonística não é proposta na lógica da deliberação e da discussão racional harmoniosa nem na lógica da confrontação pura entre inimigos fatais, e sim na lógica da confissão da urgência de precipitação em confronto, de acordos possíveis na finitude de consensos inconclusivos e conflituosos. Embora seu enfoque maior seja no momento da cristalização das contigências em atendimento ao que é emergencial, enfatizando a lógica equivalencial entre aliados, o impossível está presente em suas discussões. Nenhum cálculo deliberativo é possível, e nenhuma autoridade é absoluta em conter paixões. Se assim fosse, não discutiríamos perspectivas democráticas de enunciação de demandas diferenciais; apenas se aplicaria o assujeitamento absoluto à norma, aniquilando a experiência da diferença. A impossibilidade de fechamentos reforça a fé nas lutas por mudanças em

prol de relações de alteridade mais justas e horizontalizadas, interrogando insistentemente modelos de democracia vigentes e prometendo outro sempre porvir.

> Poderíamos dizer que o objetivo da política democrática é transformar um "antagonismo" em "agonismo". Isto tem conseqüências importantes para o modo como encaramos política. Contrariamente ao modelo de "democracia deliberativa", o modelo de "pluralismo agonístico" que estou defendendo assevera que a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático. Longe de pôr em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência (MOUFFE, 2003, p. 16).

O pluralismo agonístico é uma proposta de democracia que não anula a necessidade responsável de consensos. Os apelos da alteridade são por um consenso em favor do atendimento de suas demandas, e venho construindo o argumento da responsabilidade na ordem da ética e da política em responder tais chamados. A noção de *consenso conflituoso* apresentada por Mouffe (2006) não fere a perspectiva desconstrutivista de Derrida e permite a confissão da urgência da precipitação, assujeitada à confrontação com a diferença enquanto experiência da aporia. É diferente de uma abordagem que busca um consenso com fé no harmônico e na possibilidade da totalidade. Uma vez que é impossível cumprir a promessa do consenso, os momentos de decisão sempre são momentos de aceitação da exclusão na ordem do cálculo, sob a confissão da impossibilidade.

Nesse modelo de democracia agonística, qualquer decisão se dá no terreno perturbador do indecidível, confessando o impasse e a precipitação necessária de consensos abertos na alteridade política. Assim, interroga modelos democráticos cada vez mais distantes das esferas públicas de confrontação agonística, orientados pela tentação de uma representatividade qualificada juridicamente e razoável em regular as relações humanas numa ótica politicamente correta para deliberar pela maioria. Modelos que tentam evitar, a altos custos para a democracia responsável, a desordem, o protesto não autorizado, a participação do povo nas assembleias legislativas, o "vandalismo", a contestação imprevisível, etc., são modelos que negociam com o outro enquanto categoria identitária representável.

Entretanto, enquanto modelo de democracia porvir, corresponde a uma tentativa falida de capturar a multiplicidade pela ótica da representação de múltiplas totalidades identitárias. O múltiplo tem relação com a metafísica da presença, com a

conclusão, com o cálculo, por conceber a diferença como algo nomeável em um sistema classificatório baseado no poder da fixação. Já a multiplicidade tem relação com a experiência imprevisível da diferença rumo ao não conhecido, com o rastro, com a disseminação espectral por tratar da diferença como algo incapturável que não cessa de multiplicar-se. Recupero o significante “multiplicidade” como rastro do sentido apresentado por Tomaz Tadeu da Silva (2002, p. 66), seguindo os rastros de Gilles Deleuze: “A multiplicidade não tem nada a ver com a variedade ou a diversidade. A multiplicidade é a capacidade que a diferença tem de (se) multiplicar”.

A proposta de um modelo coloca em risco o próprio porvir democrático comprometido com a multiplicidade de vozes, de formas de negociação na alteridade, de pontos de vistas, de consensos possíveis. A lógica do modelo tem a ver com a tentativa prescritiva de algo a ser reproduzido como norma que orienta práticas discursivas. Não quero negar a necessidade de invenção de perspectivas democráticas em busca do inalcançável. Vejo muitas vantagens nas doações de Mouffe como estratégia no terreno indecidível entre a obsessão pela democracia e sua impossibilidade, desde que mantendo alguma fidelidade infiel aos chamados da desconstrução e desconfiando das tentativas de imposição de padrões. É responsável pensar modelos como indicação precipitada do porvir impossível, como resposta urgente aos modelos de tendência totalizante, como estratégia discursiva necessária para revisar projetos hegemonizados, prometendo e adiando o último consenso. Nesse sentido, já não seria modelo.

Para mim, o uso de tal palavra é um equívoco da perspectiva pós-fundacional da autora. Conforme sinaliza Lopes (2013), o pós-fundacionalismo tem relação com a fixação provisória. Confessa a contingência não pela lógica da impossibilidade, mas pela lógica da possibilidade de calcular efeitos discursos de forma parcial. Nesse sentido, a noção de modelo contingente não rompe com a metafísica da presença.

> O pós-fundacionalismo concorda com a impossibilidade de termos fundamentos fixos, questiona o objetivismo, valoriza a heterogeneidade, o indeterminismo e o anti-essencialismo tal como o pós-estruturalismo. Constitui-se como uma profunda crítica aos fundamentos, às teorias que assumem que a sociedade e a política são baseadas em princípios imunes à revisão, localizados fora da própria sociedade e da política. O pós-fundacionalismo, contudo, não rejeita os fundamentos nem aposta na dispersão das diferenças e dos contextos isolados. Concebe a necessidade de trabalharmos com fundamentos contingentes, mas pressupõe algum nível de fixação provisória de fundamentos instáveis (LOPES, 2013, p. 16).

É urgente responder às demandas enunciadas pelos movimentos negros. É urgente responder na perspectiva precipitada da democracia porvir. É urgente negociar com tais demandas na experiência da diferença. É urgente questionar a equivalência enquanto imposição de um modelo totalizante.

3.3 **Entre a Multiplicidade de Demandas e o Chamado da Equivalência**

Se a política pretende enunciar verdades normativas, o processo político evidencia que a normatização é apenas indicação de algo adiado incessantemente. A política é sempre qualificada em uma escritura de indicações infinitas, uma malha referencial de indicações passadas e porvir. Se existisse o fim da indicação, seria a verdade finalmente alcançada. Reconhecidamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais são indicações das reivindicações dos movimentos negros, de legislações anteriores, de projetos multilaterais, de demandas denunciadas na escola. A última indicação é sempre adiada porque é impossível. A política curricular está sempre prometendo qualidade, mudanças na educação escolar, novos projetos de formação subjetiva, precipitando um fechamento inconclusivo e adiado.

Além das doações desconstrutivas de Derrida, a perspectiva de política com a qual trabalho também é atravessada pelos rastros de Ernesto Laclau, como possibilidade de discutir a constituição de grupos pela enunciação e articulação de demandas. Para o cientista político, a articulação de demandas em resposta a um adversário comum pode levar à formaçao de um discurso de coletividade. Reconhece a instabilidade da articulação e a constante tensão entre lógicas diferenciais e equivalenciais para destacar a provisoriedade de grupos e de identidades.

Embora Laclau (2012) indique a impossibilidade da totalização, o foco da sua argumentação é a provisoriedade dos acordos articulatórios como necessidade de cristalização das demandas. Qualquer sensação de totalidade e de coletividade é espectral, e a presença não se estabelece nem de forma provisória. Destaca que a totalidade é inalcançável sem afirmar a impossibilidade da provisoriedade. Para mim, a noção de precipitação é muito mais responsável do que a ideia da

provisoriedade de fechamento pela confissão do impossível, pela relação com o inesperado e incalculável, pela promessa sempre adiada.

Se é inalcançável, não é possível nem provisoriamente. A provisoriedade também consiste em uma promessa adiada, inevitavelmente. A fé no provisório para agarrar um espectro sem confessar sua impossibilidade é o que Derrida chama irresponsabilidade. Entretanto, aproximo-me e persigo os rastros das suas discussões sobre a tensão indecidível entre lógicas diferenciais e equivalenciais. Tal discussão parece-me oportuna para pensar a identidade como estratégia política.

Buscando referências em Derrida, Laclau (2012) argumenta que as demandas são constituídas em relação a um exterior constitutivo que não é capaz de excluí-las totalmente. Nessa perspectiva, as demandas das populações negras podem articular-se em resposta a um exterior que diferencia pela cor da pele, textura dos fios capilares e outros traços fenotípicos. Um exterior que não habita nem fora nem dentro, mas habita a fronteira, a borda. Um exterior enquanto condição constitutiva da identidade e enquanto bloqueio da articulação identitária plena.

O exterior constitutivo força o deslocamento das práticas discursivas que respondem coletivamente às suas opressões negativas e, ao responder, por elas são afirmadas, buscando um centro de poder articulatório impossível. A noção de identidade deslocada e descentrada em relação a forças antagônicas exteriores justifica a noção de equivalência em Laclau. A resposta por meio da articulação de demandas é sempre algo que vem após o acontecimento singular. Singular porque acontece pela primeira e última vez, de forma imprevisível. Apenas como assombração que assedia e é assediada na iterabilidade. O exterior constitutivo é algo que já aconteceu, mas é repetidamente revisitado, relembrado, convocado e convoca a responder.

> Repetição e primeira vez, mas também repetição e última vez, pois a singularidade de toda primeira vez faz dela também uma última vez. Cada vez é o acontecimento mesmo uma primeira e uma última vez (DERRIDA, 1998, p. 24, tradução livre).

Responder à narrativa exterior do racismo pela articulação de demandas e pela enunciação das suas reivindicações da ordem da invenção performática de implicações políticas que não devem ser desprezadas e que convocam a uma coletividade. Cuche (2003) indica uma força que inspira os indivíduos a uma vontade

(ou necessidade) de coletividade, de identificação estratégica com um pré-lançamento subjetivo – no caso, a identidade negra.

A reivindicação da inclusão de uma história e uma cultura afro-brasileira e africana no currículo está vinculada aos projetos de sociedade menos racista, como estratégia política, por exemplo, de: (a) reconhecimento e de valorização de um grupo identitário específico; (b) promoção de relações humanas menos discriminatórias e racistas; e, (c) diminuição da evasão escolar de estudantes negros. O problema da identidade discutido anteriormente permanecerá como um problema irresoluto, uma vez que não se pode escapar das violências inerentes às relações entre indivíduos. É responsável, no entanto, confessá-la enquanto estratégia espectral e como violência performática.

O trabalho da violência é constante. Nunca termina e sempre se renova, porque a multiplicidade dos processos de identificação se dá em um sistema infinito de rastros e de respostas. Insistentemente a violência trabalha como necessidade inerente às relações humanas para lidar com a aterrorizante e ameaçadora impossibilidade. Busco diálogo com os estudos de Laclau para pensar na violência como estratégia de luta política, especificamente a violência identitária; pensar o desejo de redução da multiplicidade identificatória à identidade representativa nos embates democráticos. Para o autor, “[...] a categoria da totalidade não pode ser erradicada [...] enquanto totalidade falida, é um horizonte [porvir] e não um fundamento” (LACLAU, 2012, p. 178).

Permaneço deslizando entre Laclau e Derrida para pensar a produção de textos políticos como respostas às demandas enunciadas. Nenhuma demanda existe enquanto presença fixa e absoluta, mas como rastros de rastros, como espectros de algo que aconteceu e em resposta a algo que aconteceu. Existe enquanto acontecimento discursivo imprevisível. Tudo faz parte de um sistema de significações em referências, em relação, em resposta; tudo é rastro e espectro; sem a possibilidade de romper com a clausura da indicação prometida e adiada. Nesse sentido, as práticas articulatórias de demandas se dão enquanto precipitações necessárias em um sistema sempre aberto à invenção performática, ou seja, à possibilidade de mudança.

Se nenhuma demanda é fixa, conforme afirma Laclau (2012), seja na lógica da diferença seja na lógica da equivalência, mesmo que cada demanda fosse *um todo* singular a conhecer e atender e *todos outros todo* existissem, é impossível a

representação. É impossível apresentar-se no lugar de alguém, de um grupo, de uma identidade. A demanda sempre será um acontecimento singular justamente por sua condição imprevisível de resposta às forças antagônicas e sua representação não se dá pela manifestação de vontade do outro. Pode-se reivindicar demandas pelo outro, mas não é possível substituir o outro em sua demanda precipitada.

Qualquer demanda é um acontecimento singular e insubstituível porque é único. Retomar algo anterior não significa repeti-lo ou substituí-lo. A responsabilidade, nesse sentido, implica a confissão do insubstituível. Quero pensar a relação da singularidade insubstituível e irrepresentável dos indivíduos autoidentificados negros com a violência identitária, sem ignorar que também há algo de singular na articulação.

Com a noção de insubstituibilidade (DERRIDA, 2006a), admito a representação como farsa, como promessa jamais cumprida, como interpretação impossível da visão singular (sem ignorar as potências de má-fé), como disseminação incalculável, ainda que necessária à precipitação democrática. Assim, a representação não tem a capacidade de ser plena (LACLAU, 2012). Conforme lembra Lopes (2012, p. 707), só é possível representação com a introdução de suplementos:

> [...] toda representação tem caráter de suplemento, visto que se refere ao que está ausente ao mesmo tempo em que introduz novos sentidos. Trabalhar com os suplementos significa pressupor que não são presenças plenas, pois a plenitude tornaria os suplementos desnecessários. Se precisamos suplementar, se trabalhamos com representações, é porque estamos sempre buscando preencher uma lacuna na significação [...]. Essa falta no processo de representação, essa ausência de plenitude e de positividade, é que confere à política seu caráter de indecidibilidade [...].

Ainda há algo de estratégico na representação, na identidade, nos chamados da equivalência, sem desprezar a tensão indecidível com a multiplicidade de demandas diferenciais e precipitadas. É essa tensão que garante a fé na democracia e na justiça, no sentido de abertura às possibilidades de reconfigurações nos embates políticos, às reconfigurações da multiplicidade de demandas diferenciais e equivalenciais. Nessa perspectiva, nenhuma demanda assume o lugar de universal de forma fixa. O processo de hegemonização está sempre sob ameaça, sempre assujeitado à tensão anterior de rastros, de espectros de demandas, de promessas porvir, sempre em disputa.

Reconheço que Laclau (2012) não defende a lógica da equivalência como uma lógica da unanimidade, mas sim da hegemonização de um particular articulado contingencialmente e que exclui elementos que colocam em risco e que possibilitam o processo equivalencial. Um particular deslocado da posição de isolamento anterior para relações equivalenciais com outras demandas, pela construção de estratégias de autorização e de autoridade de enunciações reivindicatórias. Afetada pelos rastros do autor, defendo que a identidade é forjada por duas formas de lidar com a multiplicidade de demandas: a afirmação da particularidade diferencial isolada de outras demandas – lógica da diferença – e a exaltação[13] daquilo que as particularidades têm, equivalencialmente, em comum – lógica da equivalência.

A lógica equivalencial entre demandas não elimina a singularidade. Por singularidade não entendo a característica particular de cada demanda como se houvesse um centro fixador que a identifica de forma essencializada. Por singularidade entendo aquilo que é único e que acontece uma única vez, mesmo que permaneça enquanto espectro já aconteceu. A singularidade imprevisível da diferença permanece tensionando o chamado da equivalência como estratégia de luta na constituição de um grupo identitário.

Como tenho discutido, considerando os estudos de Derrida, não é possível qualquer relação humana sem a violência da exclusão. Nesse sentido, a diferença permanece mesmo na lógica articulatória da equivalência, como também concorda Laclau (2012). A noção de singularidade nos permite interrogar os limites da lógica da equivalência, destacando tudo como singularidade – as práticas articulatórias como respostas singulares ao chamado da totalização. Qualquer articulação está submetida ao fracasso de sua farsa. Não há identidade, não há equivalência, não há particular que se universaliza porque não há presença. Tudo é singularidade e rastro, inclusive as formas de resposta coletivizadas. Existe algo de singular na forma como um grupo constituído responde na alteridade. E, para Derrida e Nancy (1991), ignorar o que há de único é um ato irresponsável que facilita a tentação da nomeação conclusiva.

Julgo a nomeação política do negro como estratégia de empoderamento, de reivindicação, de contestação que responde aos chamados da equivalência. Para Laclau (2012), não existe equivalência completa e diferença pura. Tanto a

[13]Trato a identidade enquanto estratégia que exalta os laços equivalenciais entre demandas.

equivalência quanto a diferença são lógicas que respondem à pressão antagônica mantendo a tensão entre elas. Ancorada na perspectiva derridiana, penso as relações estratégicas para constituição de discursos identitários como respostas singulares precipitadas em um sistema referencial de rastros espectrais. Sim, qualquer discurso é produzido em relação com algo anterior, como rastro de rastro.

A hemegonização identitária é um acontecimento singular que já ocorreu e que reaparece nas respostas singulares, às vezes, transformadas em demandas reivindicatórias no fazer político. Qualquer demanda é uma singularidade diferencial não em si mesma como essência, mas como singularidade em relação de diferenciação e de adiamento. Daí falar em multiplicidade de demandas, e não em múltiplas demandas.

A questão que se coloca é a tensão inerente na relação com o outro que não aniquila a singularidade mesmo na busca articulatória pela invenção de equivalências; a tensão entre a disseminação/multiplicidade da diferença enquanto acontecimento e o chamado equivalencial enquanto estratégia política. Evocar a lógica equivalencial é uma tentativa de produção de um projeto comum, que perde seu potencial estratégico responsável se a agência política deposita fé na possibilidade de construção de um imaginário como referência totalizada.

> Quando a representação de uma ideia domina a tal ponto que se constitui no horizonte de toda a demanda e de toda a ação possível, então o mito torna-se *imaginário*. [...]. Em certo sentido, o imaginário constitui um espaço mítico de toda a ordem social possível, permitindo pensar algumas dinâmicas sociais em termos da ilusão de completude. A ilusão de plenitude é um horizonte de totalização que gera modos de identificação e, com isto, novas relações entre elementos e modificação de identidades prévias (SOUTHWELL, 2008, p. 122, grifo da autora).

Reconheço que os modos de identificação por demandas articuladas na escritura identitária é uma estratégia de luta da subalternização, violenta e necessária. Violenta, porque as singularidades excluem e reinventam umas às outras, modificam-se umas às outras de forma implacável; necessária, porque toda precipitação da articulação é uma urgência ética responsável, uma interrupção nas singularidades que jamais serão simbióticas. E é na perspectiva da alteridade que me interessa a noção de articulação nos estudos de Laclau.

Para mim, articulação não é um acontecimento sem intenção, um evento que simplesmente acontece. Há algo de acontecimento e há algo de intencional.

Percebo a articulação como prática estratégica que movimenta a vontade política solidária como a vontade de definição de uma política curricular. Embora seja um momento cego de decisão imprevisível, a precipitação estratégica é da ordem do cálculo. Um cálculo assujeitado e sem controle do resultado, mas ainda assim um cálculo intencional orientado pela fé no estratégico.

A estratégia equivalencial é constituída como remédio com forte chance de se transformar em veneno para a agência subalternizada. A evocação do *phármakon* por Derrida (2005) traz a discussão da problemática equivalente entre algo que ao mesmo tempo pode funcionar como remédio e como veneno. A estratégia equivalencial pode se configurar como remédio que possibilita o reconhecimento e a legitimação de demandas para contestação e reivindicação comum a um coletivo constituído em deslocamento; e também pode se configurar como veneno que desloca e multiplica os efeitos daquilo que era suposto anular.

Defendo a estratégia política do chamado equivalencial, desde que em vigilância à tentação da representação e do imaginário como fixações e sob a confissão da precipitação em detrimento de compreensões de fechamento, mesmo que na ótica do provisório. A equivalência nunca pode ser uma estratégia discursiva do outro categorizando a diferença. A equivalência precisa ser precipitada entre demandas que se identificam como equivalentes e negociam práticas articulatórias respondendo às forças antagônicas exteriores que as constitui sem organizar o laço equivalencial. É preciso a agência responsável interrogar incessantemente a representação e o imaginário identitário e negociações na experiência com a diferença. É urgente confessar a equivalência como precipitação e não como contingência provisória que pode envenenar os processos de identificação com fixações excludentes e estereotipadas que enrijecem a agência política.

O currículo se transformou em um espaço-tempo central para disputa e consolidação das reivindicações dos movimentos negros, terreno de fronteira cultural para se repensar a alteridade e para negociar sentidos em relação. Há algum tempo, a escola e o currículo vêm sendo denunciados como instrumentos discursivos de reprodução e permanência de discursos racistas, mas também como instrumentos estratégicos de denúncia e desconstrução de tais discursos. A resposta do currículo sempre será uma precipitação que violenta a multiplicidade de demandas e de enunciações política.

3.4 **Entre o Acontecimento e o Currículo que Responde**

Considerando o pensamento de Derrida, acontecimento e resposta ao acontecimento são indissociáveis. Nessa perspectiva e considerando a singularidade desta pesquisa, o currículo responde ao acontecimento reivindicatório de demandas culturais cuja agência se constitui em resposta a acontecimentos como a repetição e manutenção de discursos racistas. Responde por que algo aconteceu, algo foi enunciado, algo do qual não se pode esquivar, algo que convoca um pensar sobre, algo que reaparece na resposta precipitada. O currículo que responde não se dá em relação apenas a isto ou àquilo, mas é confessado em relação de alteridade com o espectral, com a experiência imprevisível da diferença. A responsabilidade consiste na precipitação de respostas que rompam com a metafísica da presença e com o cálculo prévio. Se já se sabe a resposta, não é responsabilidade.

Um currículo que responde também se torna um acontecimento ao qual outras indicações fazem referências em um sistema de escritura por rastros. Ao acontecimento dos movimentos que reivindicam demandas identitárias, o currículo não deve se esquivar de responder. Meu argumento é que essa resposta deve reconhecer a multiplicidade como disseminação de rastros e a identidade como estratégia de risco necessário, de forma aberta à singularidade. Sobre isso, Duque-Estrada, P. C. (2008) recorre a uma fala de Derrida em debate realizado na Universidade de Villa Nova, Pennsylvania:

> O privilégio que se garante à unidade, à totalidade, a conjuntos orgânicos, à comunidade enquanto um todo homogêneo – isto é um perigo para a responsabilidade, para a decisão, para a ética, para a política. Esta é a razão pela qual eu insisto sobre aquilo que impede que se feche a unidade ou que ela [a unidade] venha a fechar-se sobre si mesma. [...]. Para que se entenda isso, é preciso prestar atenção àquilo que eu chamaria de singularidade (CAPUTO, 1977 *apud* DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 16).

Tratar a identidade como estratégia implica a vigilância insistente dos seus riscos e o compromisso com a responsabilidade indecidível. A violência identitária é inevitável, mas a forma como respondemos à sua urgência nos impasses que advêm é o que a torna mais ou menos cruel. A negação do indecidível e do conflito agonístico é uma narrativa extremamente poderosa que ameaça a fé no porvir

democrático e justo. Entretanto, o cálculo não pode domesticar o impossível e os chamados à experiência da diferença.

> [...] a identidade é uma identidade que se autodiferencia de si mesma, uma identidade diferente dela mesma, que contém uma abertura ou lacuna nela mesma. Isto afeta por completo uma estrutura [da identidade], mas é um dever, um dever ético e político, levar em conta esta impossibilidade de ser um consigo mesmo. É porque eu não sou um comigo mesmo que eu posso falar com o outro e endereçar-me ao outro (CAPUTO, 1977 *apud* DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 16).

O compromisso com o reconhecer e responder às singularidades individuais e de grupos constituídos por meio de práticas articulatórias contingentes assume os chamados de questões éticas e políticas. Entretanto, deve-se considerar as impossibilidades desse compromisso nas tomadas de decisões indecidíveis. Não se pode conhecer todas as singularidades. Todas as singularidades não podem enunciar seus sentidos e serem percebidas. E não existe um conjunto fechado de singularidades a descobrir e a atender, uma vez que sempre serão espectrais e rastros disseminados infinitamente. É necessário responder ao acontecimento anterior? Defendo que sim. Mas responder enquanto acontecimento que reaparece como espectro de uma presença impossível. E como responder o que já aconteceu e só existe enquanto rastro? Atrevo-me a argumentar que a resposta curricular deve ser precipitada no terreno do indecidível, assim como este texto acadêmico.

O acontecimento das reivindicações identitárias no currículo convoca respostas em contextos de produções de textos políticos e nos cotidianos escolar. Acredito que tais respostas são necessárias sob outra forma de pensamento, que desloque a crença da identidade para uma reflexão da singularidade radical do outro na qual só é possível pensar identidade enquanto estratégia política da precipitação e não como fechamento essencialista.

Nesse sentido, a singularidade não é um impedimento ao comunitarismo e à enunciação de demandas identitárias pela enunciação de um ponto nodal[14] comum. Mas, como penso em Derrida, a singularidade seria a condição para práticas articulatórias e para o estratégico da identidade. “Dissociação, separação, é a condição da minha relação com o outro. Eu posso me endereçar ao outro somente

[14]Laclau (2012, p. 266, tradução livre) argumenta que toda formação discursiva é estruturada por meio de significantes diferenciais articulados em torno de significantes vazios que funcionam como pontos nodais com potencial fixante. Explica que “a função de fixação nodal nunca é uma mera operação verbal, mas está inserida em práticas materiais que podem adquirir fixação institucional”.

na medida em que há uma separação, uma dissociação, de tal modo que eu não posso substituir o outro e vice-versa" (DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 19). Não se trata da tensão entre a lógica da diferença e da equivalência discutida por Laclau (2012), que pensa a demanda diferencial como aquilo que justifica a articulação e que se mantém dentro da lógica da equivalência; trata-se de confessar que qualquer relação com a alteridade, mesmo fora da estratégia equivalencial, é uma relação entre singularidades subjetivas.

Seja o outro espectro de objeto, indivíduo, racismo, reivindicação por justiça e por igualdade, etc., qualquer relação na alteridade é uma relação com a diferença, com a singularidade. Ela é a condição para a constituição de demandas e de grupos. Tomando emprestado o que Duque-Estrada, P. C. (2008) argumentou sobre o perdão em Derrida, penso que se a resposta curricular se dá na relação com o outro, ela não poderá ser enunciada na ordem do possível.

> É que o outro que vem a ser situado, reconhecido, interpretado, avaliado, etc., à luz de qualquer sistema de regras ou práticas disponíveis, este "outro" já não é outro; ao contrário, ele já se incorporou ao horizonte do mesmo, do que é familiar, com todas as suas formas de previsão e possibilitação. Em contrapartida, é somente no âmbito do surpreendente, do inesperado, do que se dá no horizonte dos possíveis, que se pode falar devidamente em outro, em alteridade [...] (DUQUE-ESTRADA, P. C.,2008, p. 20).

Nessa perspectiva, a inevitabilidade da identidade enquanto estratégia em relações éticas e políticas, mantendo um "nós" adversário de um "eles" nas disputas por enunciação de sentidos, não pode conformar a agência ao lugar de repetição do mesmo e do cálculo. Apesar da violência identitária necessária, a agência deve buscar a postura do interrogar constante: "nós"? "que identidade"? "e o respeito à singularidade"? Derrida convida a um pensamento da afirmação da diferença, da singularidade, da alteridade, como "condição inseparável de toda unidade, de toda identidade, de toda experiência de si mesmo ou de um 'nós'" (DUQUE-ESTRADA, P. C., p. 22). Essa afirmação é um compromisso na ordem da ética e da política com as demandas do outro, tendo como adversárias narrativas de exclusão, injustiça, discriminação, comumente relacionadas à ideia de identidade.

A identidade como opressão e a identidade como estratégia de sobrevivência de grupos subalternizados é uma tensão indecidível que vem me inquietando em minhas reflexões desde a pesquisa de mestrado em Educação, sem resposta

conclusiva, mas seguindo o desejo de pensar sobre no terreno do indecidível e confessando a identidade como espectro de uma presença impossível de se fechar em si justamente por está assujeitada à alteridade, à singularidade. É nesse sentido que todo processo de identificação com uma identidade também é um processo de desidentificação (DERRIDA, 2009). Daí também a instabilidade das práticas articulatórias e o risco de violência perversa quando se ignora o movimento de (des)identificação, no qual nada se fecha em totalidade. A estabilização é impossível, acontece apenas como sensação de presença de algo inalcançável e "infinitamente irredutível, uma vez que sua intrínseca e radical abertura à alteridade impede que se possa reduzi-la, em sua gênese, ao que quer que seja [...]" (DERRIDA, 2009, p. 22).

A afirmação da singularidade não pode ser pensada em fundamentos e estabilizações. A própria singularidade é instável e sua afirmação não pode romper com seu caráter de impossibilidade de fechamento. Duque-Estrada, P. C. (2008) contribui com a ideia de singularidade e sua afirmação como acontecimento ao qual se tenta responder na ordem da ética e da política. É na afirmação que o acontecimento transformador e revolucionário da singularidade inovadora pode sofrer redução a algum fundamento, a alguma identidade.

> [...] o absolutamente singular se generaliza na universalidade de um conceito; o novo e transformador se regulariza e torna-se programável, calculável, previsível, no processar da lógica interna a uma ordem discursiva; o que é outro se torna instância confirmadora do mesmo no âmbito de uma ordem familiar, habitual, sempre já certa de si (DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 24).

A identidade tenta esquivar-se da singularidade, ou seja, comete violência ao outro externo e a si enquanto outro que opera no interior dos seus limites como elementos diferenciais que perturbam a estabilidade das práticas articulatórias que a constituem em unidade ilusória. A lógica da equivalência é frágil diante da singularidade da diferença que não pode aniquilar e que lhe é intrínseca. Assim, a identidade constituída na lógica da equivalência submete e violenta a diferença esquecida estrategicamente.

Os rastros de Laclau me perseguem, fazendo-me lembrar que a narrativa identitária é formada na tensão entre as lógicas equivalenciais e diferenciais. Mas é seguindo rastros de Homi Bhabha (1998) e de Derrida que penso o movimento de

afirmação da singularidade como movimento de fidelidade e infidelidade à alteridade do outro. Ambivalentemente, a identidade é enunciada como necessidade de confissão da diferença e como necessidade de traição da diferença. “[...] por melhor que sejam as razões de um discurso, o dogmatismo [...] será sempre inevitável” (DUQUE-ESTRADA, P. C., 2008, p. 26).

Se o acontecimento é da ordem do impossível por surgir na radical exposição à alteridade imprevisível, a afirmação da singularidade representada em identidade, classificada em categorias do mesmo, regularizada na ordem do cálculo, reduzida à familiaridade, é a segunda resposta à essa exposição. Tal afirmação se dá na tensão entre a singularidade e a identidade, como movimento de traição à alteridade radical. Qualquer afirmação da singularidade está submetida às clausuras da linguagem, que obriga a trair a singularidade e a reduzi-la ao normativo e explicativo, conforme argumenta Duque-Estrada, P. C. (2008). O currículo que responde à afirmação da singularidade, mesmo que num afirmar infinito de intenção calculável, responde a um acontecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Étnico-raciais diferenciam descendentes de vítimas de políticas de branqueamento do regime escravista e de outras narrativas fundadas em discursos de discriminação racial de descendentes de opressores, como um projeto de regulação das relações entre o reconhecimento de injustiças históricas sofridas por afrodescendentes, a culpa, a reparação e a reconciliação entre indivíduos de outras gerações.

> O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade (CNE/CP, 2004, p. 2).
> Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados (CNE/CP, 2004, p. 5).

O perdão resultante da operacionalidade do cálculo não é o que Derrida chama de perdão “digno deste nome”, conforme indica Duque-Estrada, P. C. (2008). Se a resposta curricular é dada como possibilidade, se identifica um “quem” familiar e previsível, ela opera na ordem do cálculo. Mas o que quero defender é uma resposta curricular em relação com o improvável, aberta à experiência da diferença,

como acontecimento surpreendente. O que está em jogo é compreender a tensão entre um acontecimento que já ocorreu e que reaparece sendo retomado por uma resposta que também acontece fora da lógica da possibilidade. E é nessa tensão entre algo anterior e um porvir performático que se dá o improvável da agência enunciativa.

4 **A CENTRALIDADE DA IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA**

A identidade negra vem sendo apresentada de forma centralizada nas ações dos movimentos negros convocando políticas curriculares e produções acadêmicas da área a responderem. Tentarei justificar tal centralidade pela fé no poder estratégico da identidade nas lutas de contestação e de intervenção por uma educação mais justa a partir do debate sobre conteúdos curriculares, obrigando o Estado responder às denúncias dos movimentos negros sobre racismo e discriminação racial (RODRIGUES, 2011).

Não se trata de uma discussão sobre identidade como estratégia para alcançar somente benefícios pessoais, como foi abordado no trabalho de Muniz (2009a), mas de refletir sobre negociações com discursos do estratégico em favor de um grupo em constituição ainda insistente. A autora reconhece o caráter político e coletivo do discurso identitário e contribui para esta reflexão destacando o caráter performático da identificação pelo desejo de cumprir um acordo invisível de "tornar-se negro" ao responder "sou negro". Recorre a Judith Butler para afirmar a nomeação do outro como prática discursiva que supera os limites da constatação pela cor da pele[15], por exemplo, considerando a enunciação identificatória como um ato performativo que aprisiona e assujeita. Concordo com Muniz (2009a) quanto ao poder enclausurante da nomeação e ainda quanto ao seu caráter performativo, compartilhando da sua inquietação indecidível entre a autoidentificação como estratégia pessoal de "sobrevivência" e como armadilha essencializante. Contudo, questiono a separação que apresenta entre autoidentificação e heteroidentificação como risco de exaltação da primeira como ato político de empoderamento individual e de redução da segunda como ato político discriminatório de transformação da "diferença do negro em desigualdade" (Muniz, 2009a, p. 268), negligenciando o uso político da heteronomeação por movimentos coletivos de contestação das injustiças contra a população afrodescendente.

Separar o auto do hetero é um equívoco discursivo vacilante diante da crença poderosa de um sujeito autônomo. Essa dicotomia prejudica o compromisso da

[15]A cor da pele é citada como uma característica fenotípica escolhida discursivamente para estereotipar pessoas em sistemas classificatórios identitários, seja para subalternização, seja como estratégia de empoderamento em movimentos políticos.

desconstrução. No caso de Muniz (2009b), o prejuízo fica por conta de uma demonização da heteroidentificação como uma violência imposta de fora para dentro, do outro ao indivíduo, e de uma compreensão da autoidentificação como ato descolado da clausura violenta do nome.

> Tanto a auto como a hetero-identificação de “negro” é um ato antes de tudo político, que serve, dentro dos atuais debates, tanto aos propósitos de quem se identifica como negro configurando, por exemplo, o que se chama de “orgulho negro” quanto aos propósitos de quem realiza esse ato, transformando a diferença do negro em desigualdade (MUNIZ, 2009a, p. 27).

A autoidentificação está assujeitada à clausura violenta da língua, assim como a identificação enunciada pelo outro. É um equívoco acreditar que a autoidentificação está ilesa à herança de estereótipos e das “identidades congeladas” (MUNIZ, 2009a, p. 27), assim como também é um equívoco defender a heteroidentificação como intenção política estratégica somente aos discursos racistas. A autora entende dessa forma por colocar os movimentos negros no lugar do “auto”, como autoidentificação do coletivo, indicando um “auto” como prática comum de um “nós”. Assim, o “hetero” é o outro diferente do “eu” e diferente do “nós”.

Embora possamos reconhecer que existe algo de singular nos herdeiros do discurso identitário – algo que tenta sustentar a ideia de um “auto” constituído por muitos –, não há um consenso fixo e essencialista que garanta a homogeneidade desse “auto” forjado. Sendo o auto “eu” e “nós” nunca suficientes em si, constituindo-se sempre em processo de negociação com o outro, vale ressaltar que o outro também se configura nos discursos dos movimentos negros, ao nomearem o que é ser negro e o que é necessário para tornar-se negro. Assim, um terceiro equívoco é não reconhecer que qualquer autoidentificação é hetero-auto-nomeação herdeira de discursos anteriores negativos e afirmativos e é um processo incessante de negociação discursiva com rastros e precipitações no presente enunciativo.

Esclareço que me interessa menos questionar as contradições da autora com a perspectiva desconstrutiva e mais ampliar sua reflexão sobre autoidentificação como ato político à discussão da identidade negra enquanto estratégia de luta política.

> [...] se os atos de fala produzidos por esses nomes são ofensivos, como então é possível a apreensão desses nomes pelos negros? Uma resposta a isso, além do fato de nem a linguagem nem os sentidos serem fixos, seja novamente relembrar que todo ato de fala é antes de tudo político. Essa questão da auto-identificação como “negro”, “preto”, “black”, “afrodescendente” por nós que pertencemos à raça, e principalmente por aqueles que estão envolvidos de alguma forma com os movimentos negros, academicamente ou não, adquiriu uma força política muito importante (MUNIZ, 2009b, p. 276).

Muniz (2009b) afirma que o uso da nomeação é uma armadilha essencializadora que ofende, discrimina, rejeita, exclui. No entanto, ao decorrer do seu texto, desenvolve o argumento do uso estratégico da autonomeação por negros, destacando os indivíduos envolvidos em militância política. Embora separe o auto do hetero, sua escrita indica os assombros do hetero, da coletividade, da alteridade na sua noção de autoidentificação com a identidade projetada performativamente.

Mesmo que a identidade esteja sempre em ruína e seu fechamento sempre adiado, ainda é um significante que faz sentido na clausura da língua com efeitos nas relações de poder. Daí sua potência articulatória pelo comum, pelo compartilhado, pela identificação enquanto parte de uma coletividade, pela força impositiva da herança, pela tentativa de substituição (insubstituível) da invisibilidade da presença identitária pela visibilidade calculada, prescritiva e excludente.

Guimarães (2002), citado por Muniz (2009a), aborda a construção discursiva da identidade como resposta estratégica contra o silenciamento das diferenças e das suas demandas, contra a discriminação racista:

> As raças foram, pelo menos até recentemente, no período que vai dos anos 1930 aos anos 1970, abolidas do discurso erudito e popular (sancionadas, inclusive, por interdições rituais e etiqueta bastante sofisticada), mas, ao mesmo tempo, cresceram as desigualdades e as queixas de discriminação atribuídas à cor. Essas eram vozes abafadas. Para obterem reconhecimento, viram-se forçadas a recrudescer o discurso identitário, que resvalou para a reconstrução étnica e cultural. [...] correspondeu a uma acusação de racismo. E isso justamente porque tais discriminações e desigualdades não foram nunca reconhecidas como tendo motivação racial, quer pelas elites políticas e pelas classes médias, que se definem como brancas, quer pelas classes trabalhadoras. Assim, a retomada da categoria raça pelos negros correspondeu, na verdade, à retomada da luta anti-racista em termos práticos e objetivos (GUIMARÃES, 2002 *apud* MUNIZ, 2009b, p. 276).

Muniz (2009b, p. 277) acredita que o uso da identidade como estratégia política de contestação, de reivindicação e de intervenção se constitui em uma importante força para “‘aglutinar identidades’ em torno de um objetivo político”,

destacando conquistas significativas pelo essencialismo como o enfraquecimento do mito da democracia racial e dos seus efeitos deslegitimadores das denúncias contra o racismo. “O ato de fala produzido pelo nome negro, nesse caso, não apenas repete o trauma que é o racismo e a violência que isso envolve, como ressignifica e recontextualiza o nome de formas mais afirmativas” (MUNIZ, 2009b, p.).

A nomeação “negro” como enunciação afirmativa por parte dos movimentos negros e de militantes individuais e como enunciação subalternizante pressupõe essencialização e vontade fixante. Para a autora, seu caráter estratégico corresponde apenas à agência política de movimentos sociais por justiça, negligenciando a nomeação como estratégia discursiva também das forças hegemonizantes. Taí mais um risco do essencialismo – a naturalização de adversários políticos e cristalização do binômio negro/branco.

Enquanto pesquisadora com interrogações pós-modernas, desliza seu argumento entre a urgência do estratégico identitário e o questionamento da sua incapacidade de aglutinação total de identidades.

> [...] enfatizo e reafirmo que esta essencialização, mesmo de forma estratégica, é importante para este momento político ao qual estamos vivendo, mas não pode perder seu sentido relacional e, por isso, não pode deixar de ser repensado, deslocado e redimensionando, principalmente porque o contexto sócio-político não é estático e devemos estar atentos para não deixar que o argumento racial, ao invés de nos emancipar, nos aprisione (MUNIZ, 2009b, p. 281).

A opção pela expressão “identificação estratégica” é para dar a ideia de processo e de contingencial, enquanto estratégia política relacional aos “grupos estigmatizados socialmente” (MUNIZ, 2009b, p. 281). Apoiada nos estudos de Stuart Hall, destaca a fluidez de identidade de acordo com os interesses e demandas em cada contexto sócio-histórico. Assim, questiona formas de homogeneização e de fixação recorrendo aos discursos do provisório, do contraditório, do processo identificatório relacional. É como dizer que, em determinada situação, sinto-me mais convocada pela identidade de gênero e em outra mais convocada pelo discurso identitário negro.

Para Muniz (2009b), tratar a identidade de forma relacional e motivada politicamente é a vigilância necessária para romper com a perspectiva essencializadora e aprisionadora da identidade. Contudo, essencialismo fragmentado, relacional e político ainda é essencialismo, não confessa sua

impossibilidade; sua fragilidade consiste apenas no relacional e na diversidade de identidades herdadas pelo indivíduo. Afirmar seu caráter momentâneo de acordo com os chamados da alteridade não impede as intenções de cristalização temporária de uma essência política que emburrece. Responder de acordo com a identidade sem considerar a singularidade é um ato discursivo que pode afastar o compromisso com o democrático.

Penso que é possível responder ao discurso identitário que subalterniza, reconhecendo a existência e a repetição do nome “negro” e seus efeitos nas relações humanas. A agência política não deve estar limitada a responder “sim, sou negro!”, como apenas uma “ficção conveniente” (RAJAGOPALAN, 1998 *apud* MUNIZ, 2009a). Deve responder interrogando a própria construção discursiva do que é ser negro e sempre revisitar seu compromisso democrático e com as singularidades subjetivas que não são explicadas em categorias claras como negra e mulher, negra e *gay*, negra e cristã, negra e marxista, negra e rica. A singularidade subjetiva é tão complexa quanto as multiplicidades incessantes das diferenças; não é possível persegui-la no movimento fluído entre categorias identitárias cristalizadas.

A resposta ao chamado da herança essencializante com a estratégia necessária de construção do discurso identitário é frágil e impossível porque qualquer tentativa de fechamento é fracassada. Entretanto, a enunciação identitária e seu caráter performativo assombram relações de poder entre indivíduos e grupos, e, por isso, continuamos insistindo em reflexões e produções abordando a problemática. Considerando o esboço de Hall (2009) sobre as fraquezas do essencialismo estratégico, é possível indicar alguns riscos da identidade como estratégia de luta dos movimentos negros: (a) a oposição identitária negro x branco é excludente e compromete negociações políticas democráticas; (b) a estratégia identitária baseada no “ou” enfraquece práticas articulatórias entre diferentes singularidades subjetivas e seus processos identificatórios quando, por exemplo, força o indivíduo a responder se é negro ou cristão, colocando em pauta crenças religiosas herdadas da África; (c) a fixação identitária fundamentada na lógica biológica e em qualquer outra lógica impede a abertura às experiências imprevisíveis da diferença e ao acontecimento de demandas singulares; e, (d) a farsa da identidade representacional de um todo inventado, que se apresenta antes da singularidade subjetiva e que determina pela nomeação que antecede o indivíduo.

> Somos tentados, ainda, a exibir esse significante [negro] como um

> dispositivo que pode purificar o impuro e enquadrar irmãos e irmãs desgarrados, que estão desviando-se do que deveriam estar fazendo, e policiar as fronteiras — que, claro, são fronteiras políticas, simbólicas e posicionais — como se elas fossem genéticas. É como se pudéssemos traduzir a natureza em política, usando uma categoria racial para sancionar as políticas de um texto cultural e como medida do desvio (HALL, 2009, p. 327).

Com as ameaças do essencialismo sinalizadas e com o reconhecimento da identidade como estratégia política de "apagamento da multiplicidade cultural de povos que aportaram no país" (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 891) e de força contra enunciação de singularidades subjetivas, quero destacar que a identidade ainda tem valor estratégico nas lutas pela enunciação e satisfação de demandas particulares pelo comum (e não pela diferença singular). Foi estratégico no momento em que movimentos negros no Brasil lutavam contra o discurso da democracia racial e seus efeitos para deslegitimar demandas de combate ao racismo e ainda é estratégico às lutas que se travam na atualidade contra os rastros desse mito.

Esse valor está no poder legitimador do coletivo e nas demandas isoladas como insuficientes nas disputas por autoridade de significação. As consequências legais e punitivas para injúria racial (artigo 30 da Lei 7.716/1989) como crime de ordem pessoal são menores do que para o racismo (artigo 140, §3º, do Código Penal Brasileiro) como crime a um grupo, a um número indeterminado de indivíduos, por exemplo. E vale ressaltar que as vítimas ou um determinado número de vítimas de injúria racial só podem denunciar o crime pelo reconhecimento das discriminações e injustiças contra um grupo identitário previamente identificado por suas características e demandas afirmadas.

A identidade é uma forma de constituir e manter a unidade do grupo. Para desenvolver essa ideia, retorno aos estudos de Laclau (2012) sobre demandas e práticas articulatórias. As demandas por justiça e igualdade racial, acumuladas por séculos de discriminação contra a população negra, poderiam manter-se de forma isolada e reduzidas ao individualismo se não fosse o reconhecimento equivalencial e a estratégia da articulação. Embora o autor deixe claro que nem toda demanda é articulada pela lógica equivalencial e nem todo grupo é formado pela articulação de demandas, os esforços de reflexão para esta tese estão concentrados em pensar a identidade como estratégia repetida por práticas articulatórias insistentes para afirmação de uma coletividade.

> [...] a essencialização da identidade negra foi a estratégia política mais produtiva até agora dentro dos movimentos negros. A noção de raça, apesar de todo o histórico acadêmico e social prejudicial ao negro, principalmente no século XIX com as teorias eugenistas, foi ressignificada para atender às reivindicações do povo negro (MUNIZ, 2009b, p. 286).

Pensar na ideia de povo, de coletivo, de grupo com demandas reivindicatórias remete a pensar na vontade política de articulação. Se existe articulação de demandas, anteriormente isoladas, pela lógica equivalencial em tensão com a lógica diferencial, acredito que essa articulação se dá por uma vontade política solidária entre vítimas da escravidão, das políticas de segregação, do racismo, ou seja, entre indivíduos afetados por um *exterior constitutivo* comum.

Ao ler as reflexões de Nilma Gomes sobre processos de constituição da identidade negra, penso que a estratégia essencialista é uma tentativa de denunciar o racismo e suas formas pejorativas de nomeação do negro e de "construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]" (GOMES, 2003, p. 171). Arrisco dizer que a nomeação discriminatória "negro" é o exterior constitutivo que pressiona a vontade política de responder "sim, sou negro; sim, tenho orgulho de ser negro".

Acredito que essa vontade desliza entre a necessidade da antecipação e a confissão da precipitação. Se a vontade política solidária buscar segurança em uma antecipação possível dos resultados de acordos, de decisões, de articulações as frustrações são certas, mesmo com toda a violência inevitável de aplicar o esperado. Não quero, com isso, dizer que acordos não devem ser feitos nem que planejamentos são inúteis. Entretanto, uma vontade política solidária deve estar atenta a responder ao chamado da alteridade, a lidar com o inesperado e a questionar o mesmo pelo apelo do singular.

Uma vontade política solidária sob a confissão da precipitação não concentra fé no provisório e no parcial; sua fé responsável, sem dogmas, é no possível do impossível. É impossível prever o porvir, mas é possível crer no acontecimento porvir. Fé no porvir que não se vê vir é a força da agência política. Tentar antecipá-lo é um risco à articulação das demandas porque nunca virá de acordo com a intenção antecipadora. E reconhecer que o porvir é incalculável e imprevisível é a certeza de que nenhum discurso de poder, de injustiça, de desigualdade, de racismo, de discriminação é eterno e supremo.

Consigo imaginar pessoas sequestradas por falantes de outras línguas e aprisionadas nos porões de um navio, observando outros indivíduos na mesma situação de terror; escravizados trabalhando para um mesmo “senhor” perverso, buscando aliados para resistir àquela opressão; indivíduos sofrendo discriminação racial encontrando conforto por não ser o único negro em determinado ambiente hostil. Não é o exterior constitutivo comum que ocasiona a articulação de demandas na formação de um grupo identitário. Não é o primeiro sim a uma herança forte, anterior e duradoura. Entendo que é pela vontade política solidária, ou seja, pela vontade de mudança por meio de práticas articulatórias com singularidades identificadas como equivalenciais (e não como exatamente a mesma). É pela vontade de responder “sim” uma segunda vez à herança como momento de negociar com as diferenças antagônicas e com discursos essencializantes respondendo “nós”.

> Esta é uma das possibilidades da formação do grupo que Freud expõe: a característica comum que torna possível a mútua identificação entre os membros é a hostilidade comum feita por algo ou alguém (LACLAU, 2012, p. 177).

A rejeição aos estereótipos que subalternizam, machucam, ridicularizam, oprimem a população negra por meio da categorização preconceituosa do “corpo negro e do cabelo crespo” (GOMES, 2003), por exemplo, é um dos argumentos equivalenciais que constituem a coletividade. A vontade de desconstruir essencialismos negativos pela estratégia de reconhecimento e de valorização da cultura negra vem trabalhando a autoestima dos indivíduos convocados a responder ao racismo pela afirmação da identidade como posicionamento político.

A identificação não é essência a si, não existe antes da relação com a alteridade, com o antagonismo constitutivo, com os efeitos da nomeação. E esse exterior separado do interior por marcas diferenciais anunciadas e reanunciadas também não existe enquanto presença fixa e homogênea. Posso dizer que o processo de identificação é um processo constituído na relação singular e assujeitada de resposta à herança, ao outro externo que não eu nem nós; e, um processo constitutivo de outras relações conflituosas já que implica precipitações discursivas enunciadas à alteridade, anunciadas no sistema infinito de rastros.

Argumento que a identificação se dá na tensão entre a lógica diferencial e a lógica equivalencial discutidas por Laclau (2012), pela submissão do elemento diferencial singular à nomeação, à língua, à comunicação, à inteligibilidade, à clausura, à identidade, a responder eu/nós. Apesar da violência identitária, há potência política na identificação identitária. Segundo Muniz (2009a), a força da auto(hetero)identificação ao responder um questionário baseado em um sistema de classificação racial para o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) colaborou com a construção de discursos para atendimento às demandas da população negra e parda no Brasil, por meio de ações afirmativas de reconhecimento, valorização e reparação a um grupo identitário.

Laclau (2012, p. 186) defende que há uma crescente incapacidade do sistema institucional para atender às demandas de forma singular, pois a própria demanda não é homogênea e permanente, apesar de possíveis discursos reivindicatórios anunciando o contrário. Não é possível satisfazer as demandas porque demanda não é presença. Conhecê-las e satisfazê-las é impossível. E é necessário dizer que a impossibilidade da capacidade não impede a precipitação de estratégias nos jogos de poder pelo atendimento ou não das demandas, de acordo com os interesses dos adversários. É estratégico aos movimentos negros anunciar identidade, assim como às forças institucionalizadas de responder aos chamados da identidade.

Considerando os estudos de Derrida, atender ou não atender às demandas não é uma questão responsável. Sim, é urgente a precipitação pelo atendimento de demandas por justiça, na ordem da ética e da política, com fé no porvir. Mas a questão é deslocada para responder à alteridade na ordem da metafísica da presença ou do indecidível. É responsável responder ao apelo da alteridade reconhecendo que a resposta não será a última e o atendimento de demandas sempre será adiado e deve permanecer, responsavelmente, sob vigilância. Responder às demandas como essência imutável faz parte dos interesses de grupos hegemonizados que desejam manter relações de poder verticalizadas, ocupando o que seriam os lugares superiores e com maior autoridade de produção de sentidos nos cotidianos de negociação e decisão política. Mas também interessa a grupos subalternizados marcados pela clausura da comunidade e desejando tais marcas hereditárias como necessidade estratégica para seu reconhecimento enquanto coletivo e enquanto coletivo com demandas legítimas.

Para Laclau (2012), a fronteira antagônica que separa demandas da sua satisfação e a articulação equivalencial entre demandas acumuladas torna possível o acontecimento do coletivo. E há, ainda,

> [...] uma terceira pré-condição que não surge realmente até que a mobilização política tenha alcançado um nível mais alto: a unificação dessas diversas demandas – cuja equivalência, até esse ponto, não havia ido além de um vago sentimento de solidariedade – em um sistema estável de significação (LACLAU, 2012, p. 186).

A identidade é uma estratégia de unificação, de enunciação discursiva que convoca a um vínculo equivalencial. Não basta dizer “sim, somos negros!”. Existe a construção (ou, para os mais responsáveis, a precipitação ou até mesmo o acontecimento) de discursos de mobilização, de um adversário contra o qual lutar, de projetos porvir. O discurso de combate ao racismo, por exemplo, faz parte de uma cadeia equivalencial inscrita na lógica dos direitos humanos, da justiça, da igualdade – projetos difundidos amplamente em diferentes setores sociais. Tal demanda discursiva não é um projeto isolado e que interessa somente às populações negras, mas vem mantendo a sensação de estabilidade pelo longo tempo que seus espectros assombram práticas de negociação e de decisão política.

Entretanto, o que interessa para a construção desta tese é menos a relação equivalencial da identidade negra em uma cadeia com extensão maior e mais a relação equivalencial no interior de uma fronteira que separa nós de eles no espaço-tempo da mobilização política. Para Laclau (2012), a identidade é um momento de cristalização temporária de sentidos com uma consistência particular que desloca o foco no laço equivalencial entre demandas diferenciais para a formação de uma consistência particular como fundamento das demandas. Poderia dizer, portanto, que o fundamento de práticas articulatórias para o combate ao racismo seria o laço equivalencial entre pessoas afrodescendentes e a cristalização momentânea desse laço cria a sensação de estabilidade na identidade de um grupo como seu próprio fundamento de articulação.

Acredito que a opção de Laclau pelo uso dos termos “cristalização” e “particular” não tenha sido por acaso e está carregada de sentidos relacionados ao desejo de reconhecimento da identidade de um grupo que toma como particular, com características próprias. Seu pensamento não nega a impossibilidade da identidade e tenta negociar com esse desejo adotando a noção de cristalização

como algo que não é permanente, mas que adquire características tão duráveis que contribuem menos com a desconstrução da metafísica da presença do que as contribuições de Derrida.

Entendo que a ideia da cristalização é uma tentativa de explicar a força de mobilização de grupos fundamentados em características particulares. Entretanto, o que busco não é a reflexão da identidade enquanto particularismo cristalizado tendo como horizonte um porvir totalitário; mas enquanto estratégia de precipitação necessária e constantemente negociada, adiada e que nunca mais retorna. A noção de precipitação não está atrelada a uma ideia do particular cristalizado momentaneamente, mas sim à noção do singular que só acontece uma única vez e reaparece somente como espectro que assombra. Identidade não é uma particularidade própria de alguém ou de um grupo; é uma precipitação que nos assedia e por nós é assediada insistentemente.

E por que assediamos a identidade? Por que insistimos em ver na identidade uma força estratégica de negociação de sentidos? A identidade é necessária, portanto corresponde a um esforço estratégico. A diferença é experiência que se sofre, portanto é acontecimento imprevisível. A identidade negra está inscrita em uma cadeia equivalencial mais extensa e ganha força por isso e também é constituída enquanto unificação de outras pluralidades identitárias, como mulheres negras, negros pobres, negros nacionais, negros homossexuais e também de experiências diferenciais do que não se nomeia por ser singular.

Há força política na identidade. Há força política em destacar o que determinado número de indivíduos tem em comum enquanto coletivo e o que esse coletivo tem de diferencial em relação a outros grupos em disputa. Luiz Alberto Gonçalves e Petronilha Silva (2003) recorrem a Martuccelli para desconstruírem a noção de igualdade em defesa da equidade como estratégia discursiva que supera a demanda por “igualdade de oportunidades”, ao colocarem em questão a necessidade de tratamento diferenciado aos indivíduos e aos grupos identitários. Argumentam em prol de uma urgência para atendimento de demandas de forma diferencial em relação a um coletivo e aos seus membros, não como singularidades subjetivas, mas como pessoas hetero-auto-identificadas com a identidade negra.

Martuccelli (1996) discute a igualdade como uma problemática inerente às políticas assimiladas ao universal. Nesse sentido, os movimentos negros enfrentariam os discursos antagônicos aos chamados de demandas diferenciais. Em

pesquisa anterior (PONTES, 2009), destaquei a preocupação dos relatores do Parecer CNE/CP nº 3/2004, que fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, quanto à necessidade de elaborar o texto político endereçado à toda população brasileira, considerando negros e não negros, pois havia a ameaça de o discurso da universalidade impedir a legitimidade de um texto que destacasse demandas específicas de um grupo. Nesse sentido, de forma repetitiva, o documento refere-se à totalidade da população brasileira como uma política que responde às demandas dos negros, mas é endereçado a todos.

> [...] propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seis direitos garantidos e sua identidade valorizada (CNE/CP, 2004, p. 2).

Enquanto pesquisadora dedicada a desconstruir o discurso totalitário da igualdade e uma das relatoras do parecer obrigada a negociar com uma política de proposta igualitária, Petronilha Silva atuou como representante das demandas da população afrodescendente e como membro de uma comunidade epistêmica pelo reconhecimento de suas produções teóricas sobre as questões dos negros recuperando o discurso da identidade (PONTES, 2009) com marcas do chamado por equidade.

Diferentemente da igualdade, a noção de equidade carrega os sentidos de lidar com as demandas diferenciais de forma singular (GONÇALVES; SILVA, 2003). Para Martuccelli, a igualdade mascara os conflitos inerentes às relações humanas com as marcas da naturalização evocadas pela percepção liberal e trata as disputas entre diferenças uma “corrida social igualitária”. Para o autor, a perspectiva da equidade “reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, aceitando a ideia de um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades” (MARTUCELLI, 1996, p. 21).

Julgo que os rastros da identidade negra, enunciados em negociação discursiva obrigatória com o universal, com a intenção de reconhecimento diferencial como parte de uma totalidade nacional, cedendo a uma linguagem legal, buscando hegemonia na tensão entre a igualdade e o desejo pela equidade, foram

recuperados no documento como estratégia política no contexto de produção (BOWE; BALL; GOLD, 1992) do parecer. Uma estratégia de enunciação insistente da identidade coletivizada diante de discursos antagônicos, forçando seu reconhecimento relacionado a fatores biológicos (como cor da pele e textura do cabelo), geo-históricos (antepassados escravizados, ancestralidade africana, discriminação sofrida) e políticos (afirmação da identidade como posicionamento político), aparece no texto, quase sempre, como um dos termos da tríplice fixante "história, cultura e identidade". A identidade estaria, portanto, negociada entre sentidos culturais e históricos – relacionados a uma ancestralidade africana e de escravização – e a fenótipos, com um discurso que prioriza a herança cultural à genética. Nesse sentido, afirma que

> [...] é possível [...] que algumas pessoas de tez clara e traços físicos europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designarem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos (CNE/CP, 2004, p. 7).

O Parecer CNE/CP nº 3/2004 indica a existência de "diferentes matrizes de raiz africana" (p. 17) e "diferentes formas de expressão e de organização [...] de raiz da cultura africana" (p. 11), orientado por uma concepção de identidade na diversidade. Tal perspectiva insiste na lógica da pluralidade de identidades e na lógica da fragmentação da identidade. A definição de elementos constitutivos da identidade negra são anunciados como unidades fixas. Não se trata da lógica cartesiana da identidade como centro unificado e imutável do sujeito. Considera-se um deslocamento do sujeito cartesiano pelos questionamentos da pós-modernidade.

Assim, a identidade é apresentada na ótica do descentramento e da contingência; da escolha identificatória entre identidades possíveis, mesmo que temporária; um somatório de atributos essencializados; como na lógica das identidades fluidas exploradas por Hall (2009), resgatadas por Muniz (2009a) e por Gomes (2003). Para Nilma Gomes, atual Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República, a identidade negra é uma das muitas possíveis "de ser construída pelos sujeitos que pertencem a esse grupo étnico-racial" (GOMES, 2003, p. 171). Argumenta que a identidade é definida nas relações sociais considerando fatores culturais e históricos

compreendendo o processo de constituição do sujeito como orientado por múltiplas identidades.

> Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa delas supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (GOMES, 2003, p. 171).

Entretanto, qualquer tentativa de identificação plena, mesmo que parcialmente, é um esforço na ordem do cálculo, da presença; portanto, é impossível. Apesar do constante processo de negociação identificatória com rastros fantasmagóricos, há o chamado da clausura, da necessidade de nomeação e de identificação. Quero dizer, "[...] não se escapa do processo de negociação entre a necessidade e a impossibilidade de identificação" (BEATO, 2004, p. 164). Compreendo que os indivíduos respondam a diferentes heranças identitárias, mas nenhuma delas os constituem como elementos fixos e essencializados.

E a identidade permanece como estratégia de negociação, de resposta aos apelos da alteridade, de precipitação diante da necessidade da inteligibilidade inalcançável. As diretrizes sinalizam, pelo menos, duas formas estratégicas contraditórias de responder à herança da identidade negra: estratégia pejorativa da subalternização e a estratégia afirmativa como prática articulatória dos movimentos reivindicatórios.

> É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo (CNE/CP, 2004, p. 7).

O documento anuncia a identidade negra como algo a ser afirmado a partir de políticas de reparação, correção e valorização da população afrodescendente no país, conforme também leram Silvério e Trinidad (2012), e localiza-se como estratégia de afirmação para transformação da lógica de hierarquias étnicas (HALL, 2009), pela fé em um porvir democrático horizontalizado. Ao mesmo tempo em que o texto apresenta uma identidade como objeto pedagógico, também a projeta como algo a ser produzido no campo do currículo, com a intenção de promover mudanças de "atitudes, posturas e valores" (HALL, 2009, p. 2).

Sua inclusão obrigatória enquanto objeto a ser recuperado, reconhecido e valorizado no currículo é um dos efeitos das lutas discursivas nas relações de poder sobre o que deve ser ensinado na escola, em prol de determinada concepção de formação para a vida, para as relações étnico-raciais dentro e fora da sala de aula. Tal política curricular aceita negociar com as demandas de um grupo articulado e não com as necessidades individuais isoladas.

O documento responde aos discursos de racismo e de discriminação que afetam uma quantidade indeterminada de pessoas, responde às reivindicações de movimentos sociais que afirmam a identidade negra, responde aos apelos da democracia porvir, responde à identidade coletiva em defesa da democracia, da revisão da invisibilidade e da deformação da identidade negra projetada no currículo e em outras instâncias da sociedade, da desconstrução de discursivos contra negros, do reconhecimento da herança da identidade negra na formação da identidade nacional.

Sobre a revisão da invisibilidade e da deformação da identidade negra, é necessário salientar que a identidade não existe enquanto presença, mas como rastros fantasmagóricos de algo sem origem no tempo e no espaço. Nesse sentido, não existe um todo a revisar, não existe visibilidade total, e qualquer imagem de algo que não existe é uma imagem deformada. Não quero, com isso, deslegitimar a urgência de questionamento da hostilidade hegemonizada contra pessoas negras. É necessário manter a vigilância contra estereótipos subalternizantes; entretanto, questionar a identidade negra como presença contribui para desconstrução não apenas da identidade enquanto essência, mas também dos discursos hierarquizantes e da crença em uma identidade nacional.

> Em relação aos negros brasileiros, se não encontramos uma ideologia de retorno físico à origem africana, identificamos pelo menos dois discursos distintos: um que dilui a origem africana na brasilidade; outro, no qual a origem africana é discursivamente constitutiva da identidade, daí a utilização recente de expressões como afro-descendente [sic] e afro-brasileiro (SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012, p. 909).

Apesar da crueldade[16] em prol da força política do comunitarismo, ao desprezar singularidades subjetivas que reafirmam a herança subvertendo-a, o essencialismo identitário é uma das principais estratégias dos movimentos negros,

[16]Não me refiro à crueldade por má-fé, mas pela violência inevitável da exclusão na ordem da linguagem.

reafirmando a herança identitária como posicionamento político comum no segundo sim. Ao responder na alteridade, o herdeiro responde a algo anterior ao seu próprio processo identificatório consigo e com o que há. Ao enunciar “eu”, já se deslocou e se dividiu do “não eu” como algo singular. Embora a tentação do cálculo na discussão sobre subjetividade seja persistente, este texto se constrói no reconhecimento do segundo “sim” como eco do primeiro nos impasses da vida. Isso numa perspectiva de eco sem origem conhecida possível, mantendo o problema do segredo infinito e indecifrável.

O que Derrida toma por certo para sustentar a experiência comunitária é o compartilhamento do segredo (DERRIDA, 2006b).

> Um segredo, denegado, antecede e prepara tudo o que até então se pensou como ética, lei, política, enfim, tudo que ordena, constrói e garante o social. Reportar a este segredo, e não mais evitá-lo (mas nem por isso desvendá-lo, pois isto é o impossível mesmo) é o gesto [...] de se manter na aporia, no paradoxo, de se ter como referência o impossível (CONTINENTINO, 2006, p. 181).

Na ordem responsável da ética e da política, é urgente precipitar-se tendo em vista o adiamento irredutível por não ser possível desvendar o segredo com um fechamento conclusivo eterno. É urgente discutir discriminação pela cor da pele e tipo de fios capilares. É urgente discutir as desigualdades concretas baseadas nessas diferenças. É urgente discutir a democracia racial como mito e reivindicar ações de reparação e reconhecimento. É urgente construir estratégias de combate ao racismo como discurso que classifica e hierarquiza etnias. Sim, ainda é urgente discutir sobre as exclusões dos estudantes negros no cotidiano escolar. Sim, racismo, negro, escola, são invenções discursivas na instância do texto e da prática, e os chamados concretos das singularidades subjetivas e dos movimentos sociais nem sempre estão afinados com as produções filosóficas da desconstrução. Tais convocações urgentes não devem ser negligenciadas, apesar da confissão responsável da impossibilidade de concluir um porvir.

REFLEXÕES INQUIETANTES

A precipitação desta tese enfrenta o desafio de escrever sobre o currículo, sem dialogar com o campo epistemológico; quero dizer, argumento com qual concepção de currículo trabalho e construo essa escrita recorrendo, principalmente, a produções das pesquisadoras do campo Elizabeth Macedo e Alice Lopes. A prescrição acadêmica cobra empiria e discussão com mais autores do campo do currículo e com estudos sobre identidade negra como instrumentos retóricos que caracterizem não apenas uma tese, mas a respectiva defesa. Voltei aos textos com os quais operei na pesquisa de mestrado e busquei outros para atender às exigências das normas que significam o rigor acadêmico. No entanto, não encontrei esse caminho tão diferente do acontecimento que mobilizou esta tese. Não me foi possível submeter esta escrita à lei do bem escrever sem constranger a perspectiva de currículo que quero defender.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2002, p. 14), “todo livro de currículo que se preze inicia com uma boa discussão sobre o que é, afinal, ‘currículo’”. Não discutirei discursos que condicionam “uma boa discussão” (SILVA, 2002, p. 14) ao recurso do dicionário e de manuais de currículo. Quero evocar a tentativa do autor de destacar o esforço que vem se configurando nos estudos curriculares por discutir o que é currículo não pela busca da verdade essencializada, mas pelo destaque de disputas discursivas para produção de sentidos. Entretanto, o reconhecimento das relações de poder e dos processos de significação está imbricado por uma lógica histórica que motiva a interrogar “como, em diferentes momentos, em diferentes teorias, o currículo tem sido definido” (SILVA, 2002, p. 14). Essa é uma forte herança no campo (PINAR, s/d; LOPES; MACEDO, 2011; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013).

Revisito os rastros dessa herança teórica com fé na perspectiva desconstrutivista de Derrida, que me convoca a questionar a possibilidade de conhecer o “como” e de identificar “diferentes momentos” históricos (conforme chama Pinar) e de “diferentes teorias” para mapear as práticas discursivas que constituem o sistema de significação do campo curricular, não apenas a questionar a possibilidade de delimitação das fronteiras identitárias do currículo, mas também as muitas precipitações no campo da política curricular e da teorização curricular que convocam o currículo ao prescritivo, à normatividade.

As forças de nomeação violentam a singularidade pela estratégia discursiva da tradição e, pelo chamado a um rigor acadêmico, dificultam experiências com a diferença também na escrita sobre currículo. O mais importante não é descobrir quais questões o discurso curricular busca responder com o empenho de prescrever, por exemplo, “o que todos os alunos deveriam saber ao deixar a escola?” (YOUNG, 2014, p. 192). O mais responsável é confessar que o currículo e a escrita curricular respondem a diferentes rastros e acontecimentos, respondem a diferentes herdeiros em diferentes diálogos, mesmo sem seguir a prescrição acadêmica de mapeamento do campo. Produções que conversam com diferentes abordagens curriculares e recorrem à história doam significativas contribuições para o pensamento curricular. Entretanto, minha crítica se faz à crença de que uma tese só é defensável se fizer o mesmo caminho como um padrão acadêmico. Não existe conversa consigo se qualquer precipitação se dá de forma hetero-auto-nômica; não existe maneira de fugir da lei, porque todos estão submetidos ao *nomos*.

Os múltiplos sentidos para o currículo que pesquisadores do cotidiano priorizam como uma rede de conhecimento tecida no intercâmbio de discursos inventados e compartilhados no/com/para o cotidiano escolar (FERRAÇO; GOMES, 2013; REIS, 2014; ALVES, 2010) não fazem parte de uma rede de entrelaçamentos apenas com a escola e seus pesquisadores. Quero pensar nas redes de reflexões e de precipitações (e não de conhecimento e de saberes, já que escrevo com a perspectiva de que nada se conhece nem se sabe) que nos obriga a responder no campo do currículo. A escrita desta tese se dá em um sistema de rastros como trabalho de responder à alteridade irredutível, às doações teóricas de Derrida e às inquietações políticas sobre currículo e sobre identidade negra das quais sou herdeira. Para isso, não é preciso (nem é possível) construir uma genealogia da herança. Propus-me, então, a responder àquilo que me invade sem que eu possa ver/conhecer/saber.

Responder à tensão entre identidade necessária às relações políticas reivindicatórias e a singularidade que escapa ao discurso do mesmo; a dialogar com textos que me ajudam a precipitar a escrita e a defesa desta tese, sem a preocupação de recorrer a um leque de autores considerados relevantes porque a preocupação da pesquisa era responder. Responder ao que vem, ao que me invade, tornando a escrita uma precipitação angustiante de lançar-se ao desconhecido.

Minha escrita também é afetada pelos rastros da leitura de Brook (1995), que marcou minha formação acadêmica desde a graduação em Pedagogia na UERJ.

> [...] descobri que é impossível viver sem uma apaixonada e absoluta identificação com um ponto de vista. [...] Mas, ao mesmo tempo, uma voz interior sussurra: "Não o leve muito a sério. Mantenha-o firmemente, abandone-o sem constrangimento" (BROOK, 1995 *apud* ALVES, 2001, p. 13).

Identificação apaixonada sim, mas identificação absoluta, mesmo que reconhecendo deslocamentos e multiplicidades, como parece ser o caso do autor, carrega o peso do essencialismo e da fixação. Nenhuma paixão militante torna esse peso leve e suave, colocando em risco o foco desconstrutivista. A própria noção de ponto de vista convoca à reflexão do limite da vista e à confissão da cegueira. Já a paixão tem relação com o inquietante, com a fé entusiasmada, com o sacrifício excludente. Não há uma voz interna autocentrada conduzindo à interrupção de defesas apaixonadas de perspectivas de vista, mas uma convocação hetero-auto-orientada a confessar responsavelmente a impossibilidade da identificação absoluta.

Nesse sentido, a identificação com a identidade negra pode se dar com fé na estratégia de luta, expressando a força apaixonada e militante do tornar-se negro como resposta urgente às imposições do racismo como exterior discursivo adversário. O pensamento de Derrida é um pensamento da resposta. Abre-se a responder aos apelos da alteridade e cria estratégias discursivas como a noção de precipitação necessária e responsabilidade urgente para lidar com demandas na ordem da ética e da política. A compreensão da identidade como construção discursiva não é novidade nos estudos sobre a questão (BRAH, 1996; HALL, 2009, MUNIZ, 2009b; SILVÉRIO; TRINIDAD, 2012; BHABHA, 1998).

Este é o limite da desconstrução. Desconstrói-se a metafísica da presença, o essencialismo, sem negligenciar a inevitabilidade e o chamado por sacrifícios nas relações humanas. Sacrifica-se pela nomeação, pelo assujeitamento à clausura da língua. E convoca-se a manter-se a abertura da resposta ao que vem, à singularidade.

O currículo é chamado a responder às estratégias da equivalência e da constituição da identidade. É responsável responder sob a confissão da impossibilidade da própria identidade. E também é responsável responder considerando as demandas éticas e políticas da enunciação identitária. É

responsável responder no limiar entre o estratégico e a singularidade, no terreno indecidível da experiência da diferença, do imprevisto, do incalculável. É responsável a precipitação curricular não como projeto frágil de prescrição, mas como precipitação que negocia o que vem antes com as singularidades do presente enunciativo nas disputas por significação.

Ser afetada por heranças teóricas durante minha trajetória de pesquisa possibilita algumas defesas e bloqueiam outras. Ainda me sinto convocada a responder Ernesto Laclau como herança teórica muito presente na minha pesquisa de dissertação, a partir das negociações com o grupo de pesquisa do qual faço parte desde a graduação. As doações teóricas de Laclau me possibilitam pensar identidade negra pela noção de demandas e de práticas articulatórias, mantendo o compromisso com a desconstrução da hegemonia totalizante. Entretanto, as referências de tais heranças ao trabalho de Derrida obrigaram-me a outras reflexões inquietantes que Laclau não enfatiza.

Confesso o compromisso do autor com as lutas políticas dos grupos de subalternizados nas relações de poder, mas já não me sinto convencida pelo argumento da provisoriedade. Nesta pesquisa, tal argumento é questionado em relação à impossibilidade de fixação temporária da identidade mesmo enquanto estratégia. Assim, a perspectiva da precipitação atende mais aos impasses indecidíveis de desconstruir essencialismos e de evocar essencialismos enquanto estratégia necessária. Julgo que a lógica da equivalência discutida por Laclau pode ser pensada com a mesma perspectiva. É necessário um laço equivalencial para constituição de coletividades identitárias articuladas contra adversários discursivos privilegiados em um sistema hierarquizante inventado. E também é necessário manter a crítica às estratégias da equivalência e da identidade para não colocar em risco um projeto de democracia porvir comprometido com a negociação com a diferença.

Há um limite, e o limite é a singularidade. A singularidade em negociação equivalencial, em negociação com processos de identificação identitária, em negociação com a clausura da língua que nomeia e que exige a precipitação. Que o currículo se precipite a responder no indecidível entre a força da herança identitária que exige enunciação/representação de demandas e a imprevisibilidade da singularidade irrepresentável porque insubstituível.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I. B.; ALVES, N. *Pesquisa no/do cotidiano das escolas*: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1.195-1.212, out/dez. 2010.

BARREIROS, D. *Todos iguais... Todos diferentes...* Problematizando os discursos que constituem a prática curricular da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ). 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BEATO, Z. Identidades e suas impossibilidades. In: *Trabalho em Linguística Aplicada*, v. 43, n. 1, p. 159-70, jan/jun. 2004.

BENNINGTON, G. Política e Amizade: uma discussão com Jacques Derrida. In: DUQUE-ESTRADA, P. C (Org.). *Desconstrução e ética*: ecos de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIESTA, G. Education after deconstruction: between event and invention. In: PETERS, M. A.; BIESTA, G. *Derrida, deconstruction, and the politics of Pedagogy*. New York: Peter Lang, 2009.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools*: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRAH, A. *Cartographies of Diaspora*: contesting identities. London: Routledge, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 30 maio. 2011.

_____. *Parecer nº 3, de 10 de março de 2004*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 30 maio. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de

raça ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7716.htm>. Acesso em: 30 maio. 2011.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 maio 2011.

_____. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 30 maio. 2011.

_____. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. *Altera a* Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 30 maio. 2011.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Boletim de Análise Político-institucional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. n. 4. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_boletim_analisepolitico_04.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2014.

BROOK, P. *O ponto de mudança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

BURITY, J. *Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau*. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsdl/cgi-bin/library?e=d-000-00---0inpso--00-0-0--0prompt-10---4------0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&cl=CL1&d=HASHebb6b803cf143504d67e78&x=1>. Acesso em: 30 maio 2011.

CEIA, C. *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: <www.edtl.com.pt>. Acesso em: 26 ago. 2013.

CONTINENTINO, A. *A alteridade no pensamento de Jacques Derrida*: Escritura, Meio-Luto, Aporia. 2006. 216 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, H. H. C. Políticas de currículo, tradução e subjetivação: a originalidade do povo da geografia. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 11., São João Del-Rei, 2014. *Anais...* Disponível em: <www.anpedsudeste2014.files.wordpress.com>. Acesso em: 22 de nov 2014.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de século, 2003.

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Madri: Trotta, 1998.

_____. *Posições*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Posições. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Políticas da amizade*. Porto: Campo das Letras, 2003.

_____. Fé e saber: as duas fontes da “religião” nos limites da simples razão. In: DERRIDA, J.; VATTIMO, G. *A religião*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

_____. *A farmácia de Platão*. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. *Dar la muerte*. Barcelona: Paidós, 2006a.

_____. *Torres de babel*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

_____. Penser ce qui vient. In: DUQUE-ESTRADA P. C (Org.). *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: NAU; PUC-Rio, 2008.

_____. Remarks on deconstruction and pragmatism. In: MOUFFE, C (Org.). *Deconstruction and pragmatism*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

_____. *Memórias de cego*: o auto-retrato e outras ruínas. Tradução Fernanda Bernardo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2010a.

_____. *Força de Lei*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

_____. *Pensar em não ver*: escritos sobre as artes do visível (1979-2004). Florianópolis: UFSC, 2012.

_____. *Dar a morte*. Tradução de Fernanda Bernardo. Coimbra: Palimage, 2013.

DERRIDA, J.; NANCY, J. L. “Eating well”, or the calculation of the subject: an interview with Jacques Derrida. In: CADAVA, E.; CONNOR, P.; NANCY, J.-L (Org.). *Who comes after the subject?* New York: Routledge, 1991. p. 96-119.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De que amanhã...*: diálogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DUARTE, R. K. M. Educação e Cidadania: o cotidiano de uma Delegacia de Polícia. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 2., 2006,

Canoas. *Resumos...* Canoas: Universidade Luterana do Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

DUQUE-ESTRADA, P. C. Derrida e a escritura. In: DUQUE-ESTRADA, P. C (Org.). *Às margens*: a propósito de Derrida. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

_____. Sobretudo... o perdão: (im)possibilidade, alteridade, afirmação. In: _____. *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: NAU; PUC-Rio, 2008.

DUQUE-ESTRADA P. C; DUQUE-ESTRADA, E. M. *Devires autobiográficos*: a atualidade da escrita de si. Rio de Janeiro: NAU, 2009.

FERRAÇO, C. E.; GOMES, M. R. L. Sobre as redes que tecem praticaspolíticas cotidianas de currículo e de formação de professores/as. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, set/dez. 2013, p. 464-77.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: EdUSP, 2008.

GILROY, P. *O Atlântico negro*: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-82, jan/jun. 2003.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista*: caminhos abertos pela Lei 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18, p. 133-54, abr. 2011.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos Currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n.1, p. 98-109, jan/abr. 2012a.

_____. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-44, jul/set. 2012b.

GONÇALVES, L. A. de O. Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 9, p. 30-50, set/dez. 1998.

GONÇALVES, L. A. de O.; SILVA, P. B. G. Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 109-23, jan/jun. 2003.

GUIMARÃES, A. S. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HALL, S. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LACLAU, E. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

_____. *La razón populista*. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

LOPES, A. C. Democracia nas políticas de currículo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 147, p. 700-15, set/dez. 2012.

_____. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, Sociedade & Cultura*, n. 39, p. 7-23, 2013.

LOPES, A.; MACEDO, E. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, E. Curriculum as enunciation. In: PINAR, W. *Curriculum Studies in Brazil*: Intellectual Histories, Present Circumstances. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

_____. Equity and difference in centralized policy. *Journal of Curriculum Studies*, v. 5, p. 28-38, 2013a.

_____. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 285-372, maio/ago. 2006.

_____. A noção de crise e a legitimação de discursos curriculares. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 436-50, set/dez. 2013b.

MARTUCCELLI, D. As contradições políticas do multiculturalismo. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, p. 18-32, maio/ago. 1996.

MENDONÇA, D. de. Para além da lei. *Revista de Ciências Sociais*, n. 1, p. 55-68, jun. 2002.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, 2006.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

_____. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. Tradução de Menelick de Carvalho Neto. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/02/teoria.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

MUNIZ, K. da S. *Linguagem e identificação*: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009a

_____. Linguagem e identificação: performatividade, negros(as) e ações afirmativas no Brasil. *Sínteses*, v. 14, p. 262-95, 2009b.

PACHECO, J. A. Estudos curriculares: desafios teóricos e metodológicos. *Ensaio*: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 449-71, jul/set. 2013.

PINAR, W. [Título indefinido]. São Paulo: Cortez, [2015].

PONTES, C; MACEDO, E. Demandas Raciais no Brasil e Política Curricular. *Cadernos de Educação*, v. 38, p. 175-200, 2011.

PONTES, C. Analisando política curricular: enunciação de sentidos culturais e contingências agonísticas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 34. Natal, 2011. *Anais...* Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT12/GT12-1143%20int.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2013.

_____. *Política curricular, enunciação da diferença e demandas raciais*: analisando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I (Org.) *Linguagem e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

RANCIÈRE, J. *The Nights of Labor*: The Workers' Dream in Nineteenth-Century France. Tradução John Drury. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

REIS, G. R. F. da S. *Por uma outra epistemologia de formação*: conversas sobre um projeto de formação de professoras no Município de Queimados. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, T. C. *Movimento negro no cenário brasileiro*: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2005.

RODRIGUES, T. C. *A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas*. 2011. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

RODRIGUES, E.; OLIVEIRA, O. V. Currículo e identidade: (re)significações no campo curricular. *Espaço do currículo*, v. 6, n. 3, p. 383-95, set/dez. 2013.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. *Estudos feministas*, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan/abr. 2005.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: impertinências. *Educação & Sociedade*, n. 79, p. 65-6, ago. 2002.

SKLIAR, C. A escrita na escrita: Derrida e Educação. In: SKLIAR, C (Org.) *Derrida e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVÉRIO, V. R.; TRINIDAD, C. T.. Há algo novo a dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul/set. 2012.

SOLIS, D. A utilização da imagem para discutir questões complexas de Filosofia: representação, crise da representação e desconstrução. *Ensaios Filosóficos*, v. 2, p. 64-98, out. 2010.

SOUTHWELL, M. Em torno da construção de hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. In: RODRIGUES, L. P.; MENDONÇA, D. de (Orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 151, jan/mar. 2014.